



# RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2018



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Tocantins

# RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2018



Relatório de Gestão do exercício 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 170/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018



## Mensagem do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargador Marco Anthony Villas Boas

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, especificamente à Instrução Normativa n.º 63/2010, alterada pela de n.º 72/2013, bem como pelas Decisões Normativas n.º 170/2018, 172/2018 e pela Portaria n.º 369/2018, a Justiça Eleitoral do Tocantins apresenta o Relatório de Gestão do ano de 2018.

Obedecendo estas orientações, o relatório está elaborado na forma de “Relato Integrado”. Isso permite melhor compreensão e propicia uma visão ampla e coesa dos atos praticados pela Gestão e os principais resultados obtidos.

A Justiça Eleitoral do Tocantins tem pautado suas iniciativas em ações planejadas e voltadas para “garantir a legitimidade do processo eleitoral”. Desde 2015 tem atuado com o objetivo, referendado pela Corte deste órgão na Resolução n.º 326/2015, de “ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade”. Inclusive esse objetivo é definido como a “visão” do órgão no Planejamento Estratégico Institucional para o período 2015 a 2020.

Quanto a “ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral”, desde 2005 este órgão trabalha com um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) que elenca o processo eleitoral, com foco no eleitor.

O processo eleitoral está mapeado e é gerenciado por um sistema próprio de controle, em tempo real, de todas as atividades que são planejadas para a realização

das Eleições. Vários outros tribunais eleitorais tem implantado esse sistema desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins para gerenciamento das atividades eleitorais. Cabe ressaltar, que o SGQ deste órgão é certificado pela ISO 9001 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE).

No que se refere a visão de “ser modelo de excelência na educação política da sociedade”, esta gestão incorporou esse objetivo como estratégico e prioritário. Em 2018, grandes ações foram desenvolvidas voltadas para educação sociopolítica da sociedade. Foi lançado o projeto “Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins”. O projeto alcançou 79 aldeias e contemplou 1.129 indígenas. Também de relevância, o projeto “Agente da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro” contemplou 25.207 alunos, em 33 Zonas Eleitorais, envolvendo 59 cidades e 109 escolas. Foi o ano em que teve o maior número de pessoas impactadas em projetos de conscientização política desenvolvidos pela Justiça Eleitoral do Tocantins.

2018 foi também um período em que vários desafios tiveram que ser superados. Foi um ano em que, no Tocantins, houve cinco eleições. Uma eleição suplementar para governador (1º e 2º turnos), em função da cassação de mandato, uma eleição geral, que abrangeu governador (1º e 2º turnos), senadores, deputados federais e estaduais e também eleição suplementar para prefeito da cidade de Sandolândia. No decorrer da eleição suplementar para governador, houve a intercorrência da “greve dos caminhoneiros”,

dificultando a logística, entretanto, mesmo diante dessas dificuldades, os órgãos que compõe o sistema da Justiça Eleitoral incumbiram de suas missões. Nas eleições gerais a Justiça Eleitoral teve que agir frente às *fake news* relacionadas à segurança das urnas eletrônicas, situação que levou a uma queda de 14% da confiança do cidadão com a Justiça Eleitoral do Tocantins.

Para superar esses desafios, foram utilizados os vários mecanismos de gestão que estão incorporados no TRE-TO. Os principais são:

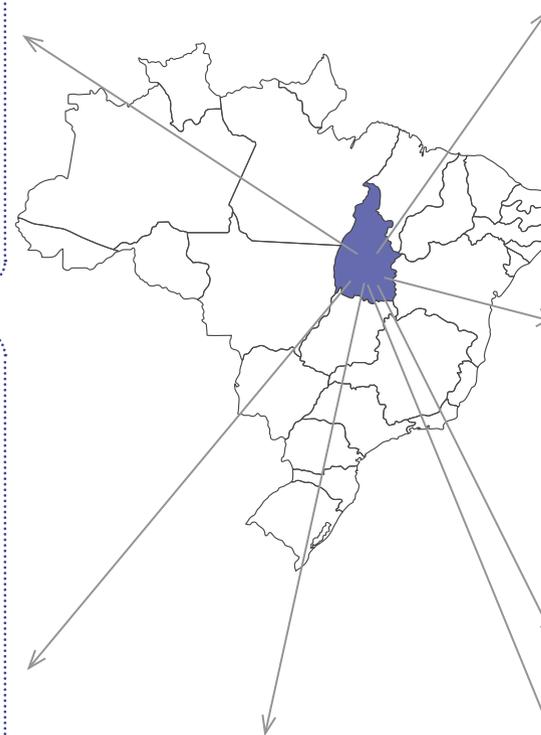
- Planejamento Estratégico, com desdobramento em tático e operacional;
- Planejamento das eleições, com o uso de um sistema denominado PADLOG, contemplando, em média, 2.500 atividades;
- Sistema de Governança, concebido para direcionar, monitorar, supervisionar e avaliar a atuação da gestão;
- Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela ISO 9001 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE). O sistema contempla 19 processos de negócios, que são monitorados por 60 indicadores de desempenho, que atendem as principais ações voltadas ao processo eleitoral;
- Sistema de Gestão de Riscos, que propicia a tomada de decisões seguras;
- O Plano de Logística Sustentável (PLS), que além de estimular o uso da sustentabilidade ambiental, econômica e social, ainda propiciou uma economia estimada de R\$ 217.374,30;
- Plano de contratações e
- Plano de comunicação.

Assim, utilizando-se técnicas modernas de gestão, voltadas para resultados, foi possível atingir a execução de 82,03% do Programa de Gestão 2017-2019. Estima-se que, no final desta gestão, que finaliza em junho de 2019, a execução do Programa de Gestão será superior a 90%. Em 2018, 88% dos indicadores estratégicos

alcançaram índice de cumprimento das metas superior a 80%, dos quais 56% atingiram 100% da meta. Por fim, com uma gestão calcada em modernas técnicas e um corpo de magistrados, servidores e colaboradores motivados, a Justiça Eleitoral do

Tocantins busca vencer os desafios visando atingir sua missão de “garantir a legitimidade do processo eleitoral” e assim buscar atender aos anseios da sociedade.

## RESULTADOS DA GESTÃO 2018



### Eleições Realizadas:

- Extraordinária para Governador  
1º Turno: 3.6.2018  
2º Turno: 24.6.2018
- Ordinária Geral  
1º Turno: 7.10.2018  
2º Turno: 28.10.2018
- Extraordinária para Prefeito de Sandolândia  
Único turno: 9.12.2018

### Mecanismos de Gestão:

- Planejamento Estratégico Institucional  
Percentual de Cumprimento das Metas: 89,5%
- Programa de Gestão 2017/2019  
82% das atividades executadas
- Planejamento Eleições 2018  
2.517 atividades (93,1% executadas)
- Sistema de Gestão da Qualidade  
19 processos certificados pela ISO 9001 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral

### Economicidade:

- Plano de Logística Sustentável: gerou uma economia de R\$ 217.374,30
- Eleições 2018: a gestão economizou R\$ 730.054,89 em relação à eleição anterior.

### Prestação Jurisdicional:

- Processos Novos: 4.432
- Processos Pendentes: 2.614
- Processos Baixados: 3.604

### Ações de Conscientização Política:

- Projeto Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas  
1.129 indígenas impactados
- Agentes da Democracia  
25.207 alunos do ensino médio contemplados
- Audiências Públicas

### Execução Orçamentária e Financeira Valor Pago: R\$ 110,07 milhões

- Despesa com pessoal: R\$ 72,76 milhões
- Despesa com Custeio: R\$ 34,47 milhões
- Despesa com Investimento: R\$ 2,84 milhões

### Atendimentos ao Eleitor/Cidadão:

- Para serviços relacionados ao alistamento eleitoral: 77.321
- Ouvidoria: 8.623

## 1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

|   |    |
|---|----|
| 1.1 Atuação do TRE-TO .....             | 10 |
| 1.2 Identificação, Missão e Visão ..... | 11 |
| 1.3 Estrutura Organizacional.....       | 11 |
| 1.4 Ambiente Externo.....               | 13 |
| 1.5 Modelo de Negócios.....             | 17 |

## 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

|   |    |
|---|----|
| 2.1 Como a estrutura de governança apoia a capacidade do TRE-TO para alcançar seus objetivos? ..... | 19 |
| 2.2 Planejamento Estratégico .....  | 20 |
| 2.3 Mapa Estratégico e principais objetivos estratégicos.....                                       | 21 |
| 2.4 Planos para implementar as prioridades estratégicas.....  | 22 |
| 2.5 Estruturas de governança.....   | 23 |
| 2.6 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas.....                     | 28 |

## 3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

|  |    |
|--|----|
| 3.1 Quais os riscos específicos que afetam a capacidade da UPC em alcançar seus objetivos no exercício e como a UPC lida com eles?... 36 |    |
| 3.2 Gestão de riscos e controles internos .....  | 36 |

## 4 RESULTADOS DA GESTÃO

|  |    |
|--|----|
| 4.1 Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos .....    | 40 |
| 4.2 Programa de Gestão.....  | 41 |
| 4.3 Projetos e Principais Indicadores por Objetivo Estratégico ..... | 43 |
| 4.4 Indicadores de Desempenho .....                                  | 50 |
| 4.5 Monitoramento das Metas .....                                    | 51 |
| 4.6 Eleições 2018.....   | 51 |
| 4.7 Perspectiva Para os Próximos Exercícios .....                    | 53 |

## 5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

|  |    |
|--|----|
| Declaração do Diretor-Geral .....                                  | 55 |
| 5.1 Para Onde o TRE-TO Deseja Ir e Como ele Pretende Chegar Lá? 57 |    |
| 5.2 Planos de Alocação de Recursos.....                            | 57 |
| 5.3 Gestão Orçamentária e Financeira.....                          | 59 |
| 5.4 Gestão de Pessoas.....   | 62 |
| 5.5 Gestão de Licitações e Contratos .....                         | 68 |
| 5.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura .....                      | 70 |
| 5.7 Gestão da Tecnologia da Informação.....                        | 71 |
| 5.8 Gestão de Custos .....   | 74 |
| 5.9 Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social .....           | 77 |

## **6** DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

|                                   |    |
|-----------------------------------|----|
| Declaração da Contadora .....     | 79 |
| 6.1 Demonstrações Contábeis ..... | 80 |
| 6.2 Notas Explicativas .....      | 85 |

## **7** OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

|  |    |
|--|----|
| 7.1 Determinação da Materialidade das Informações .....                | 89 |
| 7.2 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....            | 90 |
| 7.3 Informações Sobre o Fundo Partidário.....                          | 93 |
| 7.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.... | 98 |

## **8** ANEXOS E APÊNDICES

|  |     |
|--|-----|
| Anexo I - Zonas Eleitorais do TRE-TO .....                                   | 102 |
| Anexo II - Mapa de Indicadores dos Processos Organizacionais do<br>SGQ ..... | 105 |
| Anexo III - SGP: Raio X das Zonas Eleitorais .....                           | 106 |

## Lista de Figuras e Gráficos

|  |    |
|--|----|
| Figura 1.1.1 Ramos do Poder Judiciário.....  | 4  |
| Figura 1.1.2 Esferas de Atuação da Justiça Eleitoral .....                             | 4  |
| Figura 1.1.3 Estrutura da Justiça Eleitoral.....                                       | 4  |
| Gráfico 1.2.1 Missão, Visão, Valores.....  | 4  |
| Figura 1.3.1 Organograma do TRE-TO .....   | 4  |
| Figura 1.3.2 Processos do Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-TO .....               | 5  |
| Figura 1.4.1 Análise Swot.....   | 3  |
| Figura 2.1 Relação Entre Governança e Gestão .....                                     | 3  |
| Figura 2.2.1 Alinhamento do Planejamento Estratégico do TRE-TO .....                   | 4  |
| Figura 2.2.2 Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO.....                          | 4  |
| Figura 2.3 Mapa Estratégico do TRE-TO .....  | 3  |
| Figura 2.4 Desdobramento da Estratégia da Justiça Eleitoral do Tocantins.....          | 3  |
| Figura 2.5 Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO .....                              | 3  |
| Figura 2.6.1 Canais de Acesso aos Serviços da Ouvidoria .....                          | 7  |
| Figura 2.6.2 Atendimentos da Ouvidoria .....   | 8  |
| Gráfico 2.6.3 Pesquisa de Satisfação em Relação aos Atendimentos da Ouvidoria.....     | 8  |
| Gráfico 2.6.4 Histórico de Satisfação do Cliente Externo .....                         | 3  |
| Infográfico 3.2.1 Gestão de Riscos.....  | 3  |
| Figura 3.2.2 Escopo do SGQ.....  | 4  |
| Figura 4.1 Resultados Objetivos Estratégicos .....                                     | 3  |
| Figura 4.2.1 Execução do Planejamento Estratégico em 12/2018.....                      | 4  |
| Figura 4.2.2 Percentual de Execução dos Projetos do Programa de Gestão 2017-2019 ..... | 3  |
| Gráfico 4.4 Cumprimento Metas Estratégicas .....                                       | 3  |
| Infográfico 4.6 Eleições 2018.....   | 3  |
| Figura 5.4.1 Distribuição da Força de Trabalho.....                                    | 9  |
| Figura 7.1.1 Matriz de Materialidade do TRE-TO.....                                    |    |
| Figura 7.1.2 Fases de Elaboração do Relatório de Gestão 2018.....                      | 29 |

## Glossário

|  |
|--|
| ABIN-TO - Agência Brasileira de Inteligência   |
| AGU – Advocacia Geral da União   |
| AIJE – Ação de Investigação Judicial Eleitoral   |
| AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo   |
| APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  |
| App – Aplicativo   |
| AQ – Aquisição de Qualificação   |
| ASCOM – Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial   |
| ASI – Automation System of Inventory   |
| ASPLAN-DG – Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral   |
| ASPLAN-SJI – Assessoria de Planejamento e Gestão – Secretaria Judiciária e Gestão da Informação            |
| ASTJ – Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça  |
| BI – Business Intelligence   |
| CCIA – Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria   |
| CFC – Conselho Federal de Contabilidade  |
| CGE – Controladoria Geral do Estado  |
| CGR – Comitê de Gestão de Riscos   |
| CGRPPG – Comitê Gestor Regional de Priorização de Primeiro Grau  |
| CNJ – Conselho Nacional de Justiça   |
| COEDE – Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento  |
| COGETIC – Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação |
| CPAI – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão  |
| CPF – Cadastro de Pessoa Física  |
| CRC – Conselho Regional de Contabilidade   |
| CRM-TO – Conselho Regional de Medicina do Estado do Tocantins  |
| CSI – Comitê de Segurança Institucional  |
| DFC – Demonstração do Fluxos de Caixa  |
| DG – Diretoria Geral   |
| DOU – Diário Oficial da União  |
| DPE – Defensoria Pública do Estado   |
| DRAPS – Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários  |
| DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais  |
| EAD – Educação à Distância   |
| EJE – Escola Judiciária Eleitoral  |
| RAE's – Reuniões de Análise da Estratégia  |
| ETIR – Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais                                |

---

|  |   |
|--|---|
| <b>FUNAI</b> – Fundação Nacional do Índio                                      | <b>PRES</b> – Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins   |
| <b>GAPs</b> – Lacuna   | <b>PSI</b> – Política de Segurança da Informação  |
| <b>GEL</b> – Gratificação Especial de Localidade                               | <b>PSSS</b> – Plano de Seguridade Social do Servidor  |
| <b>GSI</b> – Gabinete de Segurança Institucional                               | <b>PTTIC</b> – Plano Tático de Tecnologia da Informação e Comunicação   |
| <b>HE</b> – Hora Extra   | <b>RCED</b> – Recurso Contra Expedição de Diploma   |
| <b>IFTO</b> – Instituto Federal do Tocantins                                   | <b>RPNP</b> – Restos a Pagar Não Processados  |
| <b>INSS</b> – Instituto Nacional de Seguro Social                              | <b>RPP</b> – Restos a Pagar Processados   |
| <b>ISO</b> – International Organization for Standardization                    | <b>SACAC</b> – Seção de Auditoria Contábil e Análise de Custos  |
| <b>JE</b> – Justiça Eleitoral  | <b>SAVP</b> – Sistema de Apoio à Votação Paralela   |
| <b>LAI</b> – Lei de Acesso à Informação  | <b>SECEX-TO</b> – Secretaria de Comércio Exterior do Tocantins  |
| <b>LIBRAS</b> – Língua Brasileira de Sinais                                    | <b>SEDUC</b> – Secretária de Educação e Cultura   |
| <b>LOA</b> – Lei Orçamentária Anual  | <b>SEI</b> – Sistema Eletrônico de Informações  |
| <b>LRF</b> – Lei de Responsabilidade Fiscal                                    | <b>SGQ</b> – Sistema de Gestão da Qualidade   |
| <b>MPF</b> – Ministério Público Federal  | <b>SIAFI</b> – Sistema Integrado de Administração Financeira  |
| <b>NBC</b> – Normas Brasileiras de Contabilidade                               | <b>SICOOB</b> – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil  |
| <b>NBCT-SP</b> – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público | <b>SIEL</b> – Sistema de Informações Eleitorais   |
| <b>NBR</b> – Norma Brasileira  | <b>SOF-TSE</b> – Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral |
| <b>NIC</b> – Núcleo de Informação ao Cidadão                                   | <b>STI</b> – Secretaria de Tecnologia da Informação   |
| <b>NUEGE</b> – Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica                      | <b>STN</b> – Secretaria do Tesouro Nacional   |
| <b>NUGES</b> – Núcleo de Gestão Socioambiental                                 | <b>TCU</b> – Tribunal de Contas da União  |
| <b>OAB-TO</b> – Ordem dos Advogados do Brasil - Tocantins                      | <b>TI</b> – Tecnologia da Informação  |
| <b>OFSS</b> – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social                          | <b>TIC</b> – Tecnologia da Informação e Comunicação   |
| <b>ORE-TO</b> – Ouvidoria Regional Eleitoral do Tocantins                      | <b>TRE-DF</b> – Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal   |
| <b>PAA</b> – Plano Anual de Auditoria  | <b>TRE-TO</b> – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins  |
| <b>PAC</b> – Plano Anual de Capacitação  | <b>TRF1</b> – Tribunal Regional da 1ª Região  |
| <b>PADLOG</b> – Sistema de Padronização de Logística                           | <b>TSE</b> – Tribunal Superior Eleitoral  |
| <b>PALP</b> – Plano de Auditoria de Longo Prazo                                | <b>UFPA</b> – Universidade Federal do Pará  |
| <b>PEPE</b> – Plano Estratégico de Gestão de Pessoas                           | <b>UFT</b> – Universidade Federal do Tocantins  |
| <b>PETIC</b> – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação     | <b>UG</b> – Unidade Gestora   |
| <b>PETRE</b> – Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral         | <b>UPC</b> – Unidade Prestadora de Contas   |
| <b>PF</b> – Pontos de Função   | <b>VPD</b> – Variação Patrimonial Diminutiva  |
| <b>PFN</b> – Procuradoria da Fazenda Nacional                                  | <b>VPNI-GEL</b> – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada de Gratificação Especial de Localidade             |
| <b>PJe</b> – Processo Judicial Eletrônico                                      | <b>ZE</b> – Zona Eleitoral  |
| <b>PLS</b> – Plano de Logística Sustentável                                    |   |
| <b>PLS-PJ</b> – Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário             |   |
| <b>PQJE</b> - Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral                       |   |



**CAP. 1**  
**VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL**  
**E AMBIENTE EXTERNO**

## 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1 ATUAÇÃO DO TRE-TO

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins faz parte da Justiça Eleitoral brasileira que é um ramo especializado do Poder Judiciário. Ele atua em quatro esferas.



Figura 1.1.1 Ramos do Poder Judiciário

Figura 1.1.2 Esferas de atuação da Justiça Eleitoral

A Estrutura da Justiça Eleitoral está disciplinada no art. 118 da Constituição Federal. Ela é estruturada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional; por 27 tribunais regionais eleitorais (TRE's), sediados nas capitais dos Estados e no Distrito Federal; pelos juízes eleitorais; e pelas juntas eleitorais.



Figura 1.1.3 Estrutura da Justiça Eleitoral

A competência e a organização da Justiça Eleitoral estão previstas nos preceitos emanados da Constituição, do Código Eleitoral, da legislação complementar e das regulamentações da matéria. Essa justiça especializada é o instrumento que assegura a prevalência da soberania popular, seja no comando das eleições, evitando abusos e fraudes, seja na preservação de direitos e garantias, por meio da fixação e fiel observância de diretrizes claras e firmes, fundamentadas em lei.

Em resumo, a Justiça Eleitoral tem por objetivo disciplinar os atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as fases: o alistamento do eleitor, a filiação partidária, o registro de candidaturas, a propaganda eleitoral, a recepção e a apuração dos votos, a expedição do resultado final do pleito, o reconhecimento e a diplomação dos candidatos eleitos.

As principais competências dos TRE's estão no artigo 29 do Código Eleitoral, e são elas:

- i.** Processar e julgar originariamente o registro e cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos e candidatos; os conflitos de jurisdição entre os Juízes Eleitorais de sua circunscrição; os crimes eleitorais cometidos pelos seus Juízes Eleitorais; o Habeas Corpus ou Mandado de Segurança em matéria eleitoral contra ato de autoridade que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos;
- ii.** Processar e julgar os recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais;
- iii.** Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;
- iv.** Fixar data das eleições para Governador, Vice, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice e Vereador em eleições suplementares;
- v.** Organizar a sua Secretaria, a Corregedoria Regional Eleitoral, bem como dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais;
- vi.** Organizar e administrar o cadastro de eleitores do Estado do Tocantins; e
- vii.** Controlar e fiscalizar todo o processo eleitoral sob sua jurisdição, desde o registro de cada diretório dos partidos políticos até a impressão de boletins e mapas de apuração durante a contagem dos votos.

## 1.2 IDENTIFICAÇÃO, MISSÃO E VISÃO

### Instituição:

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins  
 CNPJ: 05.789.902/0001-72

### Endereço Sede:

Quadra 202 Norte - Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 CEP: 77.006-214 - Cx. postal 181 - Plano Diretor Norte - Palmas - TO.  
 Sítio eletrônico: [www.tre-to.jus.br](http://www.tre-to.jus.br)

### Zonas Eleitorais:

atualmente possui 33 zonas eleitorais. Detalhamento no Anexo I

### Criação:

A criação do TRE-TO se deu por meio da Constituição Federal de 1988, com a criação do Estado do Tocantins, e sua instalação ocorreu em 17 de fevereiro de 1989.



Gráfico 1.2.1 - Missão, Visão e Valores

## 1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Atualmente, há duas formas de perceber a estrutura organizacional do TRE-TO: uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão matricial, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma do seu Sistema de Gestão da Qualidade. Essas duas divisões são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para o desenvolvimento das suas atividades institucionais com eficácia, eficiência e efetividade.

Segue, na Figura 1.3.1 o organograma da Estrutura Regimental.

As competências das unidades que compõem a estrutura do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

- Regimento Interno - Resolução TRE-TO n.º 282/2012
- Regulamento da Secretária - Resolução TRE-TO n.º 116/2007
- Os comitês, comissões e núcleos ligados à Presidência fazem parte do Sistema de Governança e Gestão do órgão e suas competências estão disciplinadas na Instrução Normativa n.º 7/2018. O resumo dessas competências consta no item 2.5 deste relatório.
- O Núcleo de Informação ao Cidadão (NIC), vinculado à Ouvidoria, está regulamentado pela Portaria n.º 20/2015 da Presidência.



A integra dos normativos pode ser acessada no link:

<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/legislacao-compilada-tre-to>

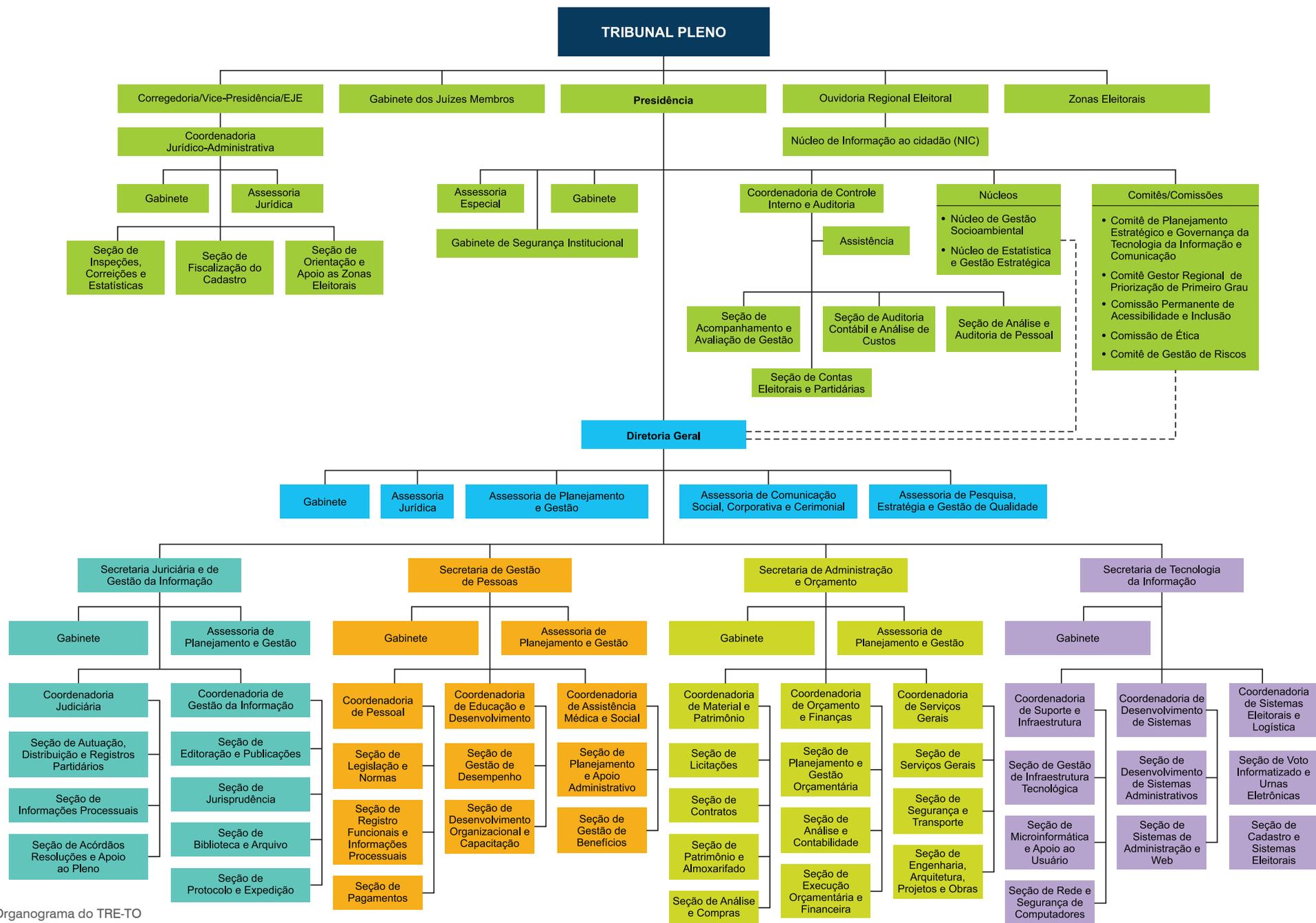


Figura 1.3.1 Organograma do TRE-TO

## GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL NO ESTADO DO TOCANTINS

### 19 PROCESSOS

Envolve os processos de:

- Liderança
- Finalísticos
- Apoio
- Monitoramento



O detalhamento desses processos é feito nos Mapas dos Processos e pode ser acessado no Portal do TRE-TO, no link:

 <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/processos>

Buscando melhorar os meios e a forma de gerenciar as atividades diretamente ligadas ao processo eleitoral, foi criado o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), que consiste em agrupar essas atividades em macroprocessos. Logo, aqui se fala em gestão por processos em que várias unidades podem ser envolvidas em um único processo de trabalho. Segue na figura 1.3.2 o quadro de processos do Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-TO com toda a Gestão do Processo Eleitoral do estado do Tocantins. Atualmente, o sistema contempla 19 processos de negócios:

### 1.4 AMBIENTE EXTERNO

Anualmente, o TRE-TO analisa o ambiente externo em que está inserido através da Análise SWOT, que é uma ferramenta que nos permite fazer um diagnóstico estratégico da organização. As letras SWOT referem-se a Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

Na Figura 1.4.1 é apresentada a Análise SWOT do TRE-TO que vigorou em 2018. Essa análise é vinculada ao Planejamento Estratégicos do Tribunal.

O ambiente interno será tratado principalmente no capítulo Resultados da Gestão. Quanto ao ambiente externo, segue resumidamente o tratamento dado às oportunidades e ameaças identificadas, na análise SWOT.

Figura 1.3.2 Processos do Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-TO

**ANÁLISE DE AMBIENTE**



Figura 1.4.1 – Análise SWOT

**AMEAÇAS**

**1 Legislação eleitoral defasada e instável**

Em contrapartida a essa ameaça, o TRE-TO busca criar mecanismos que facilitem o acesso às normas eleitorais atualizadas. Para as Eleições 2018, foram confeccionadas 17.900 manuais e/ou cartilhas de diversos temas: Ações e Representações, Propaganda Eleitoral, Prestação de Contas, Registro de Candidaturas, Crimes Eleitorais, Cartilha Bilíngue para os povos indígenas, Reforma Eleitoral e Acessibilidade. Além das cartilhas, foram confeccionados 1000 emplares de livros de Normas Eleitorais e Partidárias. Todo esse material foi disponibilizado na internet, no portal do TRE-TO.

**2 Dotação orçamentária com tendências restritivas**

Em 2018, houve sérios problemas com a economia brasileira, provocando restrições orçamentárias. No entanto, a cassação de mandados provocou a necessidade de realização de duas eleições suplementares: para governador, cujo custo adicional foi de R\$ 11.151.392,00 e para prefeito de Sandolândia, cujo custo foi de R\$ 44.758,31.

Objetivando minimizar este impacto, realizou-se a sensibilização da Alta Administração na redução dos gastos públicos, fortaleceu-se a parceria Mesário Voluntários, dentre outras.


**OPORTUNIDADES**
**1** **Necessidade de conscientização política da sociedade**

Com o objetivo de despertar a consciência cívica e a preparação do eleitor para participar ativamente da sociedade, principalmente do processo político-eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), executou o Projeto “Inclusão Sociopolítica dos Índigenas”. O projeto alcançou 79 aldeias, contemplou 1.129 indígenas e foi confeccionada cartilha bilíngue em 4 línguas indígenas que abrangeram 5 etnias.

Foi ainda lançado o projeto “Agentes da Democracia - Formação de Eleitores e Políticos do Futuro” por meio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TO). O projeto alcançou mais de 100 escolas, 33 Zonas Eleitorais, 59 cidades de norte a sul do Tocantins, contemplando 25.207 alunos.

**2** **Facilidade de firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas**

Fazendo uso dessa oportunidade, o TRE-TO firmou algumas parcerias em 2018:

Projeto de inclusão sociopolítico dos povos indígenas- Participaram a FUNAI e a Secretaria de Educação do Estado. Convênio para criação de seções eleitorais especiais em estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes com o Tribunal de Justiça, Polícia Militar, Secretaria da Segurança Pública, Ministério Público e demais órgãos.

Termo de Cooperação n.º 02/2018 com a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins para a implantação e desenvolvimento do Projeto Eleitor do Futuro, que visa despertar a consciência cívica e

a preparação do jovem para participar ativamente da sociedade, estimulando-o e preparando-o para a vivência político democrática, bem como promover a aproximação dos alunos matriculados no ensino médio da rede pública de ensino do Estado do Tocantins ao processo político-eleitoral brasileiro, por meio do alistamento eleitoral.

**3** **Realizações de eleições não-oficiais**

Foram realizadas em 2018, com apoio do TRE-TO, eleições não oficiais, com uso de urnas de lonas e eletrônicas, nas seguintes entidades:

IFTO – Utilizadas 10 urnas de Lona.  
 OAB-TO – Utilizadas 56 urnas eletrônicas.  
 SISEPE-TO – Utilizadas 20 urnas de Lona.  
 SICOOB – Utilizadas 12 urnas eletrônicas.  
 ASTJ – Utilizadas 5 urnas de Lona.  
 CRM-TO – Utilizadas 2 urnas de Lona.  
 SINTECT-TO – Utilizadas 8 urnas de Lona.

**4** **Segurança do processo eleitoral**

**Fake News** - Durante o processo eleitoral das Eleições Gerais 2018, as fake news relacionadas à segurança das urnas eletrônicas fez com que a confiança na Justiça Eleitoral do Tocantins caísse 14,1% em relação às Eleições 2016. O grande problema de comunicação foi a disseminação de notícias falsas que comprometiam o disputa do pleito. Para combater as fakes news, no âmbito nacional, o TSE criou uma página na Internet para desmentir as publicações mentirosas, e no âmbito regional, a equipe de jornalismo da ASCOM do TRE-TO desmentia as notícias falsas por meio de e-mails enviados aos jornalistas e através do número institucional no whatsapp. No período eleitoral,

também foi proferida uma palestra pelo Secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, no auditório do TRE-TO, com presença de público interno e externo, que abordou sobre “mitos e verdades sobre a Urna Eletrônica” com ênfase nos seus procedimentos de auditoria e segurança. A Fake News também foi debatida no IV Management & Meeting do Curso de Administração, evento promovido pela Faculdade Católica do Tocantins. O tema foi a “Fake News na política e os impactos no processo eleitoral”. O encontro foi direcionado aos acadêmicos e contou com a presença do Juiz Membro Márcio Gonçalves Moreira, professores e jornalistas.

**Comitê de Segurança Institucional (CSI)** - Atua desde 2012, como uma parceria entre o TRE-TO e as forças de segurança pública. A sua ativação se dá por meio de Portaria. Em 2018, foi instituído pela Portaria n.º 174/2018. O Comitê foi composto por representantes do TRE-TO, Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN/TO), além do Procurador Regional Eleitoral e o Presidente do Conselho da Justiça Militar. Em junho de 2018, durante a Eleição Suplementar, o CSI registrou e acompanhou a tomada de providências para 18 ocorrências. No primeiro turno das Eleições Gerais, o CSI atuou em 25 ocorrências e, no segundo turno, em 17 ocorrências.

**Processo de Auditoria da Votação Eletrônica** - Processo no qual é realizada, por amostragem, a verificação do funcionamento correto dos programas das urnas, sob condições normais de uso, sendo sorteadas no dia anterior às eleições três urnas (capital e interior) para, no dia das eleições, serem auditadas, conforme os procedimentos estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ao final, é verificada a coincidência dos resultados obtidos nas urnas com os dos relatórios emitidos pelo Sistema de Apoio à Votação Paralela (SAVP)

**Auditoria em tempo real**

Nas Eleições 2018, além das 3 urnas sorteadas para a

auditoria da votação eletrônica, também foi realizada, de forma inédita em todo o Brasil, a auditoria em tempo real, que consiste em verificar se as assinaturas digitais dos sistemas lacrados pelo Tribunal Superior Eleitoral, no início de setembro, conferem com as assinaturas constantes das urnas instaladas na seção eleitoral, imediatamente antes da emissão da zerésima\* e do início da votação.

Em cada turno foram sorteadas 3 urnas instaladas no interior do Estado, que foram auditadas in loco, por juízes eleitorais, acompanhados por representantes do Ministério Público Eleitoral e da Ordem dos Advogados do Brasil, que auditaram os equipamentos mediante verificação da autenticidade e integridade dos sistemas, sem nenhuma intercorrência registrada.

Todos os procedimentos aconteceram de forma transparente e acessível aos cidadãos, que puderam acompanhar os procedimentos presencialmente, ou através da transmissão pelo canal do TRE-TO no Youtube (justicaeleitoralto).

A nova modalidade de auditoria foi instituída pelo TSE, que aprovou a inclusão na Resolução nº 23.550/2017 de um novo capítulo específico sobre a verificação da autenticidade e integridade dos sistemas instalados nas urnas eletrônicas no dia da votação.

\*A zerésima é o relatório emitido pela urna eletrônica, antes da votação, que traz a identificação do equipamento e comprova que nele estão registrados todos os candidatos, e que nenhum deles computa voto, ou seja, que a urna possui zero voto registrado.

**5 Compartilhamento de informações do cadastro eleitoral com outras instituições**

A Res. TSE n.º 21.538/03, que disciplina a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, além de outros assuntos congêneres, protege com sigilo os dados dos eleitores. Referido normativo, regulamentado nesse particular pelos Provimentos CGE n.º 6/06 e n.º 1/17, autoriza o

compartilhamento de dados do cadastro eleitoral com Juízes, órgãos do Ministério Público e Delegados de polícia. A consulta por essas instituições aos dados eleitorais é realizada através do Sistema de Informações Eleitorais(SIEL), cujo cadastramento para acesso deve ser requerido por meio de preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado na página deste Tribunal, na internet.

Existem atualmente 345 usuários de outras instituições, ativos, com acesso direto a dados do cadastro eleitoral por meio do Sistema SIEL.

**6 Pressão social por redução dos gastos públicos**

O TRE-TO entende essa pressão social por redução de gastos como uma oportunidade para mudança de cultura na administração pública. Assim, com esse foco de economicidade, diversas ações foram realizadas para redução dos gastos. Como 2018 foi um ano eleitoral, a linha de base para comparar os valores foram os resultados alcançados em 2016.

**ECONOMICIDADE TRE-TO**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL** → **ECONOMIA ESTIMADA: R\$ 217.374,30**

O detalhamento desse valor está no cap. 5, item Plano de Logística Sustentável



**ECONOMIA ESTIMADA EM 2018**

**R\$ 947.429,19**

**CUSTO DA ELEIÇÃO**

|  | ELEIÇÕES 2016   | ELEIÇÕES 2018         |
|--|---|-----------------------|
| Locação Aeronave                                       | R\$ 45.875  | Não houve contratação |
| Camisetas  | R\$ 169.064   | Não houve contratação |
| Hora Extra Terceirizados auxiliar de urnas eletrônicas | R\$ 489.815   | Não foi autorizada HE |
| Requisição de veículos                                 | 1.060 veículos  | 958 veículos          |
| Locação de veículos                                    | 84 veículos   | 51 veículos           |
| Locação Rádio  | Reduzido gastos no contrato de 2018 em 27,82% em relação a 2016, o que corresponde a uma economia de R\$ 25.300,00. |                       |

→ **ECONOMIA ESTIMADA: R\$ 730.054,89**

\* Além dessas ações, que propiciaram economia direta, ainda ocorreram diversas iniciativas de sensibilização, sendo 6 eventos internos com 345 participantes e 4 eventos para o público externo com 5.835 participantes (advogados, representantes de partidos e mesários).

## 1.5 MODELO DE NEGÓCIO

### SOCIEDADE

#### ATENDIMENTO

77.321 Requerimento de Alistamento Eleitoral  
 28.112 Alistamento Eleitoral  
 25.586 Transferência Eleitoral  
 16.894 Revisão Eleitoral  
 6.729 2ª Via Eleitoral  
 8.623 Atendimentos realizados pela ouvidoria Eleitoral

#### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

8 Audiências Públicas realizadas pela Ouvidoria  
 11 Audiências Públicas realizadas pela Corregedoria

#### PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL 1º GRAU

3.100 Processos que ingressaram 1º Grau  
 2.578 Processos julgados  
 2.095 Processos antigos  
 12 Processos que importam na perda de mandado eletivo  
 7 Julgamentos dos recursos que possam importar em restrição a diplomação.

#### SOCIEDADE

176 Ações de cidadania  
 77.489 cidadãos impactados / beneficiados

#### ORGANIZAÇÃO

139 Municípios  
 33 Zonas Eleitorais  
 870 Locais de votação  
 4.152 Seções Eleitorais

#### ELEITORADO

1.039.098 Eleitorado do Estado do Tocantins  
 5.039 Eleitores Indígena  
 9.760 Eleitores com necessidades especiais

#### PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL 2º GRAU

1.332 Processos que ingressaram 2º Grau  
 1.026 Processos julgados  
 519 Processos antigos  
 15 Processos que importam na perda de mandado eletivo  
 32 Julgamento dos recursos que possam importar em restrição a diplomação

#### ESTADO E SOCIEDADE

R\$ 370.998,38 Arrecadação com multa eleitoral, cujo destino é o fundo partidário  
 109 Escolas atendidas em 59 cidades com ações voltadas à conscientização do eleitor  
 26.336 cidadãos beneficiados  
 79 Aldeias indígenas visitadas, atendendo 1.129 indígenas, de 5 diferentes etnias.  
 Confeccionado manual bilíngue em 4 línguas atinge 5 etnias para de esclarecimento da justiça eleitoral: Apinajé, Xerente, Javaé, Karajá e Krahô

### PROCESSOS INTERNOS

#### DESEMPENHO

39 Indicadores estratégico  
 60 Indicadores operacionais  
 25 Projetos Estratégicos  
 16 Projetos concluídos  
 9 Projetos em andamento

#### PLEITOS

Eleição Geral 1º e 2º turnos  
 2 Eleições suplementares  
 Eleição para governador 1º e 2º Turno  
 Eleição para prefeito Sandolândia  
 1 Plebiscito para mudança do nome de município

#### SESSÕES

146 Sessões realizadas no 2º grau  
 2 Sessões solenes  
 2 Sessões extraordinárias  
 589 Processos administrativos e judiciais com acordãos  
 403 Processo de registro de candidaturas  
 441 Processo de prestação de contas ingressaram e  
 111 foram julgados

#### AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

150 Processos de contratações  
 233 Fornecedores  
 7 Termos de cooperação  
 4 Convênios

### RECURSOS

#### FORÇA DE TRABALHO

40 Magistrados Apoio às Eleições  
 33 Promotores 2.844 Policiais e  
 1 Procurador agentes  
 314 Servidores Cerca de 15 mil  
 48 Estagiários mesários e 5.000  
 165 Terceirizados auxiliares

#### REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

R\$ 75.214.183,54

#### PSSS E INSSS

R\$ 7.648.671,26

#### MEIO AMBIENTE

26,3% de redução no consumo de água  
 9% de redução de impressão de documentos  
 29,6% de redução de Papel A4  
 7,5% de redução no consumo de energia  
 15% das licitações com pelo menos um item com critério de sustentabilidade  
 2.111 kg foram doados para associação de reciclagem

#### ORÇAMENTO

Dotação Total: R\$ 115.829.327,31  
 Total pago: R\$ 110.075.891,41



**CAP. 2**  
**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**  
**E GOVERNANÇA**

## 2.1 COMO A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA APOIA A CAPACIDADE DO TRE-TO ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS?

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Referencial Básico TCU).

Enquanto a GESTÃO é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a GOVERNANÇA provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.



Figura 2.1 Relação entre governança e gestão

Para que as funções de governança sejam executadas de forma satisfatória, o TRE-TO adota vários mecanismos de governança que dão o direcionamento estratégico e permitem que os resultados sejam monitorados e avaliados.



### MECANISMOS DE GOVERNANÇA

O órgão dispõe de vários mecanismos de governança, dentre eles se destacam:

#### ESTRATÉGIA

- Planejamento Estratégico Institucional
- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas
- Programa de Gestão
- Planejamento Integrado das Eleições

#### LIDERANÇA

- Sistema de Gestão da Qualidade
- Sistema de Gestão por Competência

#### CONTROLE

- Gestão de Riscos
- Auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade
- Auditorias do Controle Interno
- Accountability e Transparência



O detalhamento desses mecanismos de governança podem ser acessados em: <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/sistema-de-governanca-e-gestao>.

Sendo assim, cabe à governança do TRE-TO avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

## 2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do TRE-TO (PETRE) é realizado a nível corporativo, onde são definidos os grandes eixos que a organização quer seguir, quais sejam: MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS. Ele foi contemplado para o período de 2015 a 2020 e foi aprovado pela Resolução n.º 326/2015. Esta resolução aprovou ainda o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.



Eles podem ser acessados a partir de:

<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-e-gestao>

Uma das características dessa administração é o esforço contínuo pelo atendimento das determinações e orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), logo o PETRE foi alinhado ao Plano Estratégico do Poder Judiciário e das diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral como demonstrado na Figura 2.2.1.



Figura 2.2.1 Alinhamento do Planejamento Estratégico do TRE-TO

### Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO

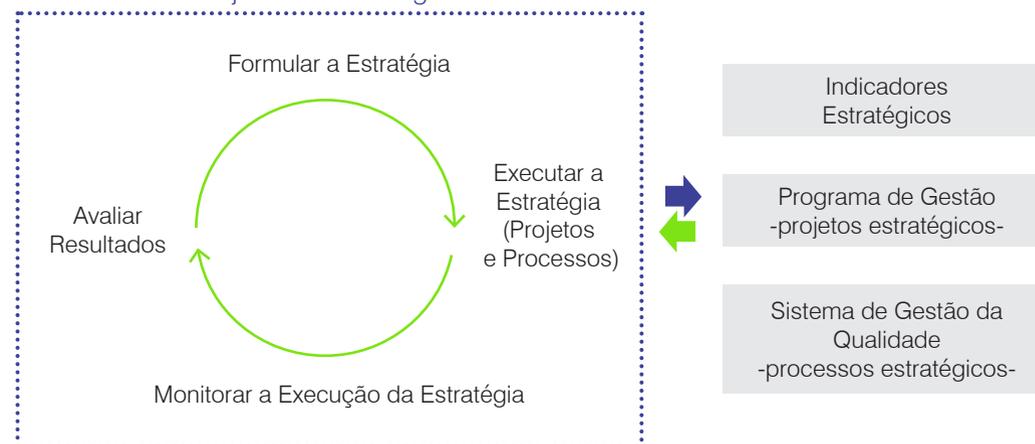


Figura 2.2.2 Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO

É apresentado o ciclo do planejamento estratégico do TRE-TO na Figura 2.2.2. Para o atingimento dos seus objetivos estratégicos são monitorados:

1. Indicadores Estratégicos, indicadores de desempenho vinculados aos objetivos estratégicos.
2. Projetos Estratégicos, priorizados no Programa de Gestão; e
3. Processos Estratégicos, delimitados no Sistema de Gestão da Qualidade que tem como escopo a Gestão do Processo Eleitoral.

O monitoramento dos resultados é feito nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's) pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC). Ao comitê cabe analisar os resultados alcançados e tomar decisões preventivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

## 2.3 MAPA ESTRATÉGICO E PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Figura 2.3 Mapa Estratégico TRE-TO

## 2.4 PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas da instituição estão definidas em seu Mapa Estratégico apresentado na Figura 2.3, em especial em sua VISÃO, que expressa onde e como a instituição pretende estar no futuro; e em seus 8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

Para viabilizar o atingimento desses objetivos foram desenvolvidos mecanismos de desdobramento da estratégia que contemplam o nível estratégico, tático e operacional.

A Figura 2.4 mostra, de forma ilustrativa, os planos e programas utilizados pelo TRE-TO para implementar as prioridades estratégicas.

Em nível estratégico, o TRE-TO tem o Planejamento Estratégico Institucional; o de Tecnologia da Informação e Comunicação; e o de Gestão de Pessoas.

Em nível tático, a elaboração do Planejamento Tático inicia-se com a aprovação do Programa de Gestão, que é a priorização das iniciativas/projetos que serão executados na gestão do presidente do órgão.

Existem ainda os planos tático/operacionais, que englobam diretrizes e se desdobram até a nível de atividades/operações. São eles o Programa de Gestão, Planejamento das Eleições e Plano de Logística Sustentável.

Os Planos Operacionais estão onde são executadas as ações traçadas pelo nível tático e também visam atingir os objetivos e as metas estratégicas. É nesse nível que as unidades executam os projetos e planos de ação, e ainda, os processos mapeados pelo Sistema de Gestão da Qualidade.

O alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas são analisados nas Reuniões de Análise da Estratégia em que participam os membros do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança de Tecnologia da Informação (COGETIC) além de gestores convidados.



Figura 2.4 Desdobramento da Estratégia da Justiça Eleitoral do Tocantins

## 2.5 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

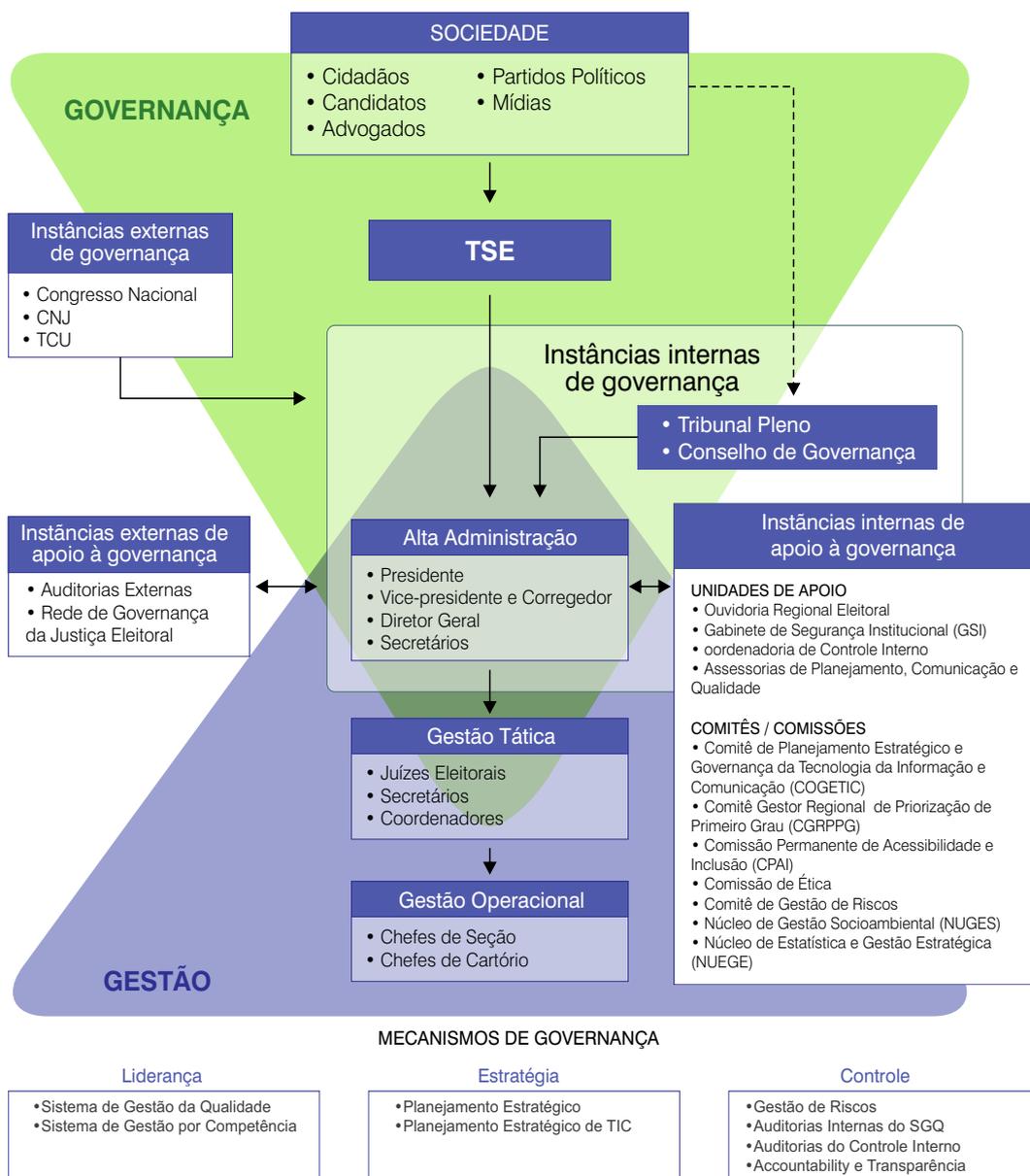


Figura 2.5 – Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO foi instituído pela Instrução Normativa n.º 7/2018. Segue o detalhamento de cada instância de governança.

### I INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-TO:

#### A TRIBUNAL PLENO

Segue a composição do colegiado do TRE-TO em 2018:



Desembargador Marco Anthony S. Villas Boas  
PRESIDENTE



Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente  
VICE-PRESIDENTE/  
CORREGEDORA



Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho  
VICE-CORREGEDOR



Juiz Agenor Alexandre da Silva  
OUVIDOR



Juiz Ademar Aires Pimenta  
JUIZ FEDERAL



Juíza Ângela Issa Haonat  
JURISTA



Juiz Henrique Pereira  
JURISTA



Álvaro Lotufo Manzano  
PROCURADOR REGIONAL  
ELEITORAL

**B CONSELHO DE GOVERNANÇA**

O Conselho de Governança do TRE-TO foi instituído pela Instrução Normativa n.º 7/2018, mesmo instrumento que institucionalizou o Sistema de Governança e Gestão do órgão. Seguem abaixo composição e competências:

| COMPOSIÇÃO  | COMPETÊNCIAS  |
|---|---|
| Titulares ou representantes das seguintes unidades:<br>I - Presidência do Tribunal<br>II - Vice-Presidência/ Corregedoria Regional Eleitoral<br>III - Diretoria-Geral<br>IV - Secretarias do Tribunal | Avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance de metas estabelecidas e, ainda, decidir acerca das seguintes matérias: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governança</li> <li>• Gestão estratégica</li> <li>• Políticas organizacionais</li> <li>• Gestão de aquisições</li> <li>• Projetos institucionais</li> <li>• Processos organizacionais</li> <li>• Gestão de resultados</li> <li>• Gestão de riscos</li> <li>• Controles internos administrativos</li> <li>• Metas, estratégias, indicadores e objetivos institucionais</li> <li>• Outros temas correlatos à natureza de sua competência</li> </ul> |

**C ALTA ADMINISTRAÇÃO**

Segue a composição da alta administração do TRE-TO:



Desembargador Marco Anthony S. Villas Boas  
PRESIDENTE



Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente  
VICE-PRESIDENTE/  
CORREGEDORA



José Machado dos Santos  
DIRETOR-GERAL



Teodomiro Fernandes Amorim  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO



Cristiane Regina Boechat Tose  
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS



Jader Batista Gonçalves  
SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Regina Bezerra dos Reis  
SECRETÁRIA JUDICIÁRIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO



## INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

### UNIDADES DE APOIO



#### OUVIDORIA (ORE-TO)

A ORE-TO é o canal de comunicação direta entre a Justiça Eleitoral do Tocantins e a comunidade/cidadão, servindo como importante instrumento de promoção da cidadania. Foi instituída pela Resolução n.º 228/2011 e dentre suas várias atribuições, está a de sugerir às demais unidades do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, notícias de irregularidades, críticas e elogios recebidos pelo cidadão.

Funciona também, na ORE, o Núcleo de Informação ao Cidadão (NIC), instituído pela Portaria PRES n.º 95/2015.

Dentre suas atribuições, estão a de monitorar a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); recomendar medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos de acesso à informação; e orientar as unidades organizacionais deste Tribunal para o fiel cumprimento da Lei.

A ORE-TO também é responsável pela gestão da Pesquisa de Satisfação do usuário da Justiça Eleitoral do Tocantins. O resultado dessa pesquisa é monitorado pela Alta Administração em Reuniões de Análise da Estratégia e muito contribui na governança do órgão.



#### GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI)

Assessora a Presidência do Tribunal no planejamento, execução e manutenção da segurança institucional da Justiça Eleitoral do Tocantins. No período eleitoral é responsável por planejar, coordenar e executar, em conjunto com os demais órgãos de segurança pública, a segurança e a manutenção da ordem pública no Estado do Tocantins, com vistas à garantia do livre exercício do voto, observadas as competências de cada órgão;



#### COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO (CCIA)

A CCIA é a Unidade de Auditoria do TRE-TO, vinculada diretamente à Presidência, atua como órgão de assessoramento do Presidente, com vistas a avaliar a gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e eficácia da aplicação dos recursos e seus controles e, ainda, as atividades relativas ao exame das contas eleitorais e partidárias, de competência originária do Tribunal.

A CCIA é o órgão responsável por auxiliar o Controle Externo, com o fim de garantir a regularidade, legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, bem como eficiência na correta aplicação dos recursos públicos sob a responsabilidade deste Regional e, ainda, por viabilizar a realização de

sua missão institucional.

Com o intuito de garantir o alinhamento entre as atividades de auditoria e os objetivos institucionais, como referências para a composição do Plano Anual de Auditoria, a CCIA considera sempre o planejamento estratégico organizacional, as ações coordenadas de auditoria definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e as auditorias integradas, sob a coordenação do Tribunal Superior Eleitoral.

As atividades de auditoria desenvolvidas pela CCIA atendem às normas técnicas estabelecidas para o Poder Judiciário, Resolução CNJ n.º 171/2013, Resolução TRE-TO n.º 314/2014, Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) e Plano Anual de Auditoria (PAA)\*, elaborados, aprovados e publicados de acordo com os critérios definidos nos normativos acima citados.

Ressalte-se que o relacionamento da Auditoria Interna com as demais instâncias de governança do TRE-TO está disciplinado na Resolução TRE-TO n.º 314/2014\*\*, a qual estabelece e regulamenta as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização na Secretaria e nos Cartórios Eleitorais das Zonas Eleitorais do Tocantins.



\* PALP e PAA/2018 disponíveis em:  
<http://www.tre-to.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria-interna/planos-de-auditoria-interna>



\*\* Resolução TRE-TO n.º 314/2014, alterada pela Resolução TRE/TO n.º 333/2015, disponível em:  
<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre/resolucoes-do-tre-to>

ASSESSORIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO;  
COMUNICAÇÃO; E QUALIDADEASSESSORIA DE  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Assessora o Diretor-Geral na coordenação e monitoramento do processo de planejamento estratégico; na elaboração e acompanhamento do programa de gestão; nas atividades para o cumprimento das metas e determinações do Conselho Nacional de Justiça.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,  
CORPORATIVA E CERIMONIAL

Compete o planejamento e execução da política de comunicação social e cerimonial e a divulgação interna e externa, através de notícias, das ações e iniciativas de todas as unidades do Tribunal.

ASSESSORIA DE PESQUISA,  
ESTRATÉGIA E GESTÃO DA QUALIDADE

Assessora o Diretor-Geral na coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), auxiliando as unidades do Tribunal no mapeamento dos processos de trabalho, bem como nos processos que compõe o escopo do Processo Eleitoral. É a unidade responsável pelo acompanhamento dos trabalhos para a certificação do órgão pela NBR ISO 9001/2015 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE).

## COMITÊS E COMISSÕES



## COGETIC

Comitê Gestor de Planejamento Estratégico  
e Governança da Tecnologia da Informação e  
Comunicação

Criado em 2016 pela Portaria n.º 156, incorporou a função do Comitê Executivo e do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. É um comitê vinculado à Presidência com competência para acompanhar a execução do planejamento estratégico, programa de gestão e plano de comunicação da estratégia; deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação, capacitação; processos organizacionais do escopo do SGQ; gestão de riscos, dentre outros.



## CGR-1º GRAU

Comitê Gestor Regional de Priorização de Primeiro  
Grau

Criado em 2015 pela Portaria n.º 483 com a atribuição de gerir e implementar a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pelo Resolução n.º 194/2014 do CNJ. É um órgão vinculado à Presidência.

Ao presidente deste comitê incube a tarefa de representar o 1º Grau de Jurisdição no COGETIC.



## CGR

## Comitê de Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos do TRE-TO foi instituída pela Resolução n.º 370/2016, bem como foi criado o Comitê de Gestão de Riscos do órgão. Compete ao Comitê propor ao COGETIC melhorias para a Política Corporativa de Gestão de Riscos; orientar os gestores sobre risco e controle administrativo; e dar suporte metodológico à implantação e operacionalização do gerenciamento de riscos.



## NUGES

## Núcleo de Gestão Socioambiental

Instituído pela Resolução n.º 331/2015 como unidade vinculada à Presidência. Como uma das suas principais atribuições está a de elaborar, monitorar, avaliar e revisar, juntamente com o comitê gestor, o Plano de Logística Sustentável.



## NUEGE

## Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

Criado pela Portaria PRES. n.º 503/2015 como unidade vinculada à Presidência. Dentre as suas competências destaca-se a de elaboração e divulgação dos dados estatísticos do órgão, bem como a de orientação dos gestores e servidores sobre a operacionalização dos sistemas disponíveis para coleta e processamento dos dados.



## CPAI

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão  
Instituído em 2017 pela Resolução n.º 377. A comissão é responsável pela definição de ações necessárias à garantia da plena acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins. Deve zelar ainda pelo cumprimento da Resolução n.º 230/2016 do CNJ e da Resolução n.º 23.381/2012 do TSE.



## COMISSÃO DE ÉTICA

Foi criada pela Portaria n.º 38/2016 da Diretoria-Geral, na qual são nomeados os membros da comissão. As respectivas atribuições estão delimitadas na Instrução Normativa n.º 7/2018, art. 14. Uma dessas atribuições é a de organizar e desenvolver ações de treinamento e disseminação do Código de Ética.



Toda a legislação interna do TRE-TO pode ser acessada no link:  
<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/legislacao-compilada-tre-to>



## INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

## • Congresso Nacional

Através da edição de leis que disciplinam o principal produto da Justiça Eleitoral que é realizar as Eleições.

## • Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Através da edição de resoluções que tem padronizado estrutura e procedimentos do judiciário, além do estabelecimento de metas anuais.

## • Tribunal de Contas da União – TCU

Através da prestação de contas anual, as quais estão submetidos todos os órgãos públicos federais.



## INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA



## AUDITORIAS EXTERNAS

Anualmente, são realizadas auditorias externas com o objetivo de determinar a capacidade e a eficácia do sistema de gestão para garantir a conformidade contínua, com os requisitos dos clientes, estatutários e regulamentares e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Em 2018, o Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-TO foi auditado nos dias 13 e 14 de setembro, pela empresa QMS Certification Services, visando à manutenção da certificação NBR ISO 9001/2015.

Atualmente, o órgão também é certificado pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE).



## REDE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL

É constituída pelos assessores de planejamento e gestão do TSE e dos 27 tribunais regionais eleitorais. Nessa rede são discutidas e analisadas as metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral, além de haver muita troca de informação sobre as boas práticas utilizadas na governança e gestão.

## 2.6 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

### 2.6.1 CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO CIDADÃO

O principal canal de comunicação do cidadão/usuário com o TRE-TO, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões é a Ouvidoria Regional Eleitoral do Tocantins (ORE-TO).

Dentre suas principais atribuições, destacam-se as de receber as manifestações sobre as atividades da Justiça Eleitoral no Tocantins, adotando as medidas necessárias à adequada solução de tais solicitações e sugerindo medidas administrativas para a melhoria dos serviços prestados.

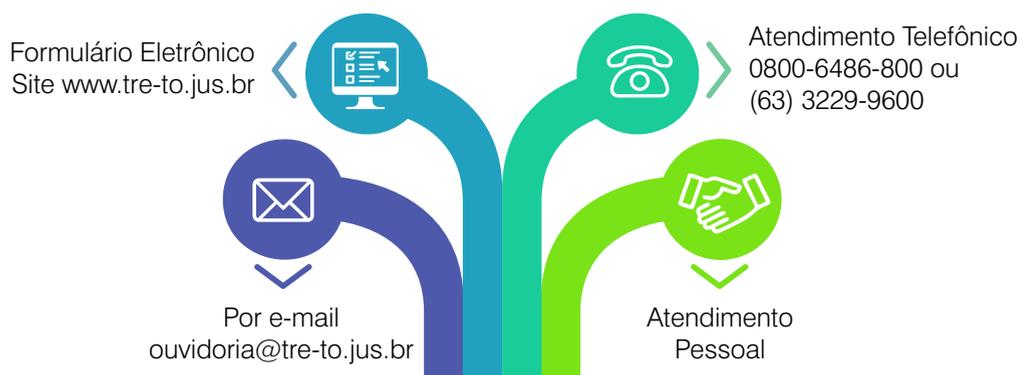


Figura 2.6.1 - Canais de Acesso aos serviços da OUIDORIA

Funciona ainda na Ouvidoria o Núcleo de Acesso à Informação, em observância à Lei de Acesso à Informação. Todas as demandas recebidas pela Ouvidoria são registradas no processo eletrônico (SEI - Sistema Eletrônico de Informações), e encaminhadas aos setores competentes para resolução das manifestações recebidas.

Segue o número de atendimentos da Ouvidoria em 2018 por categoria de solicitação:

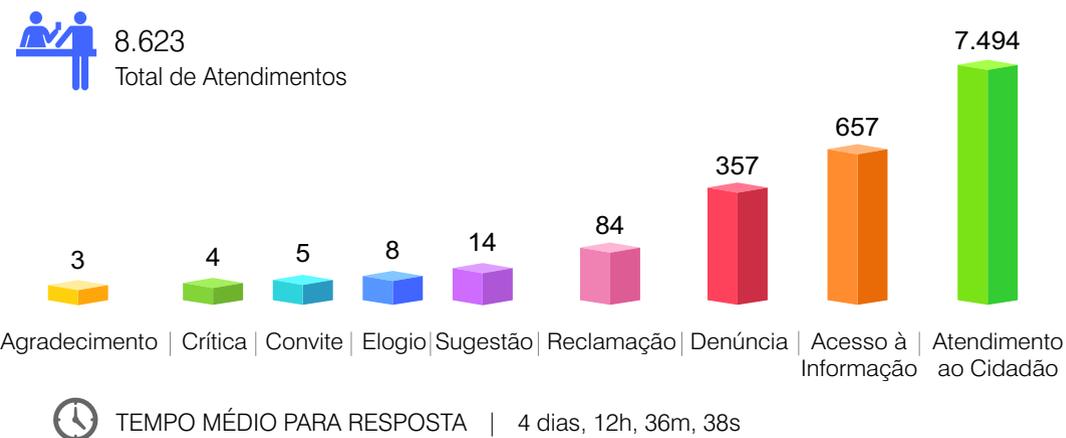


Figura 2.6.2 Atendimentos da Ouvidoria

Ao final de todos os atendimentos, a Ouvidoria faz uma pesquisa de satisfação para avaliar o atendimento, no qual são avaliados os seguintes critérios:

- Clareza da Resposta
- Qualidade da Resposta
- Tempo de Resposta

Considerando que responder à pesquisa de satisfação é uma ação facultativa, a Ouvidoria considerou significativo o quantitativo do retorno por partes dos cidadãos no decorrer do ano de 2018. Houve 587 avaliações conforme gráfico a seguir:



Gráfico 2.6.3 Pesquisa de Satisfação em relação aos atendimentos da Ouvidoria

A Ouvidoria também realizou, ao longo do ano de 2018, Audiências Públicas em cidades de diferentes regiões do Estado, chegando a receber convites para outros Estados da Federação, divulgando os serviços oferecidos pela Ouvidoria Regional Eleitoral, principalmente no tocante à Lei de Acesso à Informação (LAI) e o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - OUVIDORIA



Em 2018, o Projeto de Audiências Públicas da Ouvidoria Regional Eleitoral do Tocantins foi selecionado para concorrer à XV Edição do Prêmio Innovare com o tema “A Lei de Acesso à Informação e o Exercício da Cidadania”. A iniciativa foi considerada uma das boas-práticas da Justiça Eleitoral na categoria Juiz. Em uma iniciativa inédita da Justiça Eleitoral, o TRE-TO buscou fomentar as discursões e suas resoluções, a fim de que o cidadão obtenha máxima transparência nas informações requeridas junto ao Poder Público.

“A seleção ao Prêmio Innovare demonstra que o projeto tornou-se público e pode tornar ainda mais, fazendo com que cada cidadão seja um fiscal. Se esta ideia disseminar, como vem sendo expandida para outros Estados, poderemos melhorar um pouco mais o convívio social”, explicou o ouvidor juiz Agenor Alexandre.

 Acesse: <https://www.premioinnovare.com.br/praticas/7207>

**2.6.2 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO**

A Justiça Eleitoral do Tocantins aplica dois tipos de pesquisa para verificar o grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

 **PESQUISA DE SATISFAÇÃO APLICADA NOS POSTOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO**

Avalia os serviços prestados pela Justiça Eleitoral no Tocantins. Avalia os itens conforme mostra na figura seguinte.

Os instrumentos de coleta de dados são as urnas de captação instaladas nas áreas de atendimento das serventias eleitorais e o questionário padronizado que permite registrar a avaliação do atendimento prestado em ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

Segue o resultado da pesquisa aplicada nos últimos 4 anos.

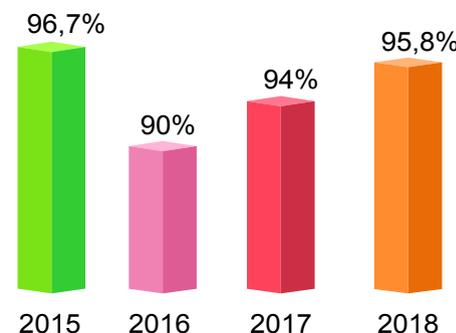
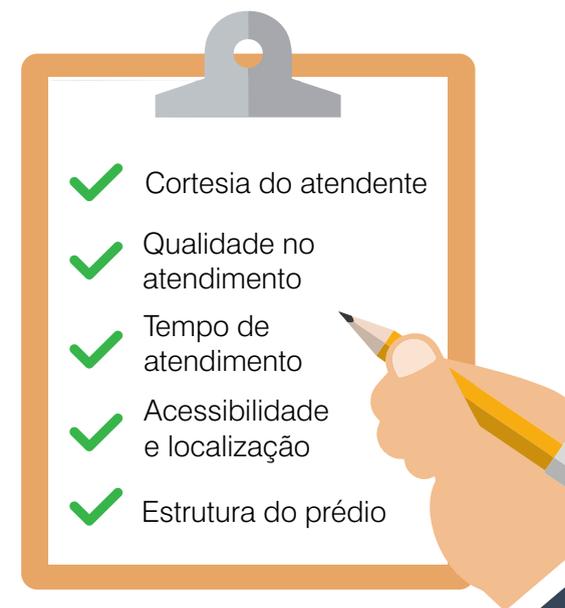


Gráfico 2.6.4 Histórico de Satisfação do Cliente da JE-TO

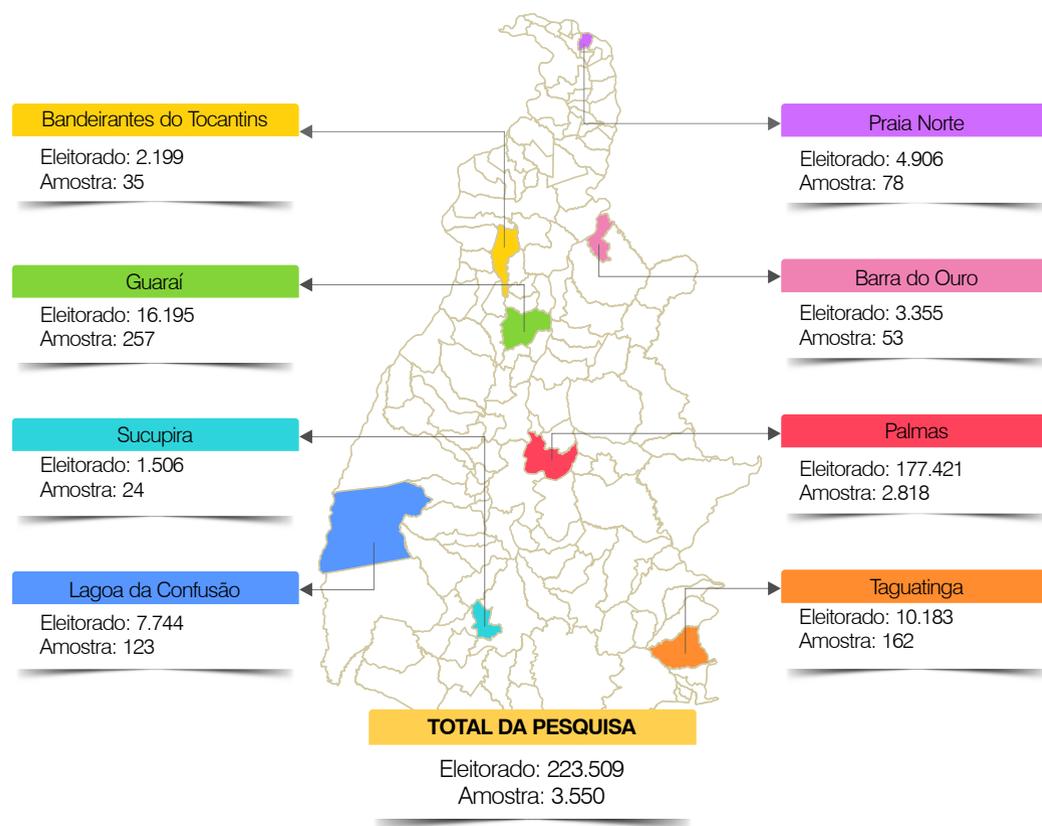
**CLIENTES DA JUSTIÇA ELEITORAL**

- 
- Eleitores
  - Candidatos
  - Partidos Políticos
  - Advogados
  - Outros

## PESQUISA DE SATISFAÇÃO APLICADA NO DIA DA ELEIÇÃO

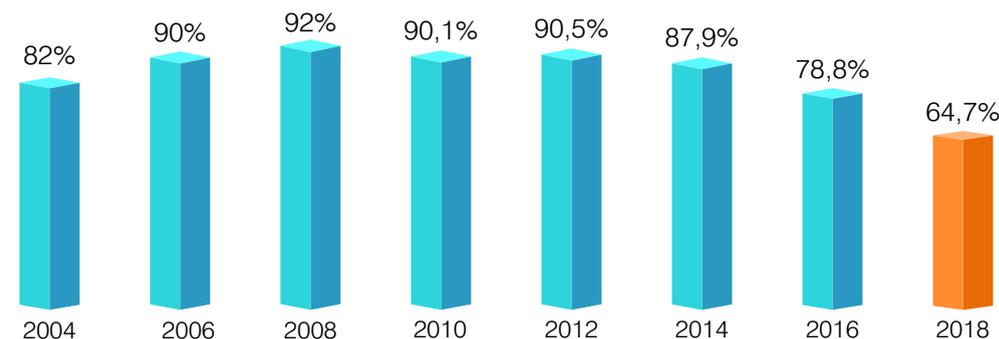
É uma pesquisa contratada pelo órgão com o objetivo de avaliar o grau de satisfação dos eleitores em relação aos serviços prestados pelo TRE-TO; o grau de informação do eleitorado sobre o processo eleitoral e qualidade da prestação dos serviços e nível de credibilidade da Justiça Eleitoral.

A pesquisa foi realizada em 8 Municípios, com representatividade nas 8 microrregiões do Estado.



## ÍNDICE DE CONFIANÇA NA JE-TO

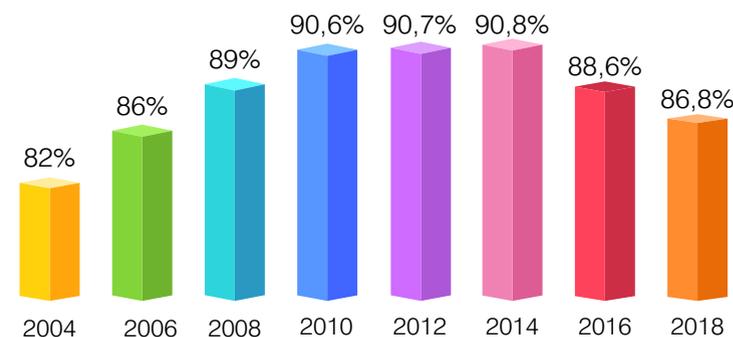
Em decorrência das fake news em relação ao funcionamento das urnas eletrônicas nas Eleições 2018, o índice de confiança caiu 14,1%.



## PESQUISA DE SATISFAÇÃO



## ÍNDICES GERAIS DE SATISFAÇÃO



- Analisa os seguintes itens:
- Instalações físicas
  - Sinalização nos locais de votação
  - Cadastro e expedição do título eleitoral
  - Acessibilidade e mobilidade
  - Campanhas educativas
  - Distância da seção
  - Confiança nos serviços da JE

### 2.6.3 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

#### SERVIÇOS PROVIDOS 1º GRAU DE JURISDIÇÃO



Acesse a Carta de Serviços de 1º Grau na íntegra no link:  
<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/carta-de-servico-do-1o-grau-tre-to>



#### SERVIÇOS ELEITORAIS

- Emissão de título eleitoral
- Emissão da segunda via do título eleitoral
- Revisão dos dados cadastrais do eleitor
- Revisão do local de votação eleitoral
- Transferência do domicílio eleitoral
- Regularização da inscrição eleitoral referente a interdição,
- Cancelamento, condenação e conscrição.
- Justificativa pela ausência à votação
- Justificativa pela ausência aos trabalhos eleitorais
- Informações sobre filiação e/ou desfiliação partidária.
- Transferência temporária de eleitores / Voto em trânsito.
- Filiação e desfiliação partidária
- Emissão de certidão
  - Certidão de quitação eleitoral
  - Certidão crimes eleitorais
  - Certidão circunstanciada
  - Declaração de comprovação de endereço
  - Certidões diversas de dados constantes do cadastro eleitoral



#### PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Protocolocar petição
- Consultar andamento processual



#### GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

- Direito ativo  
Possibilitar o exercício da cidadania por meio do voto
- Direito Passivo  
Possibilitar registro da candidatura ao cidadão que pleiteia representar vontade popular por meio do voto

#### SERVIÇOS PROVIDOS 2º GRAU DE JURISDIÇÃO



Acesse a Carta de Serviços de 2º Grau na íntegra no link:  
<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/carta-de-servico-do-2o-grau-tre-to>



#### PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- Acompanhamento processual
- Emissão de certidão processual
- Divulgação de pautas, atas, calendário das sessões
- Disponibilização dos vídeos das sessões plenárias em mídia social (youtube)
- Publicações
- Biblioteca
- Protocolar
- Consulta à jurisprudência
- Cadastro de Administrador Estadual de Partido Político no Sistema Filiaweb
- Orientações sobre prestação de contas eleitorais
- Atendimento à mídia
- Certidão de processos, normas e sistemas aplicáveis à arrecadação



#### ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS

- Solicitação de eleições comunitárias para escolha de representante de classe ou entidade



#### NÚCLEO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (OUVIDORIA)

- Consultas, informações, sugestões, denúncias ou elogios
- Audiência públicas

#### SERVIÇOS PROVIDOS POR MEIO DE E-GOV



#### NO SITE DO TRIBUNAL

- Consulta de situação processual
- Emissão de guia de recolhimento de multa eleitoral
- Justificativa Eleitoral
- Pré-atendimento Eleitoral
- Cadastro de Mesário Voluntário
- Situação eleitoral
- Consulta ao Título e local de votação



#### EMISSÃO DE CERTIDÃO

- Certidão de quitação eleitoral
- Certidão de crimes eleitorais
- Certidão composição partidária
- Certidão defiliação partidária
- Certidão Negativa de Alistamento



#### APLICATIVOS MÓVEIS

- E-Título
- Fala Mesário
- Pardal
- Resultado
- Boletim na mão
- JE Processos

## 2.6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Conformidade Legal:

- Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011)
- Res. CNJ n.º 102/2009

O TRE-TO divulga regularmente uma série de relatórios e documentos com informações referentes à gestão estratégica, orçamentária, judicial e de pessoal, além dos resultados da gestão das várias áreas do órgão.



**Acesso à  
Informação**



INFORMAÇÕES QUE MAIS CONTRIBUEM  
PARA A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO:

- Agenda Institucional (consulta datas, sessões, prazos eleitorais e outros) <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/conheca-o-tribunal/agenda-institucional-do-tre-tocantins>
- Planejamento e Gestão <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-e-gestao>
- Atuação da Corregedoria <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/corregedoria-regional-eleitoral/corregedoria-regional-eleitoral>
- Atuação da Escola Judiciária Eleitoral <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/escola-judiciaria-eleitoral>
- Atuação Ouvidoria <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/ouvidoria-regional-eleitoral/ouvidoria-regional-eleitoral>
- Tramitação Processual <http://www.tre-to.jus.br/transparencia/tramitacao-processual/tramitacao-processual-1>
- Legislação Compilada <http://www.tre-to.jus.br/legislacao/legislacao-compilada-tre-to>
- Licitações e Contratos <http://www.tre-to.jus.br/transparencia/licitacoes/consulta-licitacoes-e-contratos>
- Demonstrações Contábeis
- Estatística e Produtividade dos Magistrados
- Justiça em Números <http://www.tre-to.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/relatorios-cnj>
- Metas do Poder Judiciário
- Recursos Humanos e Remunerações
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Auditorias <http://www.tre-to.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria-interna/planos-de-auditoria-interna>
- Relatório de Gestão para o TCU <http://www.tre-to.jus.br/transparencia/gestao-fiscal/relatorios-de-gestao>

## 2.6.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TRE-TO

Buscando o objetivo estratégico de garantir os direitos de cidadania com vistas ao fortalecimento da democracia, este Tribunal desenvolveu várias atividades de promoção de cidadania e participação social, as quais realçaram a acessibilidade e a inclusão como pilares de uma política

global do TRE-TO. A seu turno, a Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial (ASCOM) promoveu a publicação de matérias jornalísticas de divulgação dos serviços da JE, tais como prazos para alocação em seções eleitorais acessíveis e outros esclarecimentos atinentes à

temática de acessibilidade e de inclusão.

A seguir, expõem-se as principais ações desenvolvidas reunidas nos seguintes grupos: medidas de conscientização, ações voltadas primordialmente para as instalações físicas e projeto de inclusão sociopolítica dos indígenas.

### CURSO DE LIBRAS

Realizaram-se treinamentos de servidores para conversação em Libras com foco no atendimento ao cidadão no Cartório Eleitoral, contando com mais de cem inscritos. Referido curso foi produzido sob demanda e destina-se a fornecer aos participantes conhecimento sobre aspectos introdutórios da Linguagem Brasileira de Sinais, além de contemplar diálogos corriqueiros no atendimento, incluindo perguntas e interpretação das possíveis respostas.

### CONVÊNIO UFT

Foram realizadas tratativas com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) visando à formação de convênio para desenvolver medidas educativas de esclarecimento acerca da acessibilidade e inclusão como um direito primordial, bem como a formação de multiplicadores acerca do tema. Referido acordo encontra-se em trâmite no SEI n.º 0022574-87.2018.6. 27.8000. para coleta das assinaturas pertinentes.

### RODA DE CONVERSA

Visando a fortalecer o diálogo com a sociedade sobre acessibilidades e outros temas ligados ao processo eleitoral, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TO) realizou na Universidade Estadual do Tocantins e na Universidade Federal do Tocantins os eventos “Roda de Conversa com a Justiça Eleitoral”. Promoveram-se palestras, interações e coletas de sugestões. Houve a participação de 260 alunos, 3 magistrados e 10 servidores da Justiça Eleitoral.

### INCLUSÃO - APAE

A EJE levou o Projeto “Agentes da Democracia - Formação de eleitores e de políticos do futuro” aos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Palmas. Este evento contemplou palestra interativa sobre educação política e cidadania, o desenvolvimento de jogos educativos sobre as eleições e, ainda, votação simulada em urna eletrônica. 47 alunos participaram das atividades.



### CARTILHA DE ACESSIBILIDADES

Com vista à democratização do conhecimento acerca do direito das pessoas com deficiência, desenvolveu-se cartilha com ênfase na tutela das acessibilidades e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, sob o enfoque primordial do direito à participação e cidadania pelo exercício do voto como direito de todos e todas as pessoas.

## AÇÕES VOLTADAS ÀS INSTALAÇÕES FÍSICAS



### REFORMAS PREDIAIS

As reformas de prédios da JE-TO têm observado os requisitos estabelecidos pela legislação de modo a ampliar a acessibilidade às instalações e serviços eleitorais para atingir, pelo menos, 70% de cumprimento a todos os requisitos da Norma NBR 9050 até 2020.

Alcance das reformas 2018:

- 3 sedes de Cartórios Eleitorais
- 12 municípios
- 46.981 eleitores

### ACESSIBILIDADE DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Foram definidos requisitos mínimos de acessibilidade dos locais de votação e inseridos no Sistema de Pré-Vistoria, visando a diagnosticar e subsidiar melhorias contínuas pelos respectivos gestores estadual e municipais.

### ORIENTAÇÕES AOS JUÍZES ELEITORAIS

O Presidente e a Corregedora orientaram os Juízes eleitorais visando a:

- Substituição de locais de votação por outros com melhor acessibilidade;
- Medidas para redução de filas no dia das eleições;
- Identificação no Cadastro dos eleitores com deficiência para alocação adequada;
- Outras medidas para ampliar a acessibilidade.

## PROJETO DE INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS INDÍGENAS

Em continuidade aos trabalhos iniciados para as Eleições de 2014 impulsionados pelo Des Marco Villas Boas, Corregedor à época, o TRE-TO desenvolveu importante projeto de inclusão sociopolítica dos indígenas no processo democrático, nesta etapa coordenado por juiz eleitoral e com participação comprometida do Diretor-Geral e de equipe técnica do Tribunal.

Mediante planejamento, realizaram-se visitas às aldeias, reuniões e workshop com lideranças indígenas de todas as etnias existentes no Estado, visando a ouvi-las e colher informações acerca de suas reais necessidades.

Mencionadas visitas contaram com a presença do procurador federal da Funai Lusmar Soares Filho ou de outro representante dessa entidade.

O workshop foi realizado na sede do Tribunal, nos dias 15 e 16 de março, e contou com a participação de lideranças indígenas e outras autoridades. Abaixo mais informações acerca deste evento.

Além disso, nesse objetivo de incentivar a participação política das comunidades indígenas do Estado, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TO) levou o Projeto "Agentes da Democracia - Formação de eleitores e de políticos do futuro" às aldeias, realizando palestras e outras atividades nas comunidades de todas as etnias do Estado, reforçando o trabalho de conscientização e inclusão efetiva dos

indígenas no processo democrático.

### Agentes da democracia em números



Ademais, foram lançadas quatro cartilhas bilíngues editadas em português e nas línguas maternas dos povos Panhi, (Apinajé), Iny (Karajá – Javaé – Xambioá), Meri (Krahô), Povo Akwe (Xerente), as quais fornecem didaticamente informações importantes para que todos possam compreender e participar de forma consciente e efetiva do processo eleitoral. Referidas cartilhas foram distribuídas inicialmente às aldeias, conforme infográfico a seguir, e serão encaminhadas oportunamente às instituições parceiras e/ou relacionadas ao tema.

### Distribuição das Cartilhas



### WORKSHOP

#### PARTICIPAÇÃO

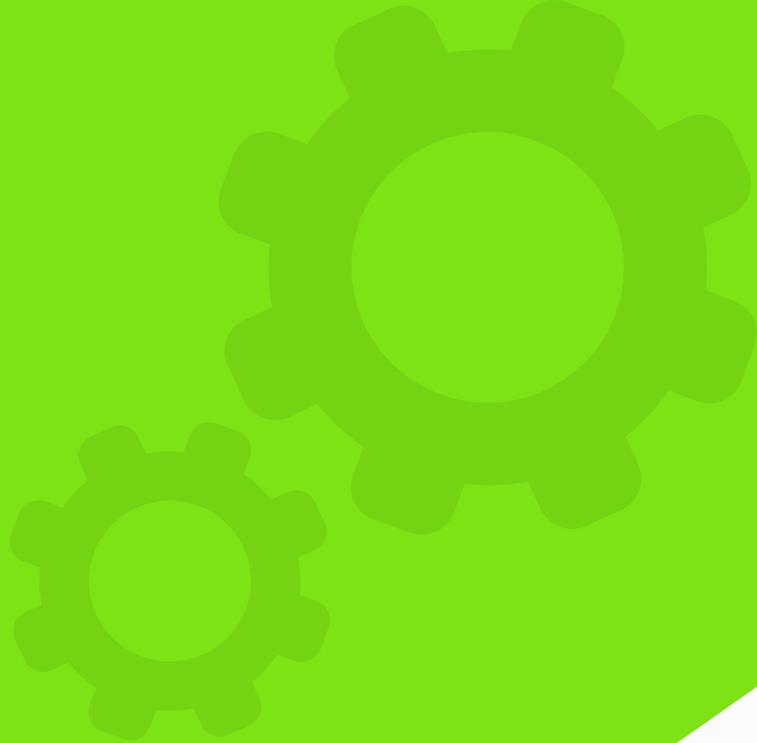
- Presidente do TRE e Procurador Regional Eleitoral,
  - 33 lideranças indígenas (21 aldeias),
  - 6 Juízes eleitorais e 7 Chefes de Cartório,
  - Funai, Exército, Polícias Civil e Militar, MPF, AGU, DPE, UFT, Seduc
  - Servidores da Justiça Eleitoral.
- Total 113 pessoas

#### PALESTRAS/TEMAS PARA OFICINAS

- Segurança nas eleições em comunidades Indígenas, Juiz em Roraima Aluizio Ferreira Vieira;
- Representatividade Política dos povos Indígenas, Antropóloga e doutoranda em indigenismo Clarisse Drummond Martins Machado;
- Diálogo entre culturas, Professor e mestre em Linguística Francisco Edvigés Albuquerque.

#### RESULTADOS

- Coleta de 3 propostas de cada oficina visando subsidiar planos de ação para atendimento das demandas indígenas;
- Deliberação por confecção de cartilhas sobre o processo eleitoral escritas nas línguas maternas dos povos indígenas.



**CAP. 3**  
**GESTÃO DE RISCOS E**  
**CONTROLES INTERNOS**

### 3.1 QUAIS OS RISCOS ESPECÍFICOS QUE AFETAM A CAPACIDADE DA UPC DE ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO E COMO A UPC LIDA COM ELES?

O TRE – TO tem como objetivos estratégicos, os relacionados no mapa estratégico disponível na figura 2.3, a saber:

- Garantia dos direitos de cidadania;
- Combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional;
- Fortalecimento da segurança e da transparência no processo eleitoral;
- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas;
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária;
- Fortalecimento da governança;
- Aperfeiçoamento da governança de TI.

Com vistas a alcançar os objetivos estratégicos, além do cumprimento das metas estabelecidas nos indicadores relacionados, foi estabelecida a política e metodologia de riscos por meio da Resolução n.º 370/2016 e Portaria da Presidência n.º 338/2017, tendo sido mapeados e gerenciados os riscos operacionais relacionados aos processos organizacionais, conforme matriz de riscos disponível em <http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/gestao-de-riscos>

### 3.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão dos riscos é realizada por cada gestor, tendo seus controles categorizados conforme suas respectivas eficácias, o que resulta na classificação referentes no infográfico relacionado na figura 3.2.1 (Infográfico Gestão de Riscos), elencada ao Sistema de Gestão da Qualidade.

No exercício de 2018, os riscos identificados situam-se em sua maioria nos processos de apoio. Veja o escalonamento no quadro abaixo:

|                                       |   |     |
|---------------------------------------|---|-----|
| Processos de apoio                    | Infraestrutura tecnológica, Logística para Zonas Eleitorais, Orçamento, Gestão de Bens e Serviços, Gestão de Pessoas e Prestação de Contas Eleitorais | 48% |
| Processos finalísticos                | Trâmite Processual Judicial de 1º e 2º Grau, Cadastro de Eleitores, Atendimento ao Eleitor, Diplomação, Votação e Apuração                            | 28% |
| Processos de monitoramento e melhoria | Auditorias, Inspeção nas Zonas Eleitorais, Ouvidoria e Votação Paralela   | 16% |
| Processos de Gestão e Liderança       | Planejamento para Eleições, Planejamento Estratégico e Comunicação  | 8%  |

Dos riscos monitorados nos processos organizacionais, não existem riscos classificados como extremo, 2% são altos, 54% são médios e 44% são baixos. Destes, após aplicação dos controles, foram reduzidos para os quantitativos elencados na figura 3.2.1 (Reclassificação dos riscos após controles).

Nesta gestão, estão em estudos os riscos relacionados aos objetivos estratégicos, tendo como fonte a matriz SWOT, mais especificamente nos pontos fracos e ameaças.

- 

**1 Comissão de gestão de riscos**  
Portaria DG n.º 82, de 18/12/2015, que institui a equipe responsável pelos serviços de assessoramento na definição de estratégias para o gerenciamento de riscos no âmbito do TRE/TO.
- 

**2 Política de gestão de riscos**  
Resolução TRE-TO n.º 370, de 24/11/16, que institui a Política de Gestão de Riscos do TRE-TO.
- 

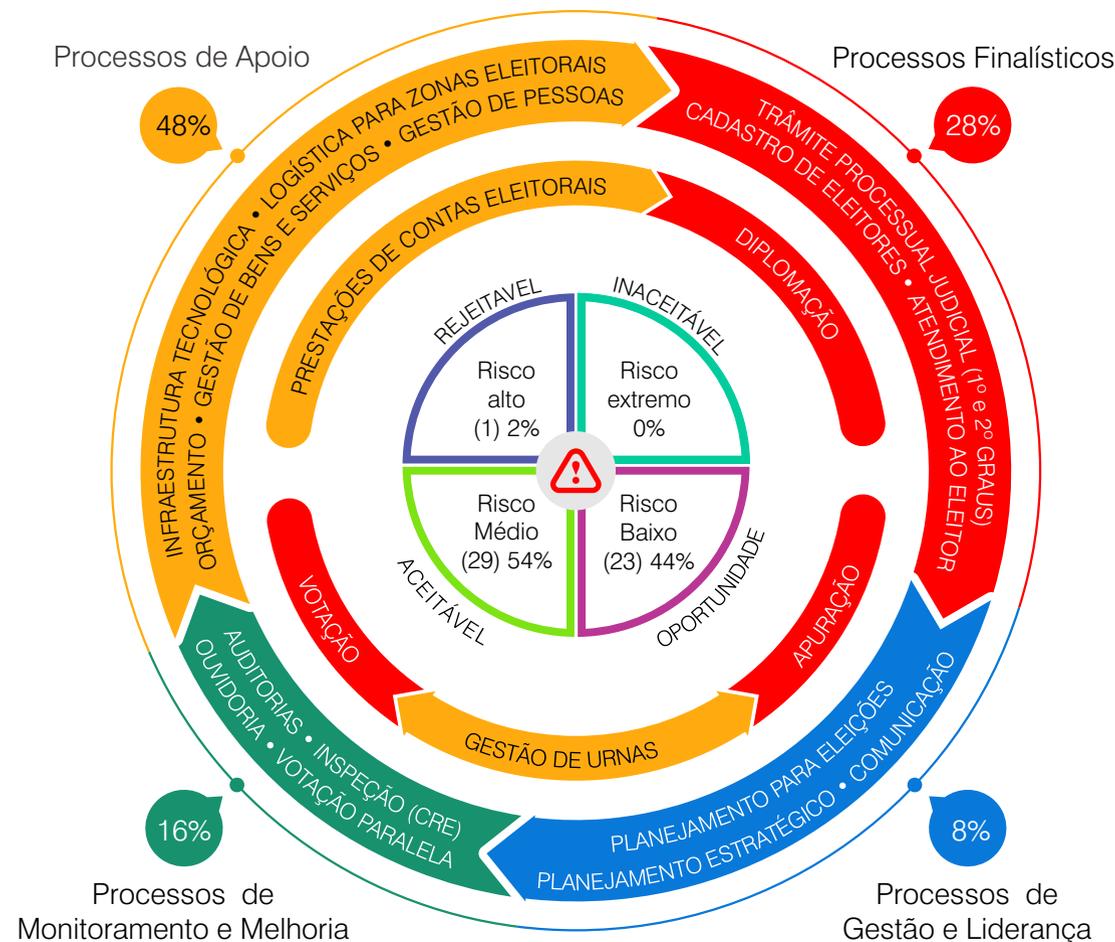
**3 Estrutura do processo de gestão de riscos**  
Compõem a estrutura do Processo de Gestão de Riscos: Pleno, Presidência, COGETIC, Comitê de Gestão de Riscos e Gestor de Riscos.
- 

**4 Metodologia de gestão de riscos**  
Etapas do processo Gestão de Riscos: Estabelecimento do contexto, identificação de riscos, análise de riscos, avaliação de riscos, comunicação e consulta, monitoramento e análise crítica.
- 

**5 Matriz de apetite a riscos**  
Portaria PRES n.º 338, de 9/8/17, aprova a Matriz de apetite a riscos que o Tribunal se dispõe a aceitar na busca por agregar valor aos serviços prestados para a sociedade, bem como as diretrizes para priorização do tratamento de riscos.
- 

**6 Matriz de riscos do TRE-TO**  
O TRE monitora, por meio das Reuniões de Análise da Estratégia, os riscos relacionados aos processos organizacionais, hoje no total de 53 riscos.

**RISCOS DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS**



**RECLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS APÓS CONTROLES:**



Figura 3.2.1 - Infográfico gestão de riscos

# SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DO TRE-TO

ESCOPO: GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL NO ESTADO DO TOCANTINS

## PARTES INTERESSADAS

### CLIENTES

#### Requisitos

- Confiança
- Atendimento
- Celeridade
- Transparência
- Segurança
- Acessibilidade

### ÓRGÃOS DE CONTROLE TCU, CNJ, TSE

#### Requisitos

- Legalidade
- Impessoalidade
- Moralidade
- Publicidade
- Eficiência

### COLABORADORES

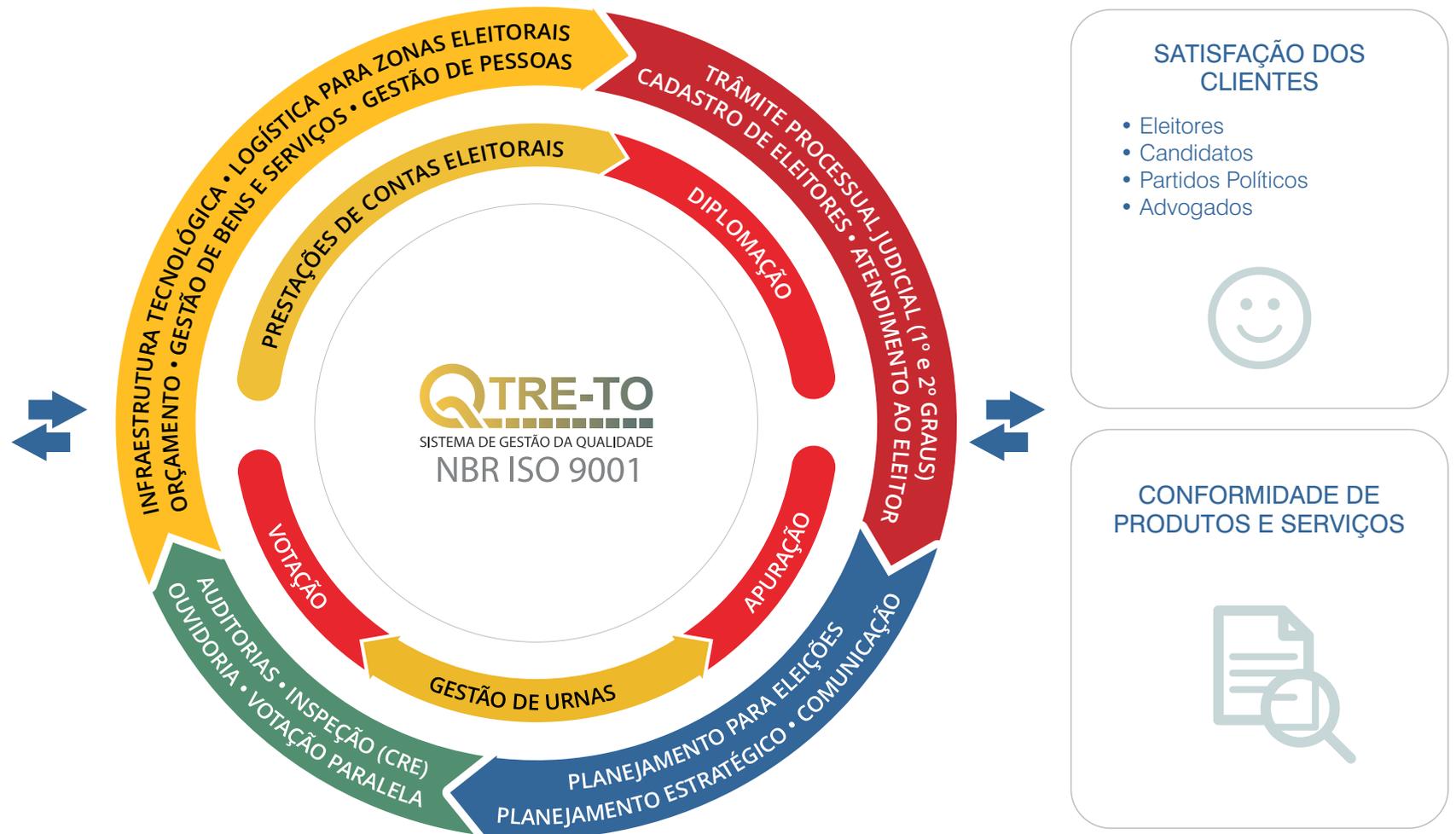
#### Requisitos

- Ambiente adequado para operação dos processos
- Competências asseguradas

### FORNECEDORES

#### Requisitos

- Cumprimento da legislação aplicável às contratações com instituições públicas.



● PROCESSOS DE GESTÃO E LIDERANÇA

● PROCESSOS DE APOIO

● PROCESSOS DE MONITORAMENTO E MELHORIAS

● PROCESSOS FINALÍSTICOS



# **CAP. 4**

## **RESULTADOS DA GESTÃO**

#### 4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os 8 objetivos estratégicos do TRE-TO estão discriminados no seu Planejamento Estratégico. Apresentamos o Mapa Estratégico do tribunal na Figura 2.3. Para o atingimento dos seus objetivos estratégicos são monitorados:



A execução dos projetos estratégicos, por meio do Programa de Gestão, e a execução dos processos estratégicos, por meio do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) / Escopo do Processo Eleitoral, influenciam o atingimento das metas estabelecidas nos indicadores estratégicos. Logo, os resultados dos objetivos estratégicos são calculados com base no percentual de cumprimento das metas estabelecidas nos indicadores estratégicos.

Seguem os resultados alcançados dos objetivos estratégicos em 2018:

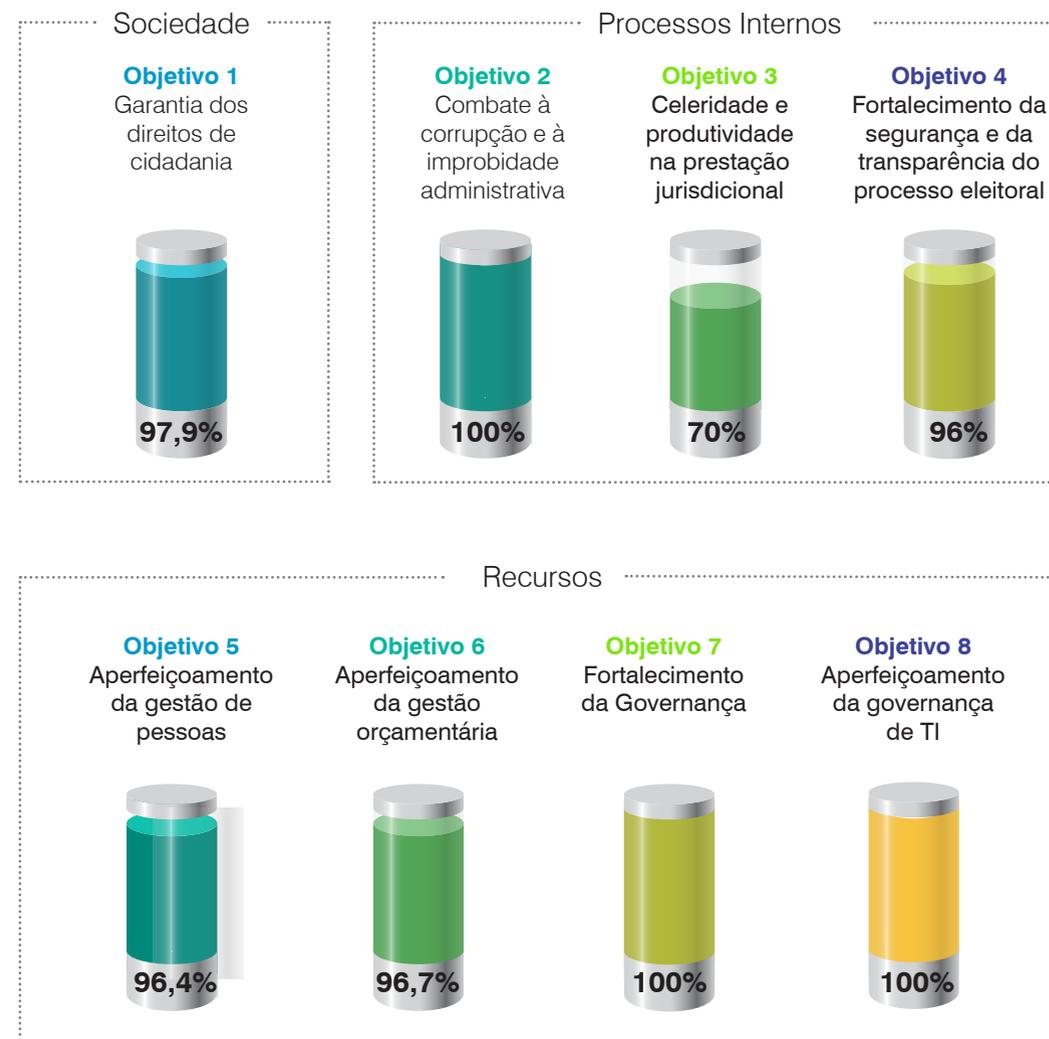


Figura 4.1 Resultados Objetivos Estratégicos

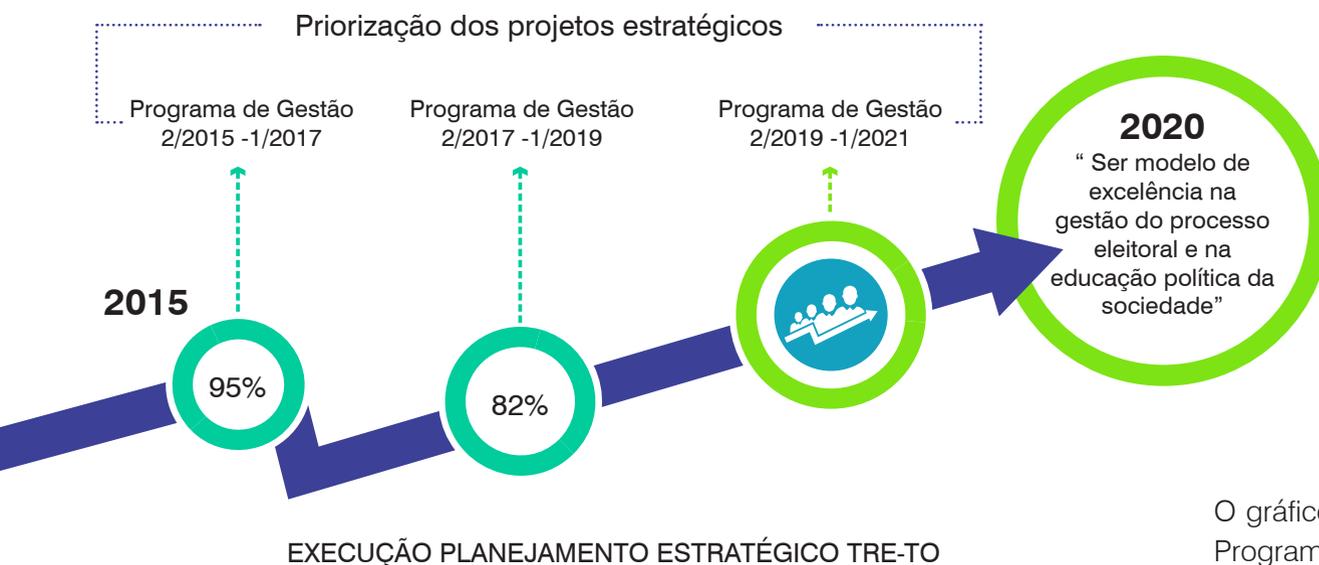
! O detalhamento desses resultados será feito nos próximos itens.

## 4.2 PROGRAMA DE GESTÃO

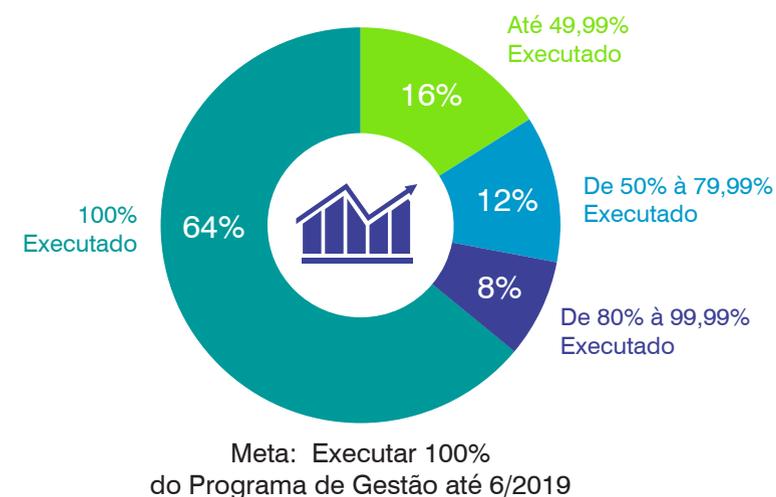
Os projetos estratégicos do TRE-TO são os projetos e iniciativas priorizados no Programa de Gestão do órgão. É importante perceber que o Programa de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico. Entretanto, o planejamento do TRE-TO foi elaborado para o período 2015 a 2020, englobando 6 anos de gestão. Já os programas de gestão são bianuais coincidindo com a gestão do presidente do órgão.

A execução dos programas de gestão contribui para o atingimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico. O Programa de Gestão vigente é para o período de julho de 2017 a junho de 2019, logo a análise dos resultados 2018 tem que ser feita levando em consideração que a administração tem como meta a execução total do programa até o final da gestão, ou seja, até junho de 2019.

O primeiro ciclo do programa de gestão para a execução do Planejamento Estratégico 2015-2020 foi o Programa de Gestão 2/2015-1/2017. Ele teve 95% das atividades previstas executadas. O segundo ciclo é o Programa de Gestão 2/2017-1/2019 e finalizou o exercício 2018 com 82% executado. A expectativa é que este seja executado 100% no 1º semestre de 2019.



### PROJETOS DO PROGRAMA DE GESTÃO 2017-2019



O gráfico acima detalha o percentual de execução de cada projeto constante no Programa de Gestão, assim como a execução dos objetivos estratégico com base na média da execução dos projetos a ele vinculados.

| NOSSA MISSÃO   |        | "Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade" |        |  |        | Programa de Gestão 2017-2019<br>atualizado em 1.2019                   |        | % Execução<br><b>82,03%</b>  |        |   |        |   |        |
|--|--------|--|--------|--|--------|--|--------|--|--------|---|--------|---|--------|
| Sociedade  |        | Processos Internos   |        | Recursos   |        |  |        |  |        |   |        |   |        |
| GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA   |        | CELERIDADE E PRODUTIVIDADE   |        | SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL                              |        | APERFEIÇ. DA GESTÃO DE PESSOAS   |        | APERFEIÇ. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA   |        | FORTALEC. DA GOVERNANÇA   |        | APERFEIÇ. DA GOVERNANÇA DE TI   |        |
| Reformar os Cartórios Eleitorais de Alvorada, Paranã, Natividade, Itacajá, Arraias e Colmeia | 67,9%  | Ampliar a utilização do processo eletrônico na Justiça Eleitoral do Tocantins                  | 100,0% | Planejar, realizar, gerenciar e avaliar as Eleições 2018, de forma integrada | 100,0% | Promover capacitação presencial de servidores dos Cartórios Eleitorais | 5,4%   | Aprimorar o processo operacional da eleição (Gestão de recursos utilizados nas eleições) | 41,0%  | Revisar o Plano de Comunicação Institucional                                    | 71,8%  | Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação | 62,9%  |
| Fomentar a acessibilidade dos locais de votação  | 100,0% |  |        |  |        | Aprimorar a gestão de assistência à saúde do TRE-TO                    | 81,1%  | Implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica em pelo menos uma unidade     | 17,7%  | Recertificar a Gestão do Processo Eleitoral conforme a Norma NBR ISO 9001:2015. | 100,0% | Atualizar a infraestrutura do Data Center Corporativo do Tribunal   | 100,0% |
| Promover a inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas  | 100,0% |  |        |  |        | Implantar a gestão do perfil profissional                              | 85,3%  | Automatizar o grupo gerador da sede mediante a instalação de sistema de rampa            | 17,6%  | Revisar o Plano de Logística Sustentável  | 100,0% |   |        |
| Implantar Projeto social voltado à conscientização política                                  | 100,0% |  |        |  |        | Ofertar Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública           | 100,0% | Implantar sistema de gestão de frota   | 100,0% | Elaborar o livro de Normas Eleitorais e Partidárias 2018.                       | 100,0% |   |        |
|  |        |  |        |  |        | Instituir Programa de Seleção Interna para Cargos e Função             | 100,0% | Renovar a frota de veículos oficiais   | 100,0% | Confeccionar cartilhas temáticas para as eleições 2018                          | 100,0% |   |        |
|  |        |  |        |  |        |  |        |  |        | Instituir o sistema de governança do TRE-TO                                     | 100,0% |   |        |
|  |        |  |        |  |        |  |        |  |        | Instituir Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas                  | 100,0% |   |        |

Figura 4.2.2 - Percentual de execução dos projetos do programa de Gestão 2017-2019

### 4.3 PROJETOS E PRINCIPAIS INDICADORES POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Segue agora o desafio a ser tratado pelo objetivo estratégico e o resultado alcançado com a execução dos projetos e iniciativas do Programa de Gestão 2/2017-1/2019, além dos principais indicadores de desempenho relacionado ao objetivo.



#### GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Objetivo

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas socioambientais sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.

#### Projeto 1: Implantar projeto social voltado à conscientização política

Em março de 2018, a Diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TO), Desembargadora Ângela Prudente, lançou o Projeto Agentes da Democracia - Formação de Eleitores e Políticos do Futuro, que percorreu o Estado de norte a sul, envolvendo juízes eleitorais e servidores de todas as Zonas Eleitorais.

Os principais objetivos do projeto são conscientizar, capacitar, mobilizar e incluir social e politicamente os jovens matriculados no ensino médio no Estado do Tocantins, bem como despertar a consciência cívica, preparando aqueles que irão participar das decisões políticas fundamentais do país, formando cidadãos mais conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais livre e democrática.

Registramos ações de educação política, inclusão sociopolítica e educação infantil, realizada por meio de palestras, aplicação de jogo interativo sobre o processo eleitoral, votação simulada, alistamento eleitoral e concurso de redação. Segue o alcance do projeto.



#### Principais Indicadores

Ind. 1: Satisfação dos Clientes



Ind. 2: Acesso à Justiça Eleitoral  
Municípios atendidos pela Justiça Eleitoral



Ind. 4.2: Responsabilidade Social  
Pessoas beneficiadas com projetos de conscientização política



**Projeto 2: Promover a inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas**

Os resultados alcançados com a execução desse projeto está descrito no capítulo 2.6.5 de acessibilidade e Inclusão.

% Executado: 100%

**Projeto 3: Fomentar a acessibilidade dos Locais de Votação**

Foram definidos requisitos mínimos de acessibilidade dos locais de votação e inseridos no Sistema de Pré-Vistoria, visando a diagnosticar e subsidiar melhorias contínuas pelos respectivos gestores estadual e municipais.

% Executado: 100%

**Projeto 4: Reformar os Cartórios Eleitorais de Itaguatins, Alvorada, Formoso do Araguaia, Paranã, Natividade e Itacajá**

A finalidade é proporcionar instalações adequadas aos servidores e usuários da Justiça Eleitoral, adaptando os prédios às normas de acessibilidade, mantê-los em boas condições de uso e eliminar patologias da edificação.

Alcance das reformas 2018:

3 sedes de Cartórios Eleitorais

12 municípios

46.981 eleitores

% Executado: 67,87%. A previsão é que seja finalizado em junho/2019.



Objetivo

**FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL**

Está relacionado aos objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

**Projeto 6: Planejar, realizar, gerenciar e avaliar as Eleições 2018, de forma integrada (Secretaria e Zonas Eleitorais)**

% Execução: 100%

Todas as atividades foram executadas obedecendo os prazos do calendário eleitoral. O 1º Turno aconteceu em 7.10.2018 e o 2º Turno em 28.10.2018

Os 21 projetos de melhoria dos processos serão executados a partir do 1º semestre/2019.



Ainda em 2017, no período de 18 a 21 de setembro, reuniram-se os chefes de cartório e representantes das unidades da Sede do Tribunal que impactam no processo eleitoral para PLANEJAR as Eleições Gerais 2018.

Nesse evento foram planejadas 678 atividades que se desdobraram em 2.261 tarefas.

A execução das atividades foram feitas no sistema PADLog de forma que a alta administração conseguia visualizar toda a execução em tempo real. Além disso, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2018 foi realizado o evento Avaliação das Eleições 2018. Reuniram-se magistrados e servidores para avaliar os processos de trabalho e estabelecer projetos de melhorias para as próximas eleições. Do evento saíram 21 Planos Gerais de Projetos.

**Principais Indicadores**

Ind. 1: Satisfação dos Clientes



Ind. 2: Acesso à Justiça Eleitoral  
Municípios atendidos pela Justiça Eleitoral



Ind. 4.2: Responsabilidade Social  
Pessoas beneficiadas com projetos de conscientização política



**Objetivo**

**CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL**

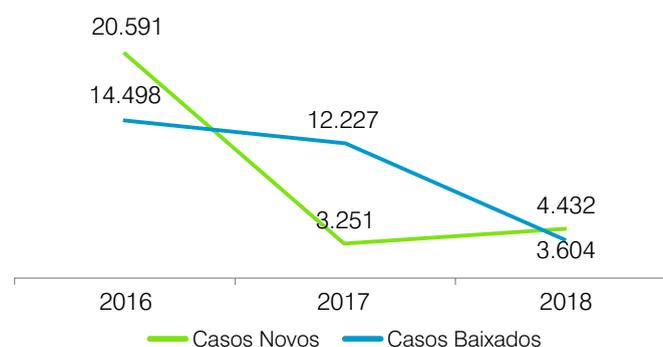
Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação administrativa e jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos administrativos e judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

**Projeto 5: Ampliar a utilização do processo eletrônico na JE-TO**

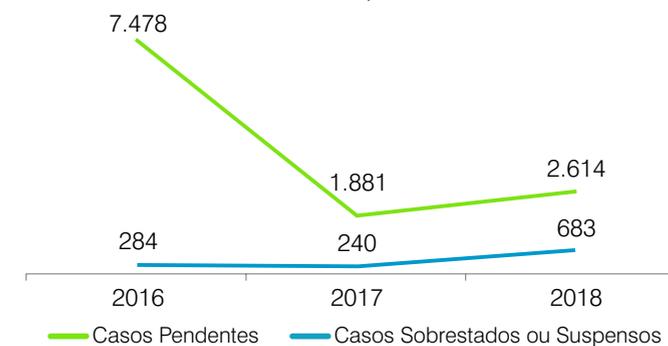
Em 2018, foi implantado o PJe em 100% das classes processuais do 2º Grau levando a facilidade de acesso aos autos pelas partes envolvidas, diminuição de profissionais na sede do Tribunal em busca de informações processuais, celeridade na tramitação processual e redução do consumo de papel A4

**ESTATÍSTICA PROCESSUAL**

Série histórica de casos baixados e novos, 2016 a 2018, TRE-TO.



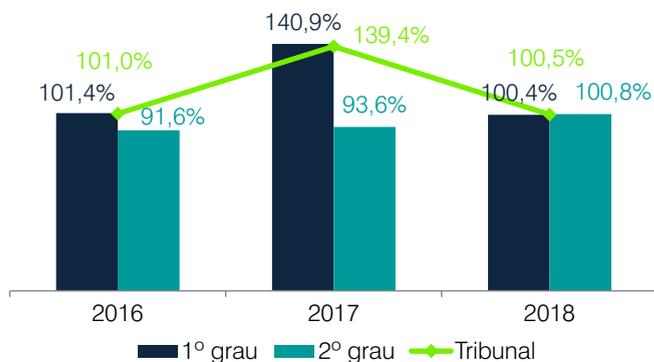
Série histórica de casos pendentes e sobrestados ou suspensos, 2016 a 2018, TRE-TO



Uma das características da Justiça Eleitoral é a sazonalidade no fluxo das demandas processuais. Em anos em que ocorrem Eleições Municipais, o número de processos aumenta consideravelmente em consequência dos registros de candidaturas para prefeitos e vereadores. Além dos processos de registro de candidaturas, todos os candidatos, partidos e coligações devem prestar contas.

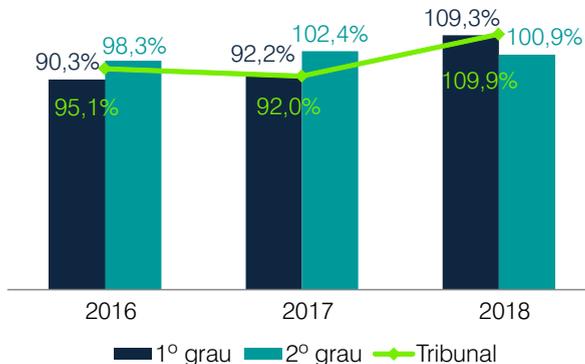
**Principais Indicadores**

Ind. 7: Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos (META 1 - CNJ)



Meta Ind. 7: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ind. 8: Índice de julgamento dos processos antigos (META 2 - CNJ)



Meta Ind. 8: Identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12 de 2 anos anteriores ao ano de referência. Exemplo: para 2018, até 31/12/2016.



**APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS**

Objetivo

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-TO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Projeto 7: Promover capacitação presencial de servidores dos Cartórios Eleitorais nas seguintes temáticas:

- Primeiros socorros
- Direção defensiva
- Atendimento de Ouvidoria
- Outros temas serem definidos

Espera-se que os servidores desenvolvam competências relativas aos cuidados preventivos-corretivos no que diz respeito à segurança dos mesmos, dos clientes e do patrimônio do Tribunal, bem como aplicação de boas práticas no atendimento aos eleitores nos diversos canais de comunicação que o TRE dispõe.

% Execução: 5,4%.

Serão ministrados os cursos no 1º semestre/2019

Projeto 8: Aprimorar a gestão de assistência à saúde do TRE-TO

Visa aprimorar os serviços disponibilizados aos usuários, credenciados e a gestão das informações por meio de implantação de novas funcionalidades, garantindo a continuidade da prestação de serviços com equilíbrio financeiro.

% Execução: 81,05%

**Principais Indicadores**

Ind. 16: Execução do PAC Plano Anual de Capacitação



Ind. 17: Satisfação com o Clima Organizacional



Ind. 19: Absenteísmo \*Quanto menor, melhor



Ind. 20: Prevenção da Saúde



■ Resultado    ◆ Meta

#### Projeto 9: Implantar a gestão do perfil profissional

Ao final do projeto pretende-se entregar sistema automatizado que permitirá aos gestores e servidores do TRE-TO consultar o histórico funcional próprio e dos colaboradores de sua equipe. Este rol de informações englobará dados pessoais, dados profissionais tais como lotação, ocupação de cargo e função comissionada, afastamentos, histórico de férias, histórico de escolaridade e de ações de capacitação, histórico de atividades desenvolvidas em outras unidades e equipes de trabalho, avaliação de competências e eventuais GAPs, banco de interesses e demais informações que serão levantadas junto aos principais gestores do Tribunal. Com esta iniciativa busca-se atender às diretrizes estabelecidas pela Resolução/CNJ n.º 240/2016, Acórdão/TCU 3023/2013, bem como alinhar este Tribunal às melhores práticas de Gestão de Pessoas que estão sendo adotadas por instituições de referência nacional.

% Execução: 85,32%

#### Projeto 10: Firmar convênio com Instituição de Ensino para oferta de Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública aos servidores

Firmou-se convênio com a Universidade Federal do Tocantins para a oferta do curso de Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública para 4 (quatro) servidores deste Regional.

% Executado: 100%

#### Projeto 11: Instituir Programa de Seleção Interna para Cargos e Função

Prover cargos em comissão e funções de confiança mediante o atendimento a critérios previamente estabelecidos, orientados pelas necessidades do órgão, pelas competências exigidas pelo cargo ou função e pelo reconhecimento do mérito, promovendo, sempre que possível, processo seletivo transparente e acessível. Por meio da Portaria TRETO n.º 485/2018, foi instituído o Programa de Recrutamento e Seleção Interna, no âmbito do TRE-TO.

% Execução: 100%



#### Objetivo

### APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

#### Projeto 12: Aprimorar o processo operacional da eleição

A finalidade é melhorar a sistemática para a gestão de todos os recursos que são utilizados na Eleição, promovendo um uso otimizado dos mesmos. O sistema denominado "SDU" foi testado, porém não atendeu aos requisitos especificados pelo setor demandante. Atualmente, o setor estuda outra possibilidade: aquisição ou desenvolvimento de outro sistema.

% Execução: 40,95%

#### Projeto 13: Implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica em pelo menos uma unidade

O projeto visa implementar soluções que tragam eficiência energética em pelo menos uma das seguintes unidades do Tribunal: Central de Urnas, Cartório Eleitoral de Araguaína, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Paranã, Goiatins ou Itacajá.

% Executado: 17,74%

#### Projeto 14: Automatizar o grupo gerador da sede mediante a instalação de sistema de rampa

Reduzir o consumo de energia elétrica no horário de ponta.

% Executado: 17,62%

#### Projeto 15: Implantar sistema de gestão de frota

Informatizou-se o controle de movimentação da frota (entrada e saída de veículos), de modo a tornarem mais efetivos os controles de localização dos veículos, identificação dos condutores e requisições de utilização de veículos.

% Executado: 100%

**Projeto 16: Renovar a frota de veículos oficiais**

Garantir infraestrutura apropriada para a execução das atividades administrativas da Sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, com a substituição dos veículos mais antigos, cujas despesas com manutenções são elevadas, por veículos novos.

% Executado: 100%

**Principais Indicadores**

Ind. 21.1: Execução do Orçamento Ordinário



Ind. 21.3: Execução do Orçamento de Eleição

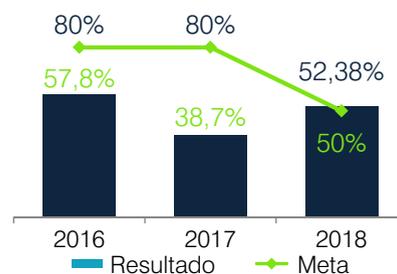


Ind. 23: Tempo de Tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços

\*Processos de aquisição finalizados dentro do prazo



Ind. 32: Execução do Plano de Contratações de TI



**FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA**

Objetivo

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-TO, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, da gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

**Projeto 17: Revisar o Plano de Comunicação Institucional**

Além da publicação de notícias e conteúdos no site e intranet, dentre os principais produtos de comunicação entregues destacam-se:

- Voto e Cidadania - Informativo institucional eletrônico;
- TRE Direto – produção audiovisual com reportagens sobre as principais ações e projetos da Justiça Eleitoral, disponibilizado no site, redes sociais e canal do Youtube;
- Prosa Eleitoral – programa radiofônico de até 5 minutos, com veiculação quinzenal, que se desenvolve por meio de entrevistas sobre temas específicos, com foco no cidadão/eleitor;
- Via Eleitoral/WhatsApp – canal de comunicação com servidores, imprensa e advogados, disponibilizado via linha de transmissão, com envio de informações importantes para cada público;
- Campanhas para Redes Sociais (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube)

% Executado: 71,76%

**Projeto 18: Recertificar a Gestão do Processo Eleitoral conforme a Norma NBR ISO 9001:2015**

O projeto de recertificação do Processo Eleitoral, aos moldes da NBR ISO 9001:2015, foi concluído em setembro 2018, ocasião em que o organismo certificador independente (QMS BRASIL) atestou a qualidade dos serviços prestados pelo TRE-TO, envolvendo um escopo composto por 19 processos, categorizados em processos de Gestão e Liderança, Finalísticos, Apoio e Monitoramento e Melhoria. Com esse resultado, iniciou-se o 5º ciclo de certificação, com validade até julho de 2020.

% Executado: 100%



**Projeto 19: Revisar o Plano de Logística Sustentável**

Foram definidas novas metas e ações para vigorar de 2018 a 2020, bem como revistos os indicadores. Com a execução das ações previstas no PLS em 2018, o Tribunal teve uma economia estimada de R\$ 217.374,30. O detalhamento desse valor está no capítulo 5, item Plano de Logística Sustentável.

% Execução: 100%

**Projeto 20: Elaborar o livro de Normas Eleitorais e Partidárias 2018**

Para facilitar a consulta à legislação que disciplinou as Eleições 2018, foi elaborado o livro de Normas Eleitorais e Partidárias 2018, que é a compilação da legislação relativa ao processo eleitoral do ano de referência. Foram confeccionados 1.000 exemplares de livros e distribuídos 908, além de ter sido disponibilizada a versão digital no link <http://www.tre-to.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018>

% Execução: 100%

**Projeto 21: Confeccionar cartilhas temáticas para as Eleições 2018**

Para facilitar a consulta às normas que vigoraram nas Eleições 2018, ainda foram confeccionados 17.900 manuais e/ou cartilhas de diversos temas: Ações e Representações, Propaganda Eleitoral, Prestação de Contas, Registro de Candidaturas, Crimes Eleitorais, Cartilha Bilíngue para os povos indígenas, Reforma Eleitoral e Acessibilidade.

% Execução: 100%

**Projeto 22: Instituir o sistema de governança do TRE-TO**

A Instrução Normativa n.º 7/2018 instituiu o Sistema de Governança e Gestão deste Tribunal. Esse sistema estabelece os mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitam avaliar, direcionar e monitorar adequadamente os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Tocantins. O detalhamento desse item está no capítulo 2.

% Execução: 100%

**Projeto 23: Elaborar o Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas**

Para atender a Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário (instituída pela Res. CNJ n.º 240/2016), o TRE-TO aprovou o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas para o período 2018 a 2020 pela Res. n.º 430/2018.

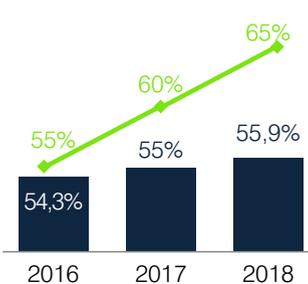
% Execução: 100%

**Principais Indicadores**

Ind. 25: Satisfação dos servidores com a comunicação interna



Ind. 27: Execução da Estratégia  
\*% Indicadores que cumpriram a meta



Ind. 28: Adequação das instalações físicas  
\*Qualidade dos imóveis do TRETO



■ Resultado    ◆ Meta



Objetivo

### APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TI

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

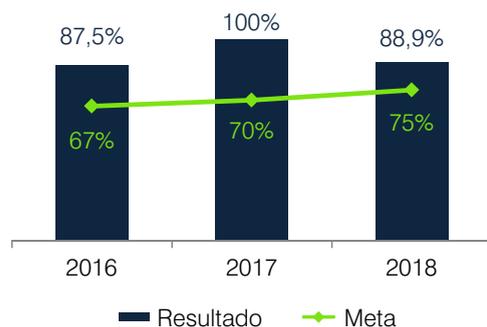
#### Projeto 24: Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação

Parte dos sistemas que integram essa iniciativa passou a ser responsabilidade de um grupo de trabalho nacional.

Três módulos estão sendo desenvolvidos e um deles já encontra-se em fase de testes.

% Execução: 62,93%

Ind. 30: Cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de TI



#### Projeto 25: Atualizar a infraestrutura do Data Center Corporativo do Tribunal

O projeto foi finalizado com a instalação da nova infraestrutura de data center, o que colabora para a manutenção da disponibilidade dos serviços de TIC.

% Execução: 100%

### 4.4 INDICADORES DE DESEMPENHO

O Planejamento Estratégico Institucional possui atualmente 35 indicadores estratégicos que se desdobram em 38 metas. Como mostrado no item 4.3, os indicadores são alinhados aos objetivos estratégicos, inclusive foi mostrado naquele item o resultado alcançado dos principais indicadores frente a suas metas.

Das 35 indicadores, 3 estão sobrestados, ou seja, em 2018 foram analisados os resultados de 32 indicadores. Segue no gráfico 4.4 o resultado geral do percentual de cumprimento das metas.

Planejamento Estratégico 2015-2020

% de Cumprimento das metas

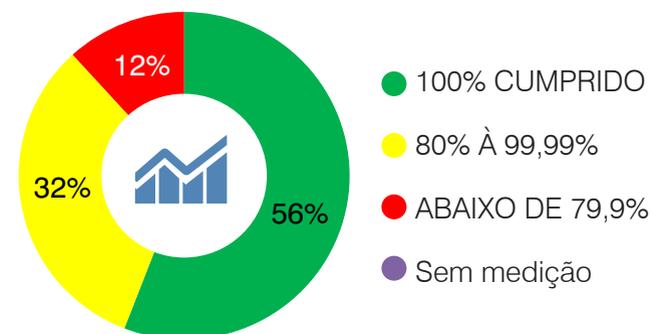


Gráfico 4.4 Cumprimento Metas Estratégicas

O detalhamento do percentual de cumprimento de cada meta estabelecida para 2018 pode ser acessado no link:



<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/gestao-estrategica/planejamento-e-gestao>

Quanto ao desempenho dos processos organizacionais do Sistema de Gestão da Qualidade, os resultados foram apresentados no ANEXO II (Mapa de Indicadores dos Processos Organizacionais)

#### 4.5 MONITORAMENTO DAS METAS

A execução e monitoramento das metas estabelecidas para os indicadores estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional, bem como as iniciativas e projetos do Programa de Gestão são acompanhados pela Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral, via sistema GPWeb.

Os indicadores e projetos são cadastrados e alimentados pela unidade responsável pela execução ou acompanhamento das atividades relacionadas.

Durante as Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), que acontecem em média a cada 4 meses, os resultados atingidos são apresentados ao Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC), que é um comitê de apoio à governança do TRE-TO.

As metas com percentual de cumprimento abaixo de 80% são apresentadas e analisadas individualmente nas RAE's. De posse das informações apresentadas, o comitê tem propriedade para tomar decisões mais assertivas. As decisões são registradas em ata e enviadas às unidades responsáveis, via processo eletrônico.

#### 4.6 ELEIÇÕES 2018

A Gestão do Processo Eleitoral no Estado do Tocantins foi realizada por meio do monitoramento de 19 processos, os quais compõem o escopo do Sistema de Gestão da Qualidade, desmembrados em 2.256 ações em níveis estratégicos, táticos e operacionais, todas materializadas em sistema informatizado.

No pleito de 2018, o TRE contou com uma força de trabalho de 22.457 pessoas, dentre elas os magistrados, servidores, terceirizados, auxiliares, mesários, policiais, agentes e estagiários. Graças ao empenho de todos os envolvidos em suas respectivas áreas de atuação, conseguiu-se uma apuração célere, transparente e segura, cujos resultados foram entregues no prazo médio de 3 horas. O detalhamento, por pleito, consta do infográfico 4.6.



Essas atas podem ser acessadas em

<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/gestao-estrategica/planejamento-e-gestao>

**ELEIÇÕES 2018**

**Eleição Extraordinária (Governador)      Eleições Ordinária      Extraordinária (Prefeito)**

| 1º TURNO  |   | 2º TURNO  |   | 1º TURNO  |   | 2º TURNO  |   | Extraordinária (Prefeito)   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| <b>Numero de candidatos</b><br>7 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>335 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   | <b>Numero de candidatos</b><br>2 Candidatos   |
| <b>Atividades e Tarefas</b><br>1.236  | <b>Atividades e Tarefas</b><br>1.321  | <b>Atividades e Tarefas</b><br>2.517  | <b>Atividades e Tarefas</b><br>2.391  | <b>Atividades e Tarefas</b><br>2.391  | <b>Atividades e Tarefas</b><br>53   |
| <b>Tempo de Apuração</b><br>228 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>134 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>217 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>169 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>169 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>24'27 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>24'27 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>24'27 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>24'27 min   | <b>Tempo de Apuração</b><br>24'27 min   |
| <b>Eleitores Aptos</b><br>1.018.329   | <b>Eleitores Aptos</b><br>1.018.329   | <b>Eleitores Aptos</b><br>1.038.754   | <b>Eleitores Aptos</b><br>1.039.178   | <b>Eleitores Aptos</b><br>1.039.178   | <b>Eleitores Aptos</b><br>3.034   |
| <b>Abstenções</b><br>306.877  | <b>Abstenções</b><br>355.032  | <b>Abstenções</b><br>207.540  | <b>Abstenções</b><br>258.102  | <b>Abstenções</b><br>258.102  | <b>Abstenções</b><br>540  | <b>Abstenções</b><br>540  | <b>Abstenções</b><br>540  | <b>Abstenções</b><br>540  | <b>Abstenções</b><br>540  |
| <b>Pessoas Envolvidas</b><br>2.844 Policiais e Agentes<br>360 Servidores<br>66 Juízes e Promotores<br>15.186 Mesários<br>5.067 Auxiliares | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>2.844 Policiais e Agentes<br>361 Servidores<br>66 Juízes e Promotores<br>15.108 Mesários<br>5.048 Auxiliares | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>2.844 Policiais e Agentes<br>411 Servidores<br>66 Juízes e Promotores<br>11.129 Mesários<br>4.651 Auxiliares | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>2.844 Policiais e Agentes<br>411 Servidores<br>66 Juízes e Promotores<br>11.129 Mesários<br>4.651 Auxiliares | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>2.844 Policiais e Agentes<br>411 Servidores<br>66 Juízes e Promotores<br>11.129 Mesários<br>4.651 Auxiliares | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>20 Policiais e Agentes<br>15 Servidores<br>2 Juízes e Promotores<br>366 Mesários | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>20 Policiais e Agentes<br>15 Servidores<br>2 Juízes e Promotores<br>366 Mesários | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>20 Policiais e Agentes<br>15 Servidores<br>2 Juízes e Promotores<br>366 Mesários | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>20 Policiais e Agentes<br>15 Servidores<br>2 Juízes e Promotores<br>366 Mesários | <b>Pessoas Envolvidas</b><br>20 Policiais e Agentes<br>15 Servidores<br>2 Juízes e Promotores<br>366 Mesários |



#### 4.7 PERSPECTIVA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

Quando eventos externos impactam a forma de se gerir uma instituição, o gestor pode enfrentar a situação como uma oportunidade ou pode recuar e engessar a gestão. Dois fatores externos impactaram a gestão em 2018: uma é a pressão social pela redução dos gastos públicos em meio a uma das maiores crises financeiras já enfrentadas pelo país, e a outra é a pressão dos órgãos de controle pelo aumento da transparência nos sites dos órgãos públicos.

Essa gestão encarou esses dois desafios como uma oportunidade para plantar uma semente na administração do órgão, que é a busca pela economicidade e pelo aumento da transparência das informações prestadas aos cidadãos através do site do Tribunal.

Sendo assim, segue no infográfico seguinte, os principais desafios que entendemos que terão que ser enfrentados nos próximos exercícios:

1

A transparência é um dos valores que norteou a atual gestão deste órgão. A fim de ampliar a transparência das informações geradas pela instituição, assim como dos resultados da gestão, produtividade, orçamento, entre outros, foi feito um grande investimento em um software de self-service B.I (Business Intelligence) em dezembro de 2018. O desafio para os próximos exercícios é fazer com que esse sistema realmente seja incorporado como ferramenta de gestão e divulgação das informações fazendo parte da rotina de trabalho dos servidores e magistrados do órgão.

2

Desde 2006 o TRE-TO possui uma gestão orientada por um planejamento estratégico. Entretanto, o primeiro Planejamento Estratégico formalmente instituído foi aprovado pela Resolução n. 199/2009 para o ciclo 2010-2014. O segundo ciclo está sendo 2015-2020 e foi aprovado pela Resolução n. 326/2015. Para os próximos dois anos a gestão terá o desafio de elaborar estudos de análise de ambiente verificando os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, e de posse dessa análise elaborar um novo planejamento estratégico institucional.

3

Em 2018, o Processo Judicial Eletrônico (PJE) foi implantado em todas as classes processuais do 2º Grau na Justiça Eleitoral. O desafio para os próximos exercícios é implantá-lo 100% no 1º Grau. Quando isso acontecer irá acarretar um novo desafio para a gestão que é reorganizar a sua estrutura organizacional uma vez que com o PJE algumas unidades perderão sua razão de existir.

4

2018 foi o ano em que os projetos de conscientização política desenvolvidos pelo órgão impactaram o maior número de pessoas na história da instituição. Foram mais de 25 mil pessoas impactadas. Fica como desafio para os próximos exercícios dar continuidade aos projetos iniciados.

5

A tecnologia está cada vez mais presente no dia a dia das pessoas. Acreditamos que a tecnologia agrega facilidades e desburocratiza processos justamente por trazer mais segurança, agilidade e simplicidade, oferecendo conveniência aos cidadãos no acesso aos serviços públicos, sociais e financeiros. Assim, é um desafio para os próximos exercícios melhorar a prestação dos serviços disponibilizados ao eleitor por meio de serviços digitais.



**CAP. 5**  
**ALOCAÇÃO DE**  
**RECURSOS E ÁREAS**  
**ESPECIAIS DE GESTÃO**



### **DECLARAÇÃO DO DIRETOR-GERAL, JOSÉ MACHADO DOS SANTOS**

A Diretoria-Geral integra a estrutura do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO) como unidade vinculada à Presidência do órgão. A ela compete planejar, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da Secretaria do Tribunal, de acordo com a orientação estabelecida pelo Presidente e as deliberações da Corte, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dos trabalhos de planejamento das eleições.

Compete ainda ao Diretor-Geral exercer a coordenação, orientação e supervisão das atividades das unidades gestoras e executoras de recursos, em especial:

- **Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação:** tem por finalidade desenvolver as atividades de protocolo judicial, autuação, distribuição de feitos, informação processual, arquivo, expedição, biblioteca, editoração, bem como dar apoio aos Membros do Tribunal e aos advogados.
- **Secretaria de Gestão de Pessoas:** tem por finalidade planejar, organizar, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de competência de suas unidades integrantes, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução das atividades relacionadas aos servidores.
- **Secretaria de Administração e Orçamento:** tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração dos recursos materiais, patrimoniais, licitações, contratações e aquisições, serviços gerais, obras e projetos, manutenção e conservação predial, e ainda as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do Tribunal, bem como estabelecer diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades.
- **Secretaria de Tecnologia da Informação:** tem por finalidade o desenvolvimento de sistemas e aplicativos computacionais; a prospecção e absorção de novas tecnologias; a administração da rede de informática e do banco de dados; o suporte técnico de softwares e equipamentos e o atendimento especializado no âmbito do Tribunal.

Cabe à Diretoria-Geral, com apoio das quatro Secretarias, o gerenciamento e distribuição dos insumos (orçamento, pessoas, tecnologia etc) e dos macroprocessos de gestão e apoio (gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de tecnologia da informação, gestão de custos e sustentabilidade ambiental).

Os Objetivos Estratégicos dessas áreas de gestão estão alinhados com o Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020, aprovado pela Resolução n.º 326/2015. O TRE-TO tem evoluído no desdobramento da estratégia, para tanto, na área de tecnologia da informação existe o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, que foi aprovado pela mesma resolução que instituiu o plano estratégico institucional. Para a área de gestão de pessoas, foi instituído em 2018 o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas para o período 2018-2020. Quanto à área de gestão de contratos, anualmente é aprovado o Plano Anual de Contratações, onde são discriminados os bens e serviços que serão contratados pelo Tribunal.

O principal objetivo dessas áreas de gestão foi executar e/ou disponibilizar os insumos necessários para a execução dos projetos estratégicos definidos no Programa de Gestão 2/2017-1/2019, além de coordenar as atividades necessárias para a execução das Eleições 2018. A seguir, seguem os resultados que impactaram positivamente o Planejamento Estratégico e as Eleições 2018:

**Implantação de projeto social voltado à conscientização política:** mais de 26 mil pessoas no estado do Tocantins foram impactadas pelos projetos de conscientização política desenvolvidos por este Tribunal. Foram dois grandes projetos: o primeiro voltado à inclusão sociopolítica dos povos indígenas, com alcance de mais de 1.100 índios; e o outro voltado para formação dos eleitores e políticos do futuro, contemplando mais de 25 mil alunos do ensino médio.

**Ampliação da utilização do processo eletrônico na JE-TO:** em 2018 foi implantado

o PJe em 100% das classes processuais do 2º Grau levando a facilidade de acesso aos autos pelas partes envolvidas, diminuição de profissionais na sede do Tribunal em busca de informações processuais, celeridade na tramitação processual e redução do consumo de papel A4.

**Plano de Logística Sustentável (PLS):** Com a execução das ações previstas no PLS em 2018, o Tribunal teve uma economia estimada de R\$ 217.374,30. O detalhamento desse valor está no item Plano de Logística Sustentável deste capítulo.

**Eleições 2018:** foi coordenada tendo o princípio da economicidade como um de seus pilares. Isso gerou uma economia de aproximadamente R\$ 730 mil nas Eleições Gerais 2018, como discriminado na tabela abaixo:

|  | Eleições 2016   | Eleições 2018   |
|--|---|---|
| Locação Aeronave   | Custo de R\$ 45.875   | Não houve contratação   |
| Camisetas  | Custo de R\$ 169.064  | Não houve contratação   |
| Hora Extra Terceirizados – auxiliar de urnas eletrônicas | Custo de R\$ 489.815  | Não foi autorizada HE   |
| Requisição de veículos                                   | 1.060 veículos  | 958 veículos  |
| Locação de veículos                                      | 84 veículos   | 51 veículos<br>Entretanto não houve economia em valores pois ocorreram 2 eleições em 2018 (Suplementar para governador e Eleições Gerais) |
| Locação Rádio  | Reduzido gastos no contrato de 2018 em 27,82% em relação a 2016, o que corresponde a uma economia de R\$ 25.300,00. |   |

**Recertificação da Gestão do Processo Eleitoral conforme a Norma NBR ISO 9001:2015:** o processo de recertificação foi concluído em setembro 2018, ocasião em que o organismo certificador independente (QMS BRASIL) atestou a qualidade dos serviços prestados pelo TRE-TO, envolvendo um escopo composto por 19 processos, categorizados em processos de Gestão e Liderança, Finalísticos, Apoio e Monitoramento e Melhoria. Com esse resultado, iniciou-se o 5º ciclo de certificação, com validade até julho de 2020.

Um dos valores do órgão é a transparência. Uma gestão pública transparente permite à sociedade, através do acesso às informações, colaborar no controle das ações dos gestores públicos, com intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam. Visando uma gestão mais transparente, o TRE-TO adquiriu, em dezembro de 2018, um software de self-service B.I (Business Intelligence), caracterizando o contrato de maior relevância para instituição. Esse sistema vai permitir que o cidadão tenha acesso, de forma fácil, aos dados mais relevantes da instituição como orçamento, detalhamento da despesa por item e/ou unidade, recursos humanos, atendimentos realizados nos cartórios eleitorais, produtividade processual, resultados dos indicadores de desempenho etc. Esses dados serão apresentados em painéis gerais que poderão ser filtrados para o detalhamento até a base da informação. Para 2019, alguns painéis já foram previstos para serem criados, e o desafio na instituição é criar um ambiente em que esse princípio da transparência seja incorporado aos servidores e magistrados para que esses façam o melhor uso da ferramenta, dando publicidade aos produtos e serviços gerados por sua unidade.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SELIC, SGRH) e foram atestadas nas declarações de confiabilidade das informações prestadas pelas unidades responsáveis em processo administrativo interno.

Mais que uma declaração, esse enunciado é uma demonstração dos esforços na busca de uma gestão baseada na eficiência e qualidade dos serviços prestados, focando principalmente na satisfação do cidadão-usuário dos serviços eleitorais. Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins atendem os requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Palmas-TO, 10 de abril de 2019.

  
 José Machado dos Santos  
 Diretor Geral

## 5.1 PARA ONDE A UPC DESEJA IR E COMO ELA PRETENDE CHEGAR LÁ?

Para onde a unidade deseja ir?

É exatamente a descrição do conceito de VISÃO, ou seja, é a situação em que a organização deseja chegar em um período definido de tempo. Como mostrado no mapa estratégico do TRE-TO (Figura 2.3 do item 2.3), a VISÃO da instituição é *ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade*.

Como ela pretende chegar lá?

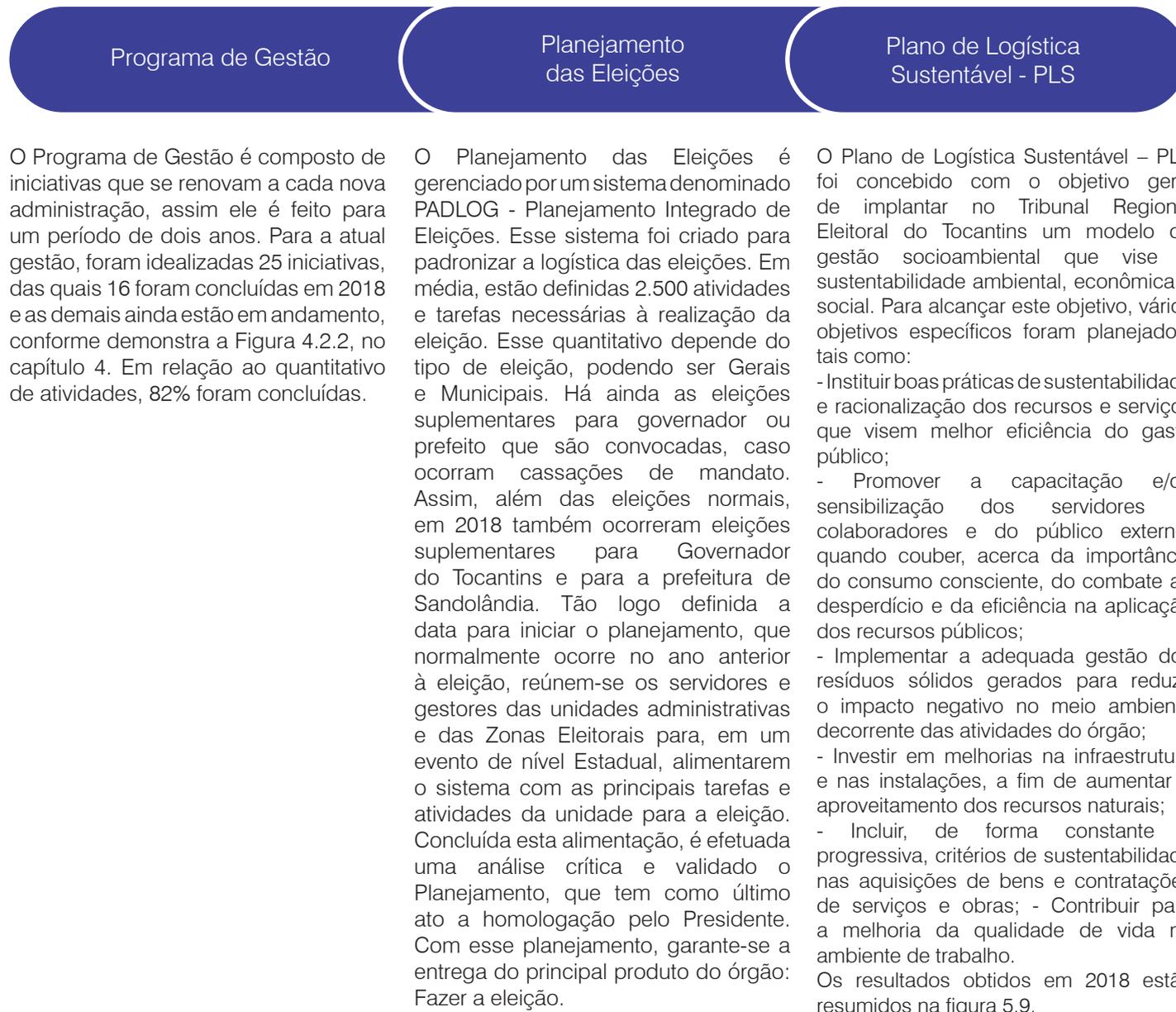
É o caminho que deve ser trilhado durante esse período de tempo. Para tanto, são estabelecidos os objetivos estratégicos com metas anuais definidas. O capítulo 4 (Resultados da Gestão) apresenta os resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos, metas e projetos.

## 5.2 PLANOS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Para viabilizar o atingimento dos objetivos organizacionais foram desenvolvidos mecanismos de desdobramento da estratégia que contemplam os níveis estratégico, tático e operacional. Esse desdobramento pode ser visualizado na Figura 2.4, no capítulo 2.

Os planos de alocação de recursos estão na base dessa figura e se agrupam em Planos Tático/Operacional e Planos Operacionais:

### PLANOS TÁTICO/OPERACIONAL



## PLANOS OPERACIONAIS

Mapas dos Processos  
do SGQ

O TRE-TO possui o sistema de gestão da qualidade (SGQ) implantado e está certificado pela ISO 9001 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral PQJE. Para alcançar esta certificação, optou-se pela implantação da gestão por processos. O sistema contempla 19 processos de negócios, que são monitorados por 60 indicadores de desempenho, descritos e isso atende às principais atividades do TRE-TO. Assim, todas as ações que envolvem diretamente a realização das eleições e a prestação jurisdicional estão com os processos mapeados e rodando normalmente, sendo que anualmente são realizadas duas auditorias: uma interna, realizada por servidores da Justiça Eleitoral e/ou órgãos parceiros; e outra externa por um órgão certificador contratado. Os processos que estão certificados são os que constam no capítulo 3.

Plano de  
Contratações

O Plano de Contratações é aprovado anualmente pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC) e contempla todas as principais contratações da gestão. Orientado pelo histórico de necessidades e pelo Programa de Gestão, o plano de contratações é o norte das ações a serem realizadas pela Gestão. As principais contratações do TRE-TO podem ser vistas no item 5.5 desse capítulo.

Plano de  
Comunicação

Tem por objetivo aprimorar a comunicação externa e interna. Para a comunicação externa, o plano busca fazer com que a sociedade tenha pleno conhecimento dos produtos e serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral do Tocantins e, desta forma fortalecer a imagem institucional do TRE-TO, por meio de ações estratégicas em comunicação visando ainda o estreitamento do relacionamento entre o Tribunal, sociedade e imprensa. O Plano de comunicação atua dentro dos valores consignados no planejamento estratégico do TRE-TO, principalmente no valor transparência, o qual se destaca pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso, fundamental no processo de comunicação. Apresenta ações de publicidade que vão desde o planejamento das eleições até o processo de votação e diplomação, última etapa do processo eleitoral. O Plano também contempla o desenvolvimento de ações de comunicação para as principais decisões, iniciativas, eventos e programas desenvolvidos pelo TRE-TO. O público interno também está contemplado, com a TV Indoor e a constante publicação de matérias na Intranet, propiciando que os servidores tenham amplo conhecimento das ações da gestão.

Plano Anual  
de Capacitação

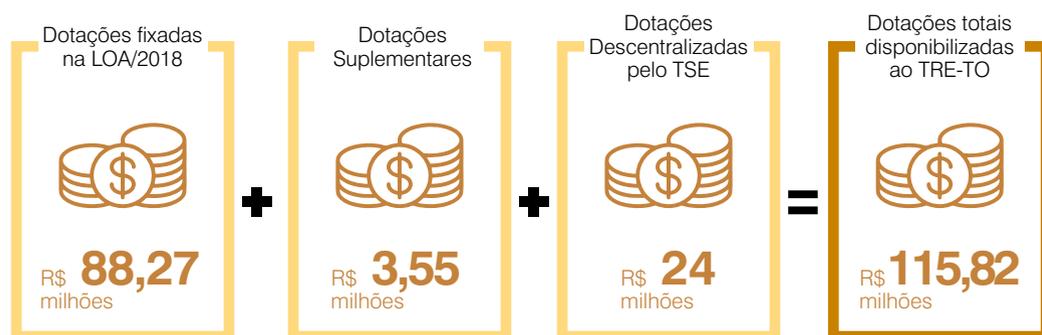
Anualmente, é aprovado o Plano de Capacitação. Para 2018, o Plano Anual de Capacitação (PAC) foi objeto da Portaria n.º 233/2017. Nele, todas as ações de capacitação estão delineadas. O detalhamento da execução e investimento no PAC podem ser vistos no item 5.4 deste capítulo.

### 5.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2018 - LOA/2018 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral dotação orçamentária no valor de R\$ 88,27 milhões. Contudo, após suplementações de créditos na ordem de R\$ 3,55 milhões, o orçamento/2018 foi redimensionado para R\$ 91,82 milhões.

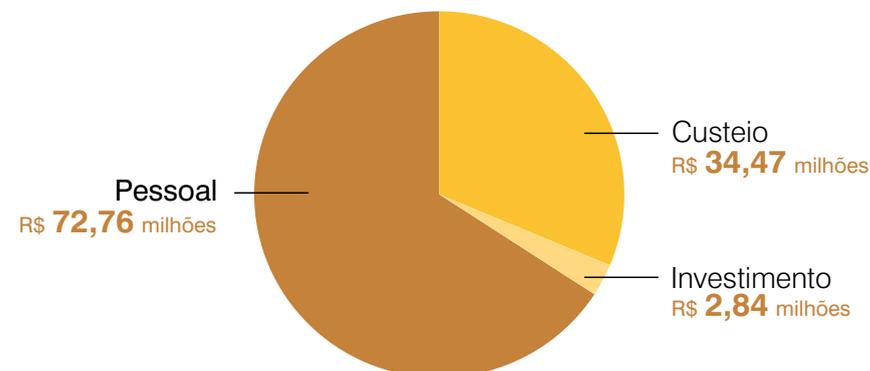
Além do orçamento disponibilizado na LOA/2018, houve descentralizações de dotações pelo Tribunal Superior Eleitoral na ordem de R\$ 24 milhões para realização das Eleições Suplementares e Ordinárias. Assim, a dotação total disponibilizada a este Regional alcançou a cifra de R\$ 115,82 milhões.

Registre-se que, em razão das Eleições Suplementares para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Tocantins, as dotações disponibilizadas para a realização de Pleitos Eleitorais em 2018 ficaram praticamente o dobro dos montantes executados em anos eleitorais anteriores.



Fonte: Tesouro Gerencial

### Valor total pago em 2018



Fonte: Tesouro Gerencial

### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins recebeu dotação de R\$ 115,82 milhões. Desse montante, R\$ 112,36 milhões foram empenhados, R\$ 110,87 milhões foram liquidados e R\$ 110,07 milhões foram pagos.

Portanto, o total pago corresponde a aproximadamente 95% da dotação disponibilizada.

Do total pago, a maior parte foi direcionada à remuneração de pessoal (R\$ 72,76 milhões).

Destacam-se também as despesas com terceirização de mão-de-obra que, somaram o valor de R\$ 11,28 milhões.

Registre-se, ainda que, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 625,28 mil, o que elevou a execução financeira total do exercício para a cifra de R\$ 110,7 milhões.

## EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

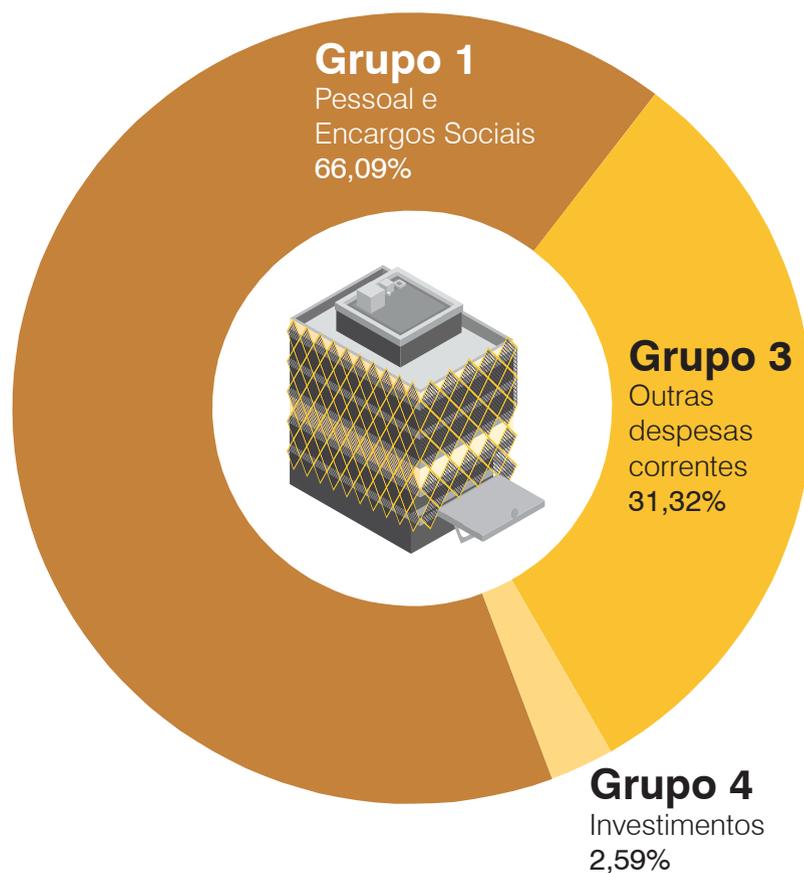
### Grupo de natureza de despesa:

classe de gasto em que foi realizada a despesa.

### Elemento de despesa:

classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

### Valores pagos



### Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais

| Elemento de despesa                            | Valor pago em 2018       |
|--|--------------------------|
| Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil  | R\$ 47.179.950,13        |
| Outras despesas variáveis - pessoal civil      | R\$ 9.062.195,84         |
| Obrigações patronais - op. intra-orçamentárias | R\$ 7.624.496,69         |
| Demais elementos                               | R\$ 8.891.939,03         |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>R\$ 72.758.581,69</b> |

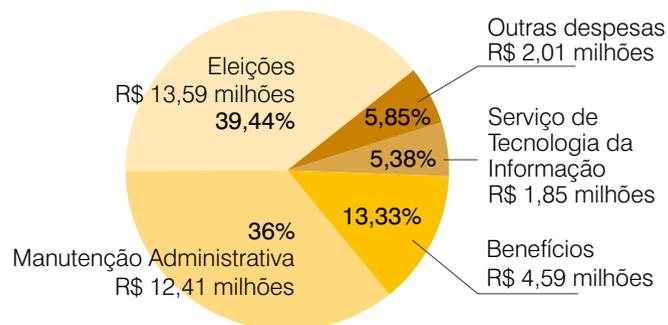
### Grupo 3 - Outras despesas correntes

| Elemento de despesa                            | Valor pago em 2018       |
|--|--------------------------|
| Locação de mão-de-obra                         | R\$ 11.285.524,37        |
| Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica | R\$ 6.836.125,97         |
| Diárias - pessoal civil                        | R\$ 3.415.697,83         |
| Demais elementos                               | R\$ 12.934.411,82        |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>R\$ 34.471.759,99</b> |

### Grupo 4 - Investimentos

| Elemento de despesa  | Valor pago em 2018      |
|--|-------------------------|
| Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica | R\$ 2.113.608,20        |
| Equipamentos e material permanente                                   | R\$ 698.353,15          |
| Demais elementos   | R\$ 33.588,38           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>R\$ 2.845.549,73</b> |

### Custeio



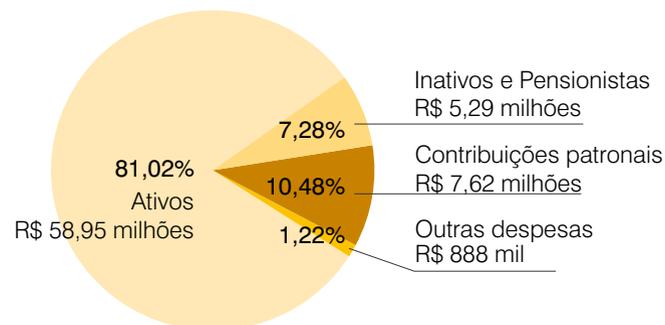
Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio totalizaram R\$ 34,47 milhões, os quais incluem as despesas com a realização de eleições, manutenção administrativa, benefícios a servidores (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar e assistência médico-odontológica) e outros gastos de custeio.

Para a realização das eleições, destacam-se as despesas com locação de mão-de-obra (R\$ 4,33 milhões), diárias (R\$ 2,49 milhões) e fornecimento de auxílio-alimentação para mesários e pessoas de apoio (R\$ 2,21 milhões).

Cabe destacar, também, que as principais despesas para manutenção administrativa foram com locação de mão-de-obra (R\$ 6,96 milhões), locação de imóveis (R\$ 1,11 milhões) e fornecimento de água e energia elétrica (R\$ 1,42 milhões).

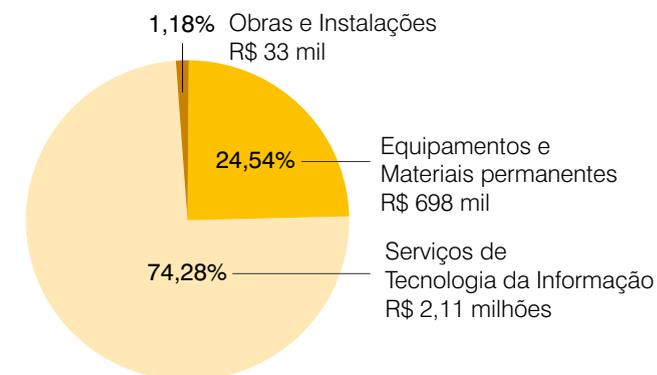
Consoante se verifica do quadro abaixo, houve aumento de 50,26% nas despesas com custeio quando comparadas com 2017. Esse aumento decorreu da realização de 2 (duas) Eleições em 2018, Eleições Suplementares para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Tocantins e Eleições Gerais, cada uma com 2 (dois) turnos de votação.

### Pessoal



Em 2018, o pagamento de despesas de Pessoal aumentou 15,35% quando, comparado com 2017. Esse aumento decorreu principalmente da implementação da quinta, sexta e sétima parcelas do Plano de Cargos e Salários dos Servidores (Lei n.º 13.317/16).

### Investimentos



Os investimentos pagos em 2018 somaram R\$ 2,84 milhões e teve como destaque a aquisição de software pronto denominado B.I. - Business Intelligence.

Registre-se que, em razão da restrição orçamentária, os investimentos diminuiram 18,55% quando comparados com 2017.

### DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM 2018 E 2017

| DESCRIÇÃO     | 2018          |               |                 |               |             | 2017          |               |                 |               |              | VARIACÃO R\$ (k)=d-i | VARIACÃO % (l)=d/i |
|---------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|-------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|----------------------|--------------------|
|               | DOTAÇÃO (a)   | EMPENHADO (b) | LIQUIDADADO (c) | PAGO (d)      | RP PAGO (e) | DOTAÇÃO (f)   | EMPENHADO (g) | LIQUIDADADO (h) | PAGO (i)      | RP PAGO (j)  |                      |                    |
| Pessoal       | 75.700.549,54 | 73.315.484,03 | 73.315.484,03   | 72.758.581,69 | -           | 63.360.531,04 | 63.078.783,77 | 63.078.783,77   | 63.078.783,77 | -            | 9.679.797,92         | 15,35              |
| Custeio       | 36.935.403,77 | 35.861.371,24 | 34.703.867,51   | 34.471.759,99 | 607.884,22  | 24.405.335,86 | 23.608.502,23 | 22.949.963,07   | 22.941.826,87 | 1.001.556,75 | 11.529.933,12        | 50,26              |
| Investimentos | 3.193.374,00  | 3.185.207,14  | 2.847.054,73    | 2.845.549,73  | 9.261,18    | 3.515.508,00  | 3.502.888,10  | 3.493.626,92    | 3.493.626,92  | 555.160,45   | -648.077,19          | -18,55             |

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

### Desafios

- Manter em bom funcionamento toda a estrutura do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, num cenário de restrições orçamentárias;
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária;
- Reduzir o custo das eleições, mantendo a qualidade dos serviços prestados.

### Ações

- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas;
- Adotar boas práticas de eficiência de outros órgãos;
- Conscientizar os servidores acerca da necessidade de racionalização de despesas;
- Implementar soluções que tragam eficiência energética, com vistas a reduzir as despesas com energia elétrica;
- Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas implementadas.

## 5.4 GESTÃO DE PESSOAS

### Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei n.º 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Tribunal observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo órgão Superior Eleitoral e órgãos de controle.

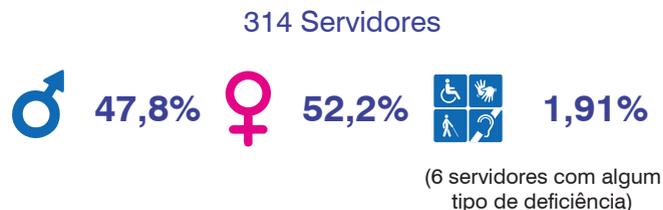
Além da supracitada Lei, todos os normativos aplicáveis à legislação de pessoal são observados e grande parte pode ser encontrada na Cartilha do Servidor, disponível a todos os servidores na intranet deste Tribunal.

Convém destacar que, atendendo ao determinado pela Resolução n.º 240/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, foi aprovado o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas deste Tribunal - PEPE, para o período de 2018 a 2020, por meio da Resolução n.º 430/2018.

Este documento também traz como lastro um conjunto de diretrizes externas para o alcance da estratégia da Gestão e Governança de Pessoas. Importante ressaltar que a área tem recebido atenção crescente por parte dos órgãos direcionadores e de controle, através de normas que vêm nortear, de maneira cada vez mais detalhada, a sua atuação.

Para assegurar a conformidade com a Legislação de Pessoal e demais normativos aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Tribunal tem buscado permanentemente o aperfeiçoamento da gestão, através do patrocínio de uma política de valorização e desenvolvimento, que visa o alcance dos resultados pretendidos.

**Avaliação da força de trabalho**



A força de trabalho do TRE-TO é composta por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. Como órgão da Justiça Eleitoral, este Tribunal não possui quadro próprio de juízes e desembargadores. A função jurisdicional é exercida, no nível da Corte Regional, por magistrados do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal, além de advogados escolhidos na forma do art. 120 da Constituição da República, perfazendo um total de 7 membros.

No 1º Grau, a jurisdição das Zonas Eleitorais é exercida por 33 juízes estaduais, conforme divisão da circunscrição eleitoral no Estado do Tocantins.

O quadro efetivo da Justiça Eleitoral é composto por dois cargos: Técnico Judiciário e Analista Judiciário.

Quanto à lotação, existem dois grandes grupos: a Secretaria do Tribunal, que fica na capital, e as 33 Zonas Eleitorais (ZE's) espalhadas pelo estado.

Fazendo uma análise crítica da força de trabalho, há um equilíbrio entre o total de servidores lotados na Secretaria e nas 33 ZE's. Quanto aos servidores efetivos, no entanto, há uma prevalência da lotação na sede do Tribunal, onde atuam cerca de 70% do quadro próprio de servidores.

Ressalte-se que a Lei 10.842/2004 criou dois cargos efetivos para as ZE's (um técnico judiciário e um analista judiciário). Por essa razão, a demanda real de cada zona eleitoral, considerados, sobretudo, o número de eleitores e de municípios atendidos, não pode ser utilizada como parâmetro para lotação dos servidores efetivos. Esses parâmetros são utilizados apenas para definição do limite de requisições, por isso a prevalência maior de servidores requisitados nas ZE's, em relação ao número de servidores efetivos.

Quanto à composição da força de trabalho nas Zonas Eleitorais para as Eleições 2018, podemos destacar o infográfico constante no Anexo III deste Relatório de Gestão, informando detalhadamente o quantitativo de colaboradores, número de eleitores e município que compõem cada unidade cartorária.

**Força de Trabalho**



**Total: 568**  
**Magistrados: 41**  
**Servidores: 314**  
 - Efetivos: 52%  
 - Removidos: 5%  
 - Requisitados: 40%  
 - Lotação provisória: 2%  
 - Sem vínculo: 1%  
**Estagiários: 48**  
**Terceirizados: 165**

O quadro efetivo é composto por 2 cargos:  
**Analista Judiciários: 61 servidores**  
**Técnico Judiciário: 102 servidores**

**Magistrados**



**Servidores**



**Número de servidores**



**Servidores lotados por sexo e faixa etária**

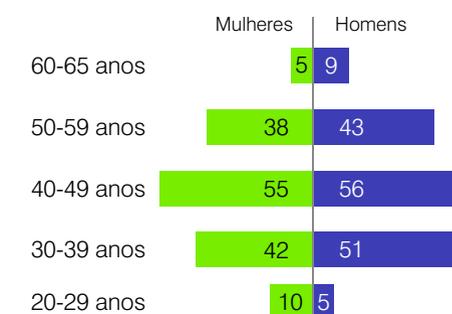


Figura 5.4.1 Distribuição da Força de Trabalho

Ações voltadas à saúde e qualidade de vida

Em 2018, a Coordenadoria de Assistência Médica e Social realizou algumas ações de qualidade de vida no trabalho, as quais contribuíram para a manutenção de ambiente de trabalho positivo e saudável que favoreceram o bem-estar e a produtividade da coletividade organizacional.

| EVENTOS 2018                                       | PARTICIPANTES  |
|--|--|
| Semana da Saúde                                    | 1º dia: 99<br>2º dia: 91                             |
| Outubro Rosa                                       | 130  |
| Novembro Azul                                      | 129  |
| Prevenção do Suicídio                              | Envio de e-mail a todos os colaboradores do Tribunal |
| Combate a AIDS                                     | Envio de e-mail a todos os colaboradores do Tribunal |
| Programa de Preparação para Aposentadoria          | 18   |
| Ginástica Laboral                                  | 90   |
| Exames médicos periódicos                          | 116  |
| Campanha de vacinação contra a gripe               | 450 vacinados  |
| Coral  | 19   |
| III Corrida da Justiça                             | 24   |
| AÇÕES SOLIDÁRIAS                                   |  |
| Exames de prevenção câncer de mama e colo de útero | 15   |
| Convênio com o Hospital de Amor                    | 96 contribuintes                                     |

Capacitação

Para o desenvolvimento e qualificação dos servidores, são observadas as competências corporativas, gerenciais e técnicas, em especial as relacionadas aos procedimentos eleitorais. Para as competências que não tem relação direta com o processo eleitoral, a COEDE dispõe de dados alinhados aos objetivos institucionais, que são submetidos ao Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - COGETIC para o Planejamento Anual de Capacitação - PAC.

O PAC segue as diretrizes previstas na Resolução TRE-TO n.º 180/2009 e Resolução/CNJ n.º 240/2016.

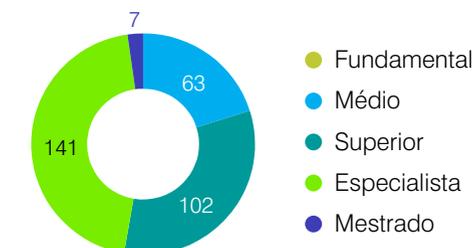
Cabe ressaltar que este Regional possui convênios educacionais com alguns órgãos estaduais e federais, visando o desenvolvimento de pesquisas, atividades acadêmicas, científicas, culturais, de capacitação e aperfeiçoamento e o intercâmbio nas áreas de gestão de pessoas, tecnologia da informação, administração e controle interno.

A figura 5.4.2 demonstra a execução do PAC nos últimos 3 anos. Enquanto que em 2017 houve um aumento de 42,41% do valor para investimento em capacitação, em 2018, em decorrência das restrições orçamentárias para os órgãos públicos, houve uma diminuição de cerca de 20% desse investimento.

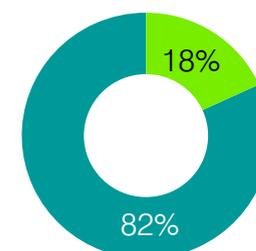
Para tanto, a estratégia da gestão é oferecer mais cursos na modalidade EAD e utilizar mais instrutoria interna. Em 2018, ainda foi pequena a utilização do EAD para os cursos internos, mas para a capacitação de mesários nas Eleições Gerais foi muito utilizado. 4.902 mesários concluíram a capacitação por EAD.

A capacitação é categorizada em nove áreas de conhecimento. Segue no gráfico ao lado o investimento por área do conhecimento:

Escolaridade do Quadro de Servidores



Eventos de Capacitação - 2018



● Presencial  
● EAD

Execução PAC Plano Anual de Capacitação



PAC 2018 - Investimento por área do conhecimento



## ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

### Necessidade de recursos humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 8.112/1900 e no Decreto n.º 6.944/2009. A matéria visa selecionar os servidores mais adequados com perfil almejado por este Regional.

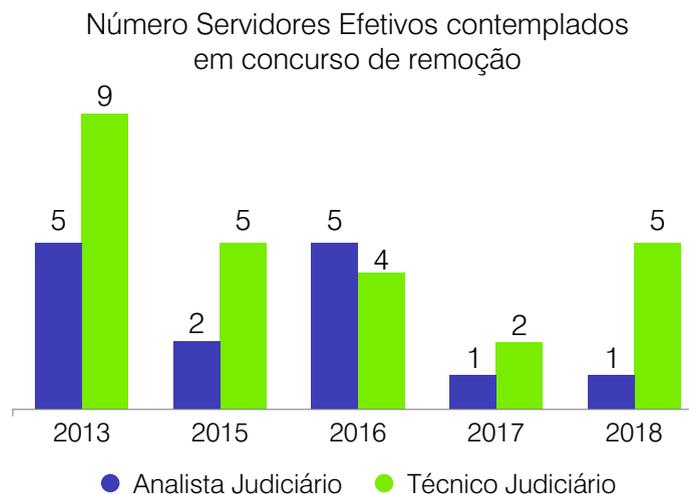
A realização de tais concursos depende de autorização da Alta Direção do Tribunal e é realizado por empresa contratada obedecendo ao regramento disposto na Lei n.º 8.666/93. A solicitação de concursos é iniciada pela Seção de Gestão de Desempenho, da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, que integra a Secretaria de Gestão de Pessoas, após análises de alocação de pessoal realizada pela unidade. São considerados, dentre outros fatores, a evasão de servidores, número ideal de servidores por atividade, complexidade da estrutura do órgão, disponibilidade orçamentária e financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.

Em 2018, o TRE-TO chegou a ter 14 cargos vagos, sendo 7 de Analista Judiciário e 7 de Técnico Judiciário, mas foram restringidos de nomeação por força da Portaria/TSE n.º 671/2017.

Todavia, através da Portaria/TSE n.º 1.091/2018, este Tribunal obteve autorização para nomeação de 6 cargos, sendo 3 de Analista Judiciário e 3 de Técnico Judiciário. Destes, apenas 1 cargo de técnico foi provido ainda em 2018.

### Plano de remoção e alocação de servidores

O TRE-TO conta com 33 Zonas Eleitorais (ZE's), que abrangem todo o Estado. De acordo com a Lei n.º 10.842/2004, há dois cargos, sendo um de Analista Judiciário - Área Judiciária e um de Técnico Judiciário - Área administrativa para cada ZE. Com as movimentações decorrentes de vacâncias, remoções, entre outros, o Tribunal vem utilizando, desde 2007, concurso de remoção interna para movimentação entre as ZE's e entre estas e a Secretaria. Estes concursos têm critérios bem definidos, objetivos e imparciais, contribuindo para o baixo número de recursos.



O reforço da equipe de trabalho para atender a processos sazonais de alocação de pessoas, é realizado de acordo com as demandas e perfis profissionais. Situação especial deve ser mencionada

por ocasião das Eleições, em que para realizar determinadas atividades temporárias, deslocamos servidores de seus locais de trabalho para auxiliarem em processos de trabalho específicos, também observando a competência, treinamento, experiência e disponibilidade do colaborador. Veja abaixo a tabela de apoio de pessoal.

### Seleção e recrutamento de pessoas

O Tribunal tem implementando políticas e estratégias para seleção e recrutamento de pessoas. Buscando utilizar critérios meritocráticos para a designação de servidores para cargos de natureza gerencial e áreas especializadas, com pontuação para experiência profissional, formação acadêmica e manifestação de competências para o cargo, o TRE-TO publicou, em novembro de 2018, a Portaria PRES n.º 485/2018, que instituiu o Processo de Recrutamento e Seleção Interna no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins. Embora ainda não tenha sido realizado processo seletivo, demonstra o interesse do TRE em, pelo reconhecimento do mérito, promover processo seletivo transparente e acessível.

Foi publicada ainda a Portaria PRES n.º 75/2018, em que o TRE-TO determinou critérios e requisitos mínimos para ocupação dos cargos de liderança da área de Tecnologia da Informação. Está em estudo o estabelecimento de critérios, ainda, para a área de aquisições e de gestão de pessoas.

## Tabela de Apoio de Pessoal - 2018

|  | Servidores | Diárias        | HE             |
|--|------------|----------------|----------------|
| Apoio sob demanda às Zonas Eleitorais                            | 17         | R\$ 80.148,90  | -              |
| Fechamento de Cadastro   | 13         | R\$ 43.949,54  | -              |
| Apoio às Eleições Suplementares (Governador e Vice)              | 42         | R\$ 271.823,48 | R\$ 779.732,89 |
| Registro de Candidaturas   | 12         | R\$ 18.587,95  | R\$ 52.174,74  |
| Apoio aos Gabinetes dos Juízes da Propaganda                     | 3          | R\$ 18.839,31  | R\$ 6.308,97   |
| Apoio às Eleições Gerais   | 38         | R\$ 131.810,70 | R\$ 502.302,83 |
| Apoio à Ouvidoria  | 10         | -              | R\$ 6.932,74   |
| Prestação de Contas  | 18         | R\$ 107.894,52 | R\$ 285.286,58 |
| Diplomação   | 10         | -              | -              |
| Apoio às Eleições Suplementares (Prefeito e Vice de Sandolândia) | 2          | R\$ 5.060,30   | R\$ 9.501,62   |

## Detalhamento da despesa de pessoal

Em 2018, o TRE-TO realizou um gasto de R\$ 68.543.404,41 com despesa de pessoal. Desse valor, 91,96% correspondem às despesas de Pessoal Ativo. O gasto com Pessoal Inativo (aposentados e pensionistas) foi de cerca de 5,5 milhões, que corresponde a 8,04% da despesa total.

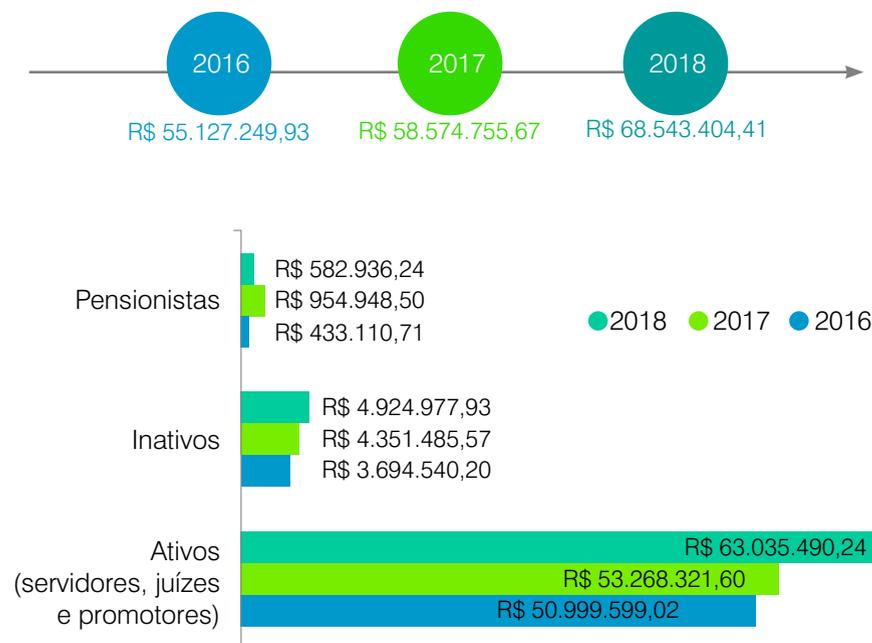
## Total de despesa com pessoal em 2018



R\$ 68.543.404,41

|                       |                     |                   |
|-----------------------|---------------------|-------------------|
| Servidores ativos     | Juízes membros      | Juízes Eleitorais |
| <b>84,8%</b>          | <b>1,95%</b>        | <b>2,72%</b>      |
| Promotores Eleitorais | Servidores inativos | Pensionistas      |
| <b>2,49%</b>          | <b>7,19%</b>        | <b>0,85%</b>      |

## Evolução dos Gastos com Pessoal



As despesas com servidores ativos e inativos tiveram acréscimo a partir do exercício 2016, tendo em vista a edição da Lei n.º 13.317/2016, que reajustou a remuneração dos servidores, elevando também as despesas com eleições ordinárias e extraordinárias nos anos de 2016, 2017 e 2018. Houve acentuado aumento na despesa com pensionistas em 2017, tendo em vista o pagamento retroativo de pensão a dependente de servidor falecido.

Quanto aos jetons pagos a Juízes Membros, o aumento das despesas se dá exclusivamente em anos eleitorais, onde são pagos 7 jetons a mais por mês, no período de 180 dias que antecede as eleições até a diplomação dos eleitos.

Em relação a Juízes e Promotores Eleitorais houve uma variação muito pequena da despesa.

## Gratificações Eleitorais e Jetons - 2018

 R\$ 4.909.882,13

|   |  |  |
|---|--|--|
| Juízes Membros e Pres.<br><b>R\$ 1.335.792,67</b> | Juízes Eleitorais<br><b>R\$ 1.865.881,18</b> | Promotores Eleitorais<br><b>R\$ 1.708.208,28</b> |
|---|--|--|

## Despesa Anual por Situação Funcional - 2018

 R\$ 51.879.287,40

|   |   |  |  |
|---|---|--|--|
| Efetivos em Exercício no TRE-TO<br><b>R\$ 37.065.300,38</b><br>163 servidores | Efetivos removidos para outros órgãos<br><b>R\$ 3.539.159,53</b><br>19 servidores | Cedidos a outros órgãos<br><b>R\$ 307.454,90</b><br>2 servidores | Removidos para este Tribunal<br><b>R\$ 287.867,06</b><br>11 servidores |
| Requisitados<br><b>R\$ 4.169.540,56</b><br>48 servidores                      | Lotação Provisória<br><b>R\$ 666.227,86</b><br>7 servidores                       | Sem vínculo<br><b>R\$ 576.759,55</b><br>4 servidores             | Inativos<br><b>R\$ 5.266.977,56</b><br>22 servidores                   |

## Despesa com Cargos em Comissão e Funções de Confiança

 R\$ 6.756.632,12

|                      |                                |                                  |                                      |
|----------------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
|                      | <b>1º Grau</b>                 | <b>2º Grau - Área Judiciária</b> | <b>2º Grau - Área Administrativa</b> |
| Cargos em Comissão   | R\$ 1.588.440,51<br>68 funções | R\$ 815.173,92<br>8 cargos       | R\$ 1.839.358,80<br>20 cargos        |
| Funções de Confiança |                                | R\$ 803.148,21<br>38 funções     | R\$ 1.710.510,68<br>72 funções       |

## Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho dos servidores é auferida para movimentação na carreira (progressão/promoção funcional), observando os critérios estabelecidos na Lei n.º 11.416/2016 e na Resolução/TSE n.º 22.582/2007. Todo servidor nomeado para o cargo efetivo é submetido a avaliações periódicas às quais, se aprovado, o faz ascender na carreira, partindo da classe/padrão A1 até atingir a o final de carreira em C13. Nos 36 meses iniciais, as avaliações têm por objetivo avaliar se o servidor realmente preenche os requisitos para o cargo, período denominado por estágio probatório. Daí em diante as avaliações servem exclusivamente para ascensão na carreira, como dito anteriormente.

Aprovados em Processo Avaliativos 2018: 71

## Estágio Probatório

Em 2018, concluíram o estágio probatório 3 servidores, adquirindo a estabilidade e passando a fazer jus a uma série de benefícios, dentre eles Licença para Capacitação, para Interesse Particular etc

## Valor agregado dos recursos humanos e meritocracia

Como valor agregado, podemos citar as formas de motivação e reconhecimento do trabalho dos servidores, os quais podem ser diretamente mensurados através das Políticas de Qualidade de Vida e Reconhecimento Profissional. Como exemplo, podemos citar o Programa VALORIZA.

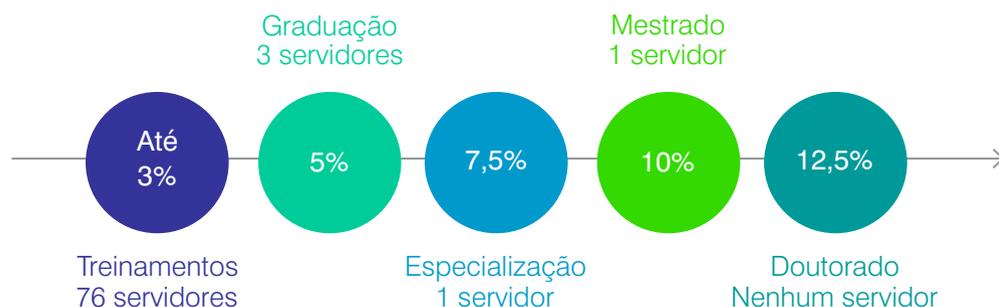
Regulamentado pela Portaria/TRE n.º 229/2016, o programa tem o intuito de reconhecer publicamente e motivar os servidores que, além de desenvolverem as atividades da sua unidade de lotação, oferecem contribuições importantes ao Tribunal, com vistas ao incremento dos resultados institucionais e alcance dos objetivos estratégicos. O referido programa oferece benefícios aos participantes, que podem ser resgatados pelos mesmos através de pontuação acumulada decorrente de suas atividades registradas e homologadas. Dentre os benefícios, podemos citar vaga em garagem interna, Ausência Previamente Compensada, participação em eventos de capacitação, dentre outros. Além disso, no final do exercício, os 5 com maior pontuação na Secretaria e nas ZE's são homenageados em Sessão Solene, com entrega de placa de homenagem.

Benefícios Concedidos em 2018: 69

### Adicional de Qualificação (AQ)

Consiste em um acréscimo em pecúnia recebido pelo servidor ocupante de cargo efetivo, mediante comprovação de capacitação específica em área de interesse da Justiça Eleitoral. É regulamentado pela Resolução TSE n.º 23.380/2012 e Portaria Conjunta STF n.º 2/2016.

Servidores contemplados com AQ em 2018



### Principais desafios e ações futuras

Há de destacar que no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Tocantins (PETRE) 2015-2020, instituído pela Resolução TRE/TO n.º 326/2015, consta como uma dos Objetivos o “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, que se refere a políticas, métodos e práticas adotados, objetivando potencializar o capital humano.

#### Principais Desafios

- Executar as iniciativas previstas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.
- Concluir as ações previstas no Programa de Gestão 2017/2019, haja vista fatores externos que influenciam e até mesmo comprometem o resultado pretendido, a exemplo da restrição orçamentária.
- Dimensionar, distribuir e avaliar a força de trabalho por meio do estabelecimento de critérios de análise das entregas/produtividade. Cabe ressaltar que o cálculo da força de trabalho adequada propicia que o órgão possa intervir em unidades potencialmente sobrecarregadas, garantindo a qualidade dos serviços prestados, a saúde e a qualidade de vida do servidor, além de subsidiar o processo decisório de lotação, com a distribuição equânime da força de trabalho.
- Implantar o serviço de Psicologia do Trabalho, que tem como objetivo geral o aprimoramento do Programa Qualidade de Vida dentro do órgão, incluindo a implantação do PROART (Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais).
- Executar o Plano Anual de Capacitação – PAC.
- Executar, com maior eficiência, atividades atinentes às eleições com maior eficiência, em razão dos claros de lotação.

#### Ações Futuras

Executar algumas ações previstas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, tais como:

- Criar canal de conhecimento da área de gestão de pessoas na intranet/internet.
- Implementar modelo de avaliação de desempenho.
- Aprimorar a elaboração e execução do programa anual de capacitação.
- Otimizar diagnóstico e resolutividade através de protocolos de atendimentos.
- Reformular o Programa VALORIZA.
- Instituir programa de reconhecimento de boas práticas na Justiça Eleitoral do Tocantins.

### 5.5 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



#### Principais tipos das contratações diretas:

- Eventos de capacitação de pessoal
- Fornecimento de água e energia
- Contratações de valores reduzidos (abaixo de R\$ 17.555,24)

#### Contratações Diretas - Justificativas

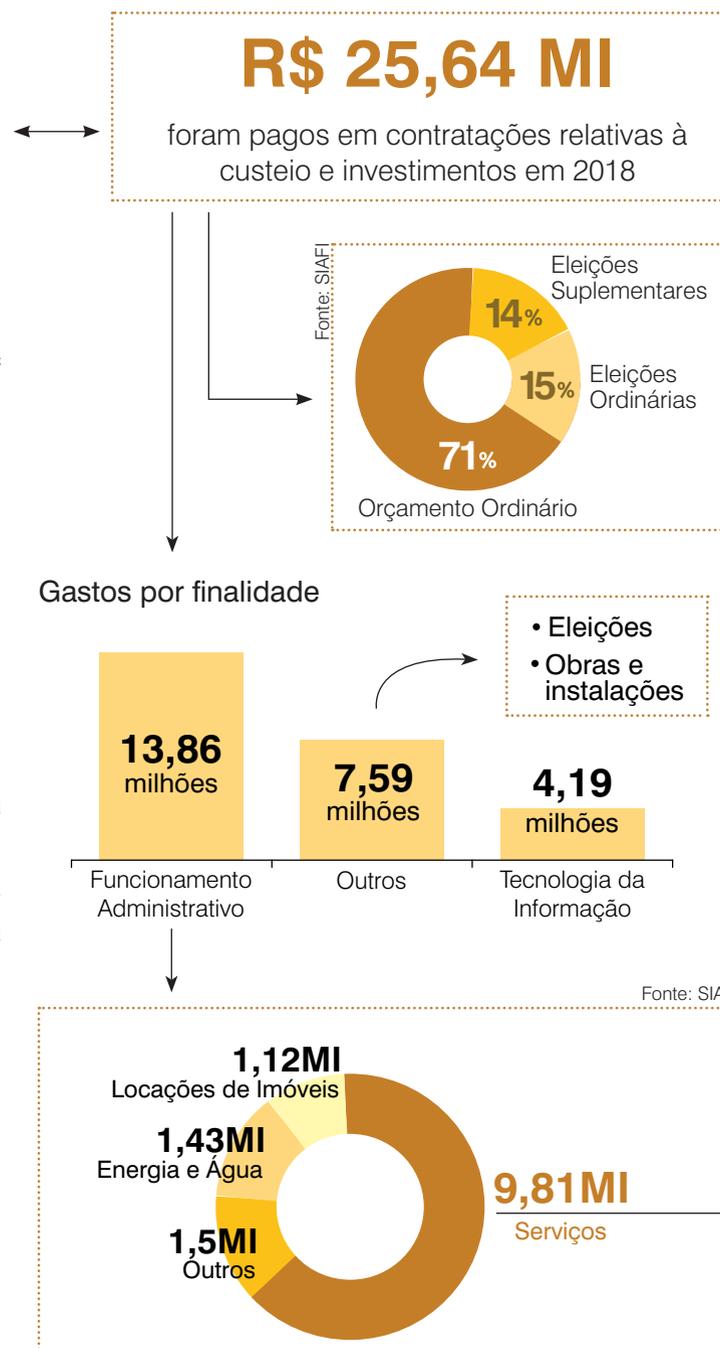
Entre as contratações diretas, destacam-se os eventos de capacitação de pessoal (foram feitas 34 contratações para essa finalidade). As inexigibilidades de licitação dessas contratações baseiam-se no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei de Licitações (prestação de serviço técnico de natureza singular e realizado por profissional ou empresa de notória especialização).

#### Conformidade legal

As licitações e contratações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins estão em conformidade com as normas regentes, em especial com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

#### Principais desafios e ações futuras

- Implementação de licitações sustentáveis;
- Adaptação às recorrentes mudanças da legislação;
- Manutenção da qualidade dos serviços prestados num cenário de escassez orçamentária e de pessoal.



#### Contratações mais Relevantes

A contratação mais relevante do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, em 2018, foi a aquisição de software de self-service B.I. (Business Intelligence).

Destacam-se também as contratações de serviços de apoio às eleições, vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial.

As contratações mais relevantes estão alinhadas com os seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecimento da governança;
- Garantia dos direitos de cidadania;
- Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional.

As referidas contratações justificam-se pela necessidade de:

- viabilizar soluções corporativas informatizadas (no caso do B.I., espera-se a geração de gráficos e relatórios dinâmicos, com um padrão estético moderno, com simplicidade e sem necessidade de conhecimentos técnicos específicos);
- prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais do Tribunal.

| Tipos de Serviços    | Valor              |
|----------------------|--------------------|
| Apoio Administrativo | 3,36 MI            |
| Limpeza              | 2,1 MI             |
| Vigilância           | 1,63 MI            |
| Outros Serviços      | 1,09 MI            |
| Manutenção Predial   | 926 MIL            |
| Passagens            | 555 MIL            |
| Telefonia            | 150 MIL            |
| <b>Total</b>         | <b>R\$ 9.81 MI</b> |

## 5.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

### Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins investiu **R\$ 2,8 milhões** em infraestrutura e equipamentos.

Os principais investimentos foram a aquisição de software pronto (B.I. - Business Intelligence), desenvolvimento de software, computadores, sistema de alimentação elétrica ininterrupta modular para a sala de servidores (datacenter), mobiliários e aparelhos e utensílios domésticos.

Fonte: SIAFI



Os investimentos realizados estão relacionados com os seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecimento da governança;
- Garantia dos direitos de cidadania;
- Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional.

### Desfazimento de Ativos

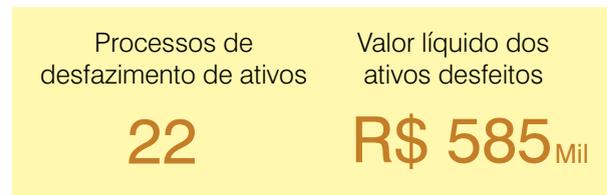
Em 2018, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins realizou desfazimento de ativos que totalizou o valor líquido de R\$ 585.490,79 (quinhentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e noventa reais e setenta e nove centavos).

Os principais ativos desfeitos foram veículos, equipamentos de informática, urnas eletrônicas e mobiliários de escritório.

| Tipos de investimentos                | Valor Pago              |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Equipamentos médicos e odontológicos  | 3.930,00                |
| Aparelhos e utensílios domésticos     | 171.215,10              |
| Aquisição de software pronto          | 1.662.392,20            |
| Coleções e materiais bibliográficos   | 43.819,62               |
| Desenvolvimento de Software           | 451.216,00              |
| Equipamentos hidráulicos e elétricos  | 1.040,00                |
| Equipamentos de TIC - Computadores    | 155.107,95              |
| Equipamentos para áudio, vídeo e foto | 41.500,00               |
| Instalações                           | 33.588,38               |
| Máquinas e equipamentos energéticos   | 176.720,00              |
| Máquinas e equipamentos diversos      | 10.590,00               |
| Material permanente de TIC            | 23.350,00               |
| Mobiliário em geral                   | 58.895,00               |
| Peças não incorporáveis a imóveis     | 13.690,48               |
| <b>Total pago</b>                     | <b>R\$ 2.845.549,73</b> |

### Mudanças e desmobilizações

Em 2018, não houve mudanças e disponibilizações relevantes.



Fonte: COMAP

### Gasto com Locação de imóveis



O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins tem 3 (três) imóveis locados no município de Palmas-TO para abrigar as instalações do Cartório Eleitoral da 29ª ZE e dos Anexos I e II da Secretaria. Os valores mensais das locações importam em R\$ 37.197,20 (trinta e sete mil cento e noventa e sete reais e vinte centavos), R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e R\$ 43.639,05 (quarenta e três mil seiscentos e trinta e nove reais e cinco centavos), respectivamente.

Nos últimos 2 (dois) anos não houve reajuste de aluguel.

### Conformidade legal

A gestão patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins está em conformidade com as normas regentes, consoante pode ser verificado nos sistemas ASI, SIAFI e SPIUnet.

### Principais desafios e ações futuras

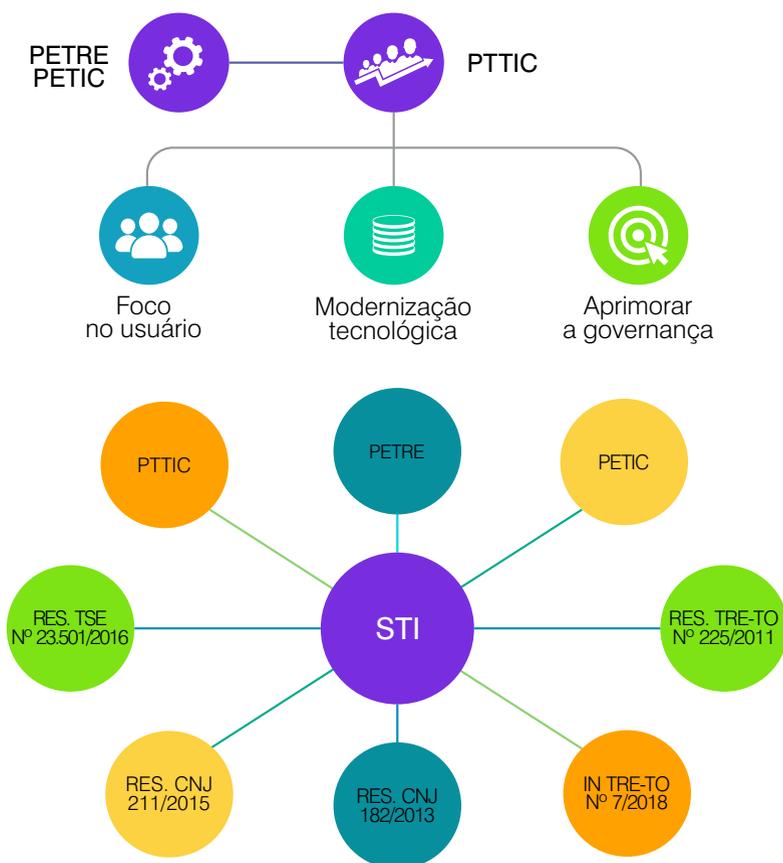
- Manutenção da qualidade dos imóveis próprios considerando o cenário de escassez orçamentária;
- Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica nos prédios do Tribunal, com vistas a Implementar soluções que tragam eficiência energética.

## 5.7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### Conformidade Legal da Gestão de TIC

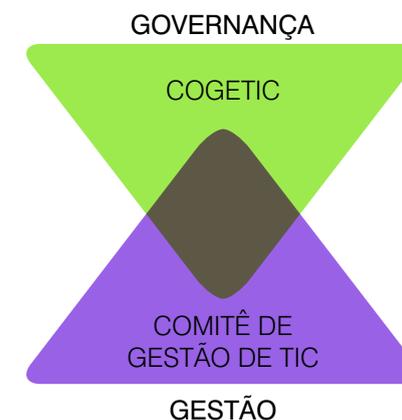
Alinhamento Estratégico da TI: O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020 - PETIC foi construído em conjunto com o Plano Estratégico do TRE-TO para 2015-2020 - PETRE, sendo parte integrante da Resolução n.º 326 de 28 de maio de 2015, que dispõe sobre a Gestão da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

O Plano Tático de TIC, desdobramento do PETIC, foi aprovado para o biênio 2018-2019 contemplando iniciativas voltadas ao cidadão, à modernização tecnológica e ao incremento da governança.



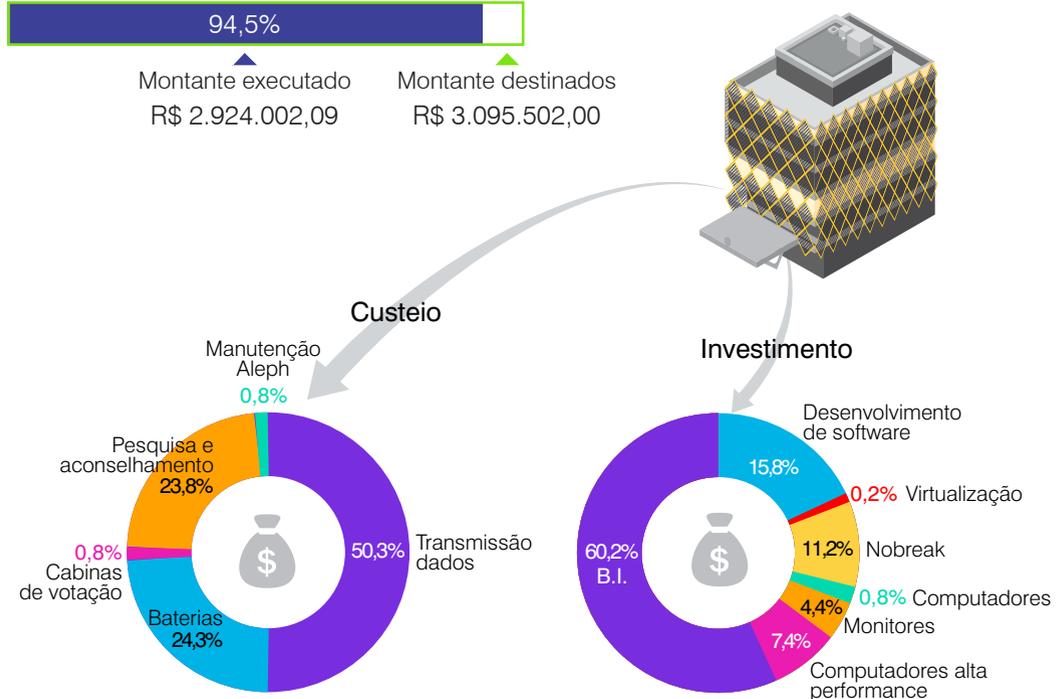
### MODELO DE GOVERNANÇA

O Modelo de Governança de TIC do TRE-TO segue as orientações da IN 07/2018, bem como da Resolução CNJ 211/2015 e é composta basicamente do COGETIC como instância máxima da Governança e do Comitê de Gestão de TIC - presidido pelo Secretário de TI, juntamente com os titulares das 3 Coordenadorias que compõem a STI, que tem como principal responsabilidade a Gestão de TIC no nível operacional.



### MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Em 2018, foram destinados a TIC o montante de R\$ 3.095.502,00, dos quais R\$ 2.924.002,09 foram empenhados.



**Iniciativas e contratações mais relevantes de recursos de TI**

| Alinhamento / Objetivo Estratégico   | Contrato / Empresa   | Objeto  | Valor em reais | Benefícios alcançados   |
|--|--|---|----------------|---|
| PETRE<br>OE7 - Fortalecimento da Governança  | 44/2018  | Aquisição de solução de visualização e de descoberta de dados com capacidade de inteligência de negócio de auto-atendimento (self-service), incluindo fornecimento de licenças perpétua de software, suporte técnico e atualização de versão, bem como serviços especializados, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência respectivo (Anexo I do Pregão Eletrônico 60/2018). | 1.772.736,00   | A aquisição do software de self-service B.I., além de atender à determinação do CNJ, ajudará as unidades do Tribunal na tomada de decisões e possibilitará o aumento da transparência do órgão.       |
| PETIC<br>OE1 - Primar pela satisfação do Cliente de TIC<br>OE3 - Aprimorar a gestão por meio da governança de TIC                        | CODEX ATLANTICUS<br>TECNOLOGIA E<br>INFORMAÇÃO LTDA                | Contratação de serviço técnico especializado continuado em desenvolvimento, manutenção, adaptação, suporte e implantação de Sistemas de Informação (software), com medição em métrica baseada em Pontos de Função, no total de até 1.450 (um mil e quatrocentos e cinquenta) Pontos de Função (PF)  | 464.000,00     | O contrato com a fábrica de software possibilita à Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas atender às várias solicitações de sistemas internos, que chegam à Coordenadoria.                      |
| PETIC<br>OE1 - Primar pela satisfação do Cliente de TIC<br>OE4 - Viabilizar soluções corporativas informatizadas                         | 1/2018<br>K R P CONSULTORIA<br>EM TECNOLOGIA DE<br>INFORMAÇÃO      | Aquisição de sistema de alimentação elétrica ininterrupta modular com arquitetura de paralelismo descentralizada redundante, contemplando serviço de instalação, ativação, manutenção preventiva e corretiva durante o período da garantia.   | 330.225,00     | O novo sistema de alimentação elétrica adquirido neste contrato visa a aumentar a disponibilidade dos serviços de TI, uma vez que garante a alimentação elétrica na sala de servidores (data center). |
| PETIC<br>OE6 - Garantir os serviços de TIC em consonância com os requisitos do negócio   | 8/2018<br>LEISTUNG INDÚSTRIA,<br>COMÉRCIO E SERVIÇOS<br>DE SISTEMA | Aquisição de computadores desktop do tipo mini de alta performance, nas especificações técnicas e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 52/2018.  | 218.250,00     | A aquisição de novos computadores é ação essencial para a manutenção de um parque de computadores atualizado e que atenda às demandas dos usuários.   |
| PETIC<br>OE1 - Primar pela satisfação do Cliente de TIC<br>OE5 - Promover a modernização e padronização tecnológica                      | 41/2018<br>MALUTEC INFORMÁTICA<br>EIRELI EPP                       | Prestação de serviços de telecomunicações por meio de Sistemas Móveis de Transmissão de Voz e Dados via Satélite - SMSat, compatíveis com telefonia celular digital utilizada em centros urbanos, para prover a comunicação de voz e dados entre locais sem infraestrutura adequada para transmissão via linha telefônica convencional.   | 211.595,00     | O contrato de comunicação via satélite é essencial para a execução da transmissão dos Boletins de Urnas no dia da Eleição e garante a celeridade do processo de apuração e divulgação dos eleitos.    |
| PETRE<br>OE1 - Garantia dos direitos da cidadania  | 28/2018  |   |                |   |
| PETIC<br>OE1 - Primar pela satisfação do Cliente de TIC<br>OE6 - Garantir os serviços de TIC em consonância com os requisitos do negócio | TRANSAT<br>TELECOMUNICAÇÕES<br>VIA SATÉLITE - EIRELI               |   |                |   |

## SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- A Resolução TSE n.º 23.501/2016 institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.
- A Resolução TRE n.º 225/2011 estabelece a política de segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.
- A Portaria PRES TRE-TO n.º 390/2018 nomeia os membros da Comissão de Segurança da Informação, da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR), bem como o Gestor de Segurança da Informação.
- No decorrer de 2018, a Comissão de Segurança da Informação se reuniu periodicamente e em 2019 irá propor a atualização da Res. TRE n.º 225/2011.



### PRINCIPAIS DESAFIOS (DIFICULDADES, FRAQUEZAS E RISCOS)

- Não existência de uma unidade específica para a Gestão e Planejamento de TIC (ASPLAN-STI).
- Designação de uma equipe específica para a Unidade de Gestão e Planejamento de TIC.
- Disponibilização do Orçamento apenas a partir do segundo semestre do ano.
- Elevado número de informações e indicadores requeridos pelos órgãos e áreas de controle, muitas vezes versando sobre o mesmo tema, contudo sem o possível reaproveitamento.
- Não preenchimento de vagas de servidores efetivos.

### INICIATIVAS DO PLANO TÁTICO DE TIC

Em 2018, foi dada continuidade na execução das iniciativas previstas no Plano Tático de TIC, dentre as quais destacamos:

A atualização do data center corporativo com a aquisição de uma solução hiperconvergente. Iniciativa que ajuda a garantir a alta disponibilidade dos serviços de TIC.

A realização de atendimentos itinerantes nos municípios que não são sede de Zonas eleitorais, o que leva a Justiça Eleitoral mais próxima do Eleitor.

O desenvolvimento do app "Fala Mesário", que tem por objetivo estreitar a comunicação entre a Justiça Eleitoral e os Mesários, no dia da Eleição.

A contratação de empresa especializada em pesquisa e aconselhamento, visando aumentar a maturidade da Governança de TIC, no âmbito do TRE-TO.

## 5.8 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução n.º 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

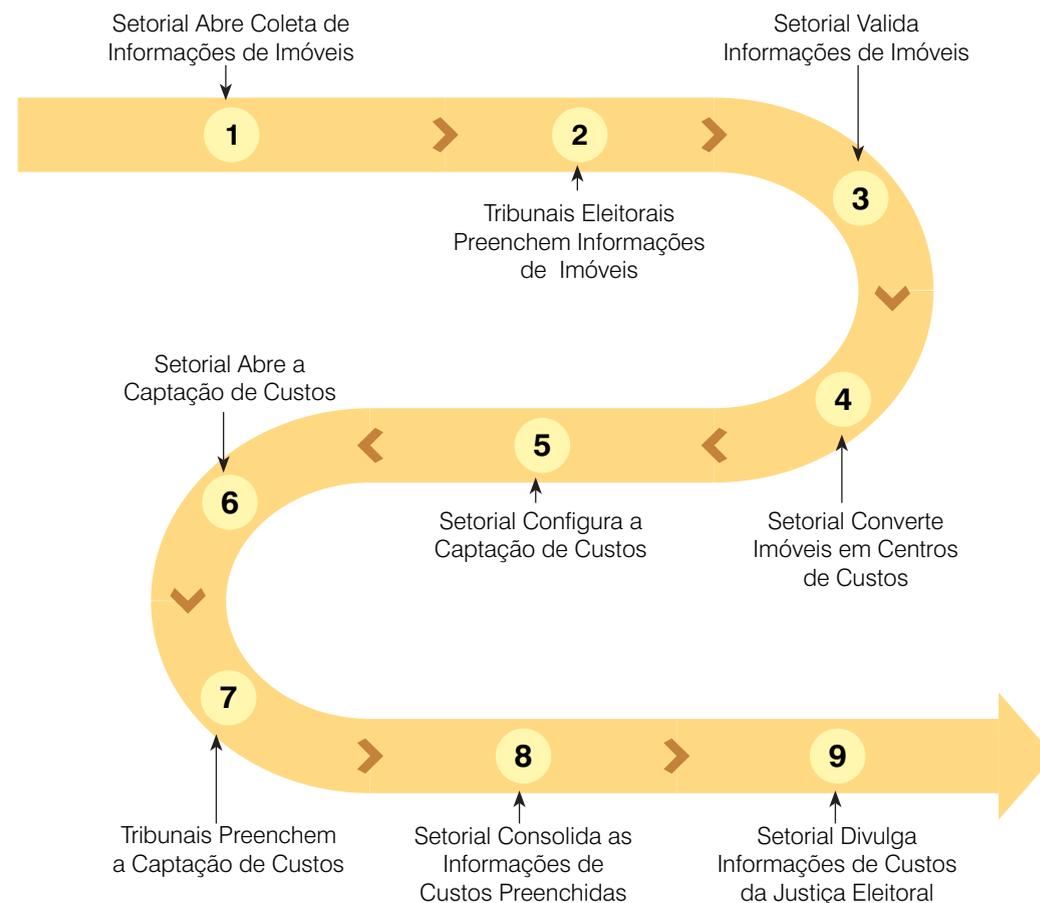
Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar n.º 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria n.º 90/2014, do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria n.º 157/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em uso. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração assim, com vistas a viabilizar a apuração de custos, foi desenvolvido pela Justiça Eleitoral o sistema SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



\*Atualmente são 40 itens de custos



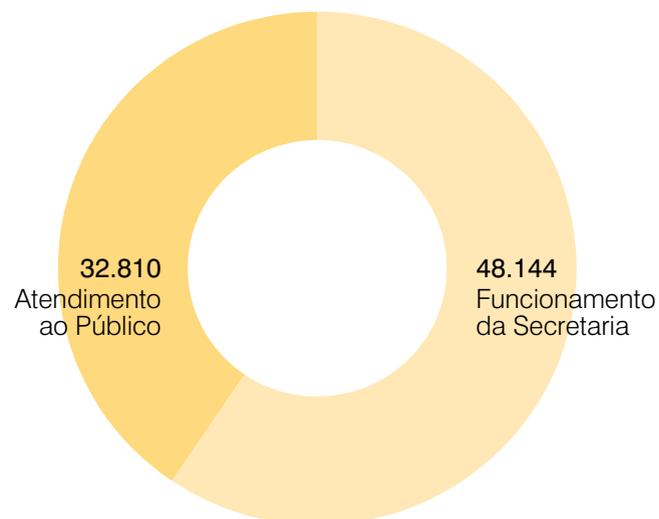
\* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que, para o próximo ciclo de custos, a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

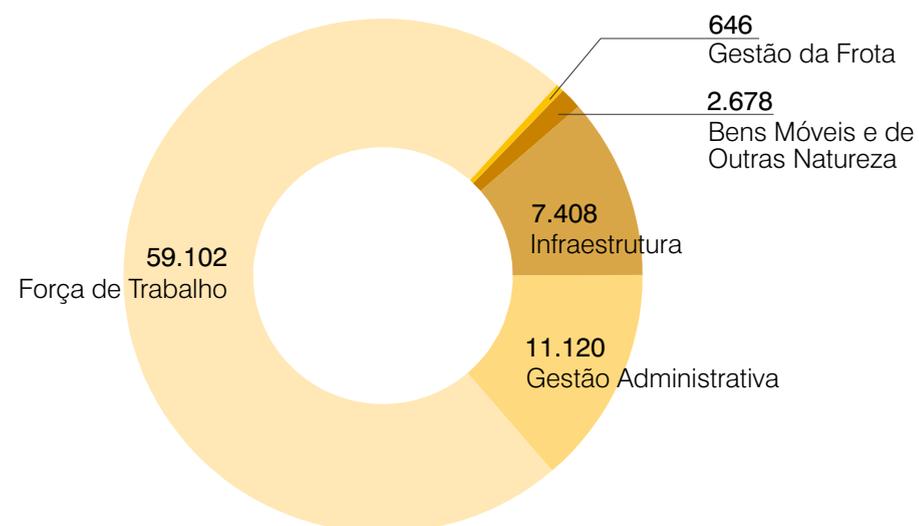
No que diz respeito aos custos de 2018, do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

#### Atendimento ao Público X Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

#### Custos por Subgrupos (em R\$ mil)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

## 5.9 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ECONÔMICA E SOCIAL

Dados de 2018, ano de referência 2016 (anos eleitorais – Resolução TSE n.º 23.474/2016)



**CAP. 6**  
**DEMONSTRAÇÕES**  
**CONTÁBEIS**



### DECLARAÇÃO DA CONTADORA, HELOISA GOMES DA SILVA

A Seção de Auditoria Contábil e Análise de Custos (SACAC), de acordo com a Resolução n.º 116, de 15/02/2007 (<http://intranet.tre-to.gov.br/portal/institucional/regulamento.php>), compõe a estrutura da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria (CCIA) da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, que conforme o artigo 4º- F exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Tribunal.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Seção de Auditoria Contábil e Análise de Custos (SACAC), de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

#### **As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins são as seguintes:**

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do tribunal;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto patrimoniais aumentativas

(receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

#### **Declaração**

DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei n.º 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Palmas- TO, 10 de abril de 2019.

*Heloisa Gomes da Silva*

Heloisa Gomes da Silva  
CRC n.º TO-2517/O-6

## 6.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Balanco Patrimonial

| ATIVO   | 2018                 | 2017                 |
|---|----------------------|----------------------|
| <b>ATIVO CIRCULANTE</b>                                   | <b>3.498.387,30</b>  | <b>2.885.667,47</b>  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                             | 1.539.528,89         | 1.150.802,27         |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo                   | 645.008,29           | 584.199,06           |
| Estoques  | 1.263.177,49         | 1.081.912,18         |
| VPDs Pagas Antecipadamente                                | 50.672,63            | 68.753,96            |
| <b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                               | <b>57.377.610,37</b> | <b>57.862.049,70</b> |
| Imobilizado   | 51.416.180,11        | 54.014.227,64        |
| Bens Móveis   | 15.115.862,13        | 17.881.759,21        |
| Bens Móveis   | 32.875.866,85        | 33.818.668,78        |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -17.760.004,72       | -15.936.909,57       |
| Bens Imóveis  | 36.300.317,98        | 36.132.468,43        |
| Bens Imóveis  | 37.260.273,65        | 36.928.982,54        |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis      | -959.955,67          | -796.514,11          |
| Intangível  | 5.961.430,26         | 3.847.822,06         |
| Softwares   | 5.961.430,26         | 3.847.822,06         |
| Softwares   | 5.961.430,26         | 3.847.822,06         |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                     | <b>60.875.997,67</b> | <b>60.747.717,17</b> |

| PASSIVO  | 2018                 | 2017                 |
|--|----------------------|----------------------|
| <b>PASSIVO CIRCULANTE</b>                                    | <b>1.842.481,97</b>  | <b>82.365,16</b>     |
| Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 1.418.043,26         | -                    |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo                  | 44.548,09            | 59.020,32            |
| Demais Obrigações a Curto Prazo                              | 379.890,62           | 23.344,84            |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                | <b>-</b>             | <b>-</b>             |
| <b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>                             | <b>1.842.481,97</b>  | <b>82.365,16</b>     |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                                    |                      |                      |
| Resultados Acumulados  | 59.033.515,70        | 60.665.352,01        |
| Resultado do Exercício                                       | -445.568,24          | 10.580.740,32        |
| Resultados de Exercícios Anteriores                          | 60.665.352,01        | 53.309.352,07        |
| Ajustes de Exercícios Anteriores                             | -1.186.268,07        | -3.224.740,38        |
| <b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                           | <b>59.033.515,70</b> | <b>60.665.352,01</b> |

Fonte: SIAFI

**Demonstrações das Variações Patrimoniais**

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS                                | 2018                  | 2017                  |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>                 | -                     | -                     |
| Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos                   | 6.067,01              | 1.022.500,15          |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços               | 6.067,01              | 1.022.500,15          |
| <b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>             | <b>817,74</b>         | <b>1.235,17</b>       |
| Juros e Encargos de Mora   | 817,74                | 1.235,17              |
| Transferências e Delegações Recebidas                              | 112.208.856,32        | 88.608.630,68         |
| Transferências Intragovernamentais                                 | 111.231.633,19        | 88.119.916,72         |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas                       | 977.223,13            | 488.713,96            |
| <b>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos</b> | <b>1.030.254,59</b>   | <b>25.809.058,55</b>  |
| Ravaliação de Ativos   | 495.400,00            | 25.304.783,70         |
| Ganhos com Incorporação de Ativos                                  | 526.383,50            | 501.802,50            |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos                             | 8.471,09              | 2.472,35              |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>                  | <b>1.036.954,51</b>   | <b>608.408,60</b>     |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas                       | 1.036.954,51          | 608.408,60            |
| <b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>           | <b>114.282.950,17</b> | <b>116.049.833,15</b> |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS                                 | 2018                  | 2017                  |
| <b>Pessoal e Encargos</b>  | <b>73.611.045,43</b>  | <b>60.946.415,65</b>  |
| Remuneração a Pessoal  | 57.954.952,10         | 47.553.194,88         |
| Encargos Patronais   | 7.655.036,48          | 7.184.413,41          |
| Benefícios a Pessoal   | 3.088.950,87          | 3.028.258,70          |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos          | 4.912.105,98          | 3.180.548,66          |
| <b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>                  | <b>5.300.261,97</b>   | <b>5.054.185,51</b>   |

|  |                       |                       |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Aposentadorias e Reformas  | 4.735.651,44          | 4.105.077,67          |
| Pensões  | 561.748,53            | 937.920,84            |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais                  | 2.862,00              | 11.187,00             |
| <b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>             | <b>32.847.844,59</b>  | <b>23.807.067,12</b>  |
| Uso de Material de Consumo   | 2.400.604,11          | 1.086.480,22          |
| Serviços   | 27.446.247,41         | 19.562.475,00         |
| Depreciação, Amortização e Exaustão                                | 3.000.993,07          | 3.158.111,90          |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>              | <b>181,50</b>         | <b>222,44</b>         |
| Juros e Encargos de Mora   | 139,50                | 1,42                  |
| Descontos Financeiros Concedidos                                   | 42,00                 | 221,02                |
| <b>Transferências e Delegações Concedidas</b>                      | <b>2.520.913,46</b>   | <b>1.270.604,23</b>   |
| Transferências Intragovernamentais                                 | 1.170.207,85          | 1.086.830,55          |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas                      | 1.350.705,61          | 183.773,68            |
| <b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b> | <b>329.621,53</b>     | <b>14.187.038,51</b>  |
| Perdas Involuntárias   | 78.342,72             | 191,95                |
| Desincorporação de Ativos  | 251.278,81            | 14.186.846,56         |
| <b>Tributárias</b>   | <b>21.112,87</b>      | <b>27.049,57</b>      |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                        | 237,20                | 794,22                |
| Contribuições  | 20.875,67             | 26.255,35             |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>                   | <b>97.537,06</b>      | <b>176.509,80</b>     |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas                        | 97.537,06             | 176.509,80            |
| <b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>           | <b>114.728.518,41</b> | <b>105.469.092,83</b> |
| <b>Resultado Patrimonial do Período (I-II)</b>                     | <b>-445.568,24</b>    | <b>10.580.740,32</b>  |

Fonte: SIAFI

**Balço Orçamentário**
**Receitas**

| Receitas Orçamentárias | Previsão Inicial | Previsão Atualizada | Previsão Atualizada | Saldo          |
|------------------------|------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| Déficit                | -                | -                   | 112.362.062,41      | 112.362.062,41 |
| <b>Total</b>           | -                | -                   | 112.362.062,41      | 112.362.062,41 |

**Restos a Pagar**

| Restos a Pagar                 | Inscritos  | Cancelados | Pagos      | Saldo     |
|--------------------------------|------------|------------|------------|-----------|
| Restos a Pagar Não Processados | 667.800,34 | 50.654,94  | 617.145,40 | -         |
| Restos a Pagar Processados     | 64.545,69  | 8.322,23   | 8.136,20   | 48.087,26 |
| <b>Total</b>                   | 732.346,03 | 58.977,17  | 625.281,60 | 48.087,26 |

Em 2018 o TRE-TO pagou cerca de **85% dos restos a pagar** de exercícios anteriores.

| Despesas Orçamentárias              | Dotação Inicial      | Dotação Autorizada   | Despesas Empenhadas   | Despesas Liquidadas   | Despesas Pagas        | Saldo da Dotação      |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Despesas Correntes</b>           | <b>85.886.011,00</b> | <b>88.629.723,00</b> | <b>109.176.855,27</b> | <b>108.019.351,54</b> | <b>107.230.341,68</b> | <b>-20.547.132,27</b> |
| Pessoal e Encargos Sociais          | 63.186.336,00        | 65.907.660,00        | 73.315.484,03         | 73.315.484,03         | 72.758.581,69         | -7.407.824,03         |
| Outras Despesas Correntes           | 22.699.675,00        | 22.722.063,00        | 35.861.371,24         | 34.703.867,51         | 34.471.759,99         | -13.139.308,24        |
| <b>Despesas de Capital</b>          | <b>2.381.815,00</b>  | <b>3.193.374,00</b>  | <b>3.185.207,14</b>   | <b>2.847.054,73</b>   | <b>2.845.549,73</b>   | <b>8.166,86</b>       |
| Investimentos                       | 2.381.815,00         | 3.193.374,00         | 3.185.207,14          | 2.847.054,73          | 2.845.549,73          | 8.166,86              |
| <b>Total Despesas Orçamentárias</b> | <b>88.267.826,00</b> | <b>91.823.097,00</b> | <b>112.362.062,41</b> | <b>110.866.406,27</b> | <b>110.075.891,41</b> | <b>-20.538.965,41</b> |
| <b>Subtotal com Refinanciamento</b> | <b>88.267.826,00</b> | <b>91.823.097,00</b> | <b>112.362.062,41</b> | <b>110.866.406,27</b> | <b>110.075.891,41</b> | <b>-20.538.965,41</b> |
| <b>Total</b>                        | <b>88.267.826,00</b> | <b>91.823.097,00</b> | <b>112.362.062,41</b> | <b>110.866.406,27</b> | <b>110.075.891,41</b> | <b>-20.538.965,41</b> |

Fonte: SIAFI

**Balanco Financeiro**

| Ingressos                                    | 2018                  | 2017                 |
|--|-----------------------|----------------------|
| <b>Receitas Orçamentárias</b>                | -                     | -                    |
| <b>Transferências Financeiras Recebidas</b>  | <b>111.231.633,19</b> | <b>88.119.916,72</b> |
| Resultantes da Execução Orçamentária         | 111.231.587,69        | 88.119.916,70        |
| Sub-repasse Recebido                         | 111.231.587,69        | 88.119.916,70        |
| Independentes da Execução Orçamentária       | 45,50                 | 0,02                 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais          | 45,50                 | 0,02                 |
| <b>Recebimentos Extraorçamentários</b>       | <b>3.483.636,99</b>   | <b>2.391.570,23</b>  |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados     | 790.514,86            | 8.136,20             |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 1.495.656,14          | 667.800,34           |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados  | 153.672,23            | 83.710,79            |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários       | 1.043.793,76          | 1.631.922,90         |
| Arrecadação de Outra Unidade                 | 1.043.793,76          | 1.631.922,90         |
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>           | <b>1.150.802,27</b>   | <b>3.566.631,72</b>  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                | 1.150.802,27          | 3.566.631,72         |
| <b>Total dos Ingressos</b>                   | <b>115.866.072,45</b> | <b>94.078.118,67</b> |

| Dispêndios                                      | 2018                  | 2017                 |
|---|-----------------------|----------------------|
| <b>Despesas Orçamentárias</b>                   | <b>112.362.062,41</b> | <b>90.190.174,10</b> |
| Ordinárias                                      | 105.792.573,08        | 83.544.561,00        |
| Vinculadas                                      | 6.569.489,33          | 6.645.613,10         |
| Seguridade Social (Exceto Previdência)          | -                     | 3.899.999,99         |
| Previdência Social (RPPS)                       | 4.420.000,00          | -                    |
| Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas | 2.149.489,33          | 2.745.613,11         |
| <b>Transferências Financeiras Concedidas</b>    | <b>1.170.207,85</b>   | <b>1.086.830,55</b>  |
| Resultantes da Execução Orçamentária            | 132.435,60            | 477.322,28           |
| Repasse Concedido                               | 132.435,60            | -                    |
| Sub-repasse Concedido                           | -                     | 453.816,63           |
| Sub-repasse Devolvido                           | -                     | 23.505,65            |
| Independentes da Execução Orçamentária          | 1.037.772,25          | 609.508,27           |
| Movimento de Saldos Patrimoniais                | 1.037.772,25          | 609.508,27           |
| <b>Despesas Extraorçamentárias</b>              | <b>794.273,30</b>     | <b>1.650.311,75</b>  |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados        | 8.136,20              | 22.851,42            |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados    | 617.145,40            | 1.556.717,20         |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados     | 168.991,70            | 70.743,13            |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>          | <b>1.539.528,89</b>   | <b>1.150.802,27</b>  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                   | 1.539.528,89          | 1.150.802,27         |
| <b>Total dos Dispêndios</b>                     | <b>115.866.072,45</b> | <b>94.078.118,67</b> |

Fonte: SIAFI

**Demonstrações do Fluxo de Caixa**

|   | 2018                   | 2017                  |
|---|------------------------|-----------------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais                 |                        |                       |
| <b>Ingressos</b>  | <b>112.429.099,18</b>  | <b>89.835.550,41</b>  |
| <b>Outros Ingressos das Operações</b>                       | <b>112.429.099,18</b>  | <b>89.835.550,41</b>  |
| Ingressos Extraorçamentários                                | 153.672,23             | 83.710,79             |
| Transferências Financeiras Recebidas                        | 111.231.633,19         | 88.119.916,72         |
| Arrecadação de Outra Unidade                                | 1.043.793,76           | 1.631.922,90          |
| <b>Desembolsos</b>  | <b>-109.185.561,65</b> | <b>-88.196.910,34</b> |
| <b>Pessoal e Demais Despesas</b>                            | <b>-100.085.537,80</b> | <b>-79.778.671,79</b> |
| Judiciário  | -94.788.137,83         | -74.641.926,27        |
| Previdência Social  | -5.297.399,97          | -5.136.745,52         |
| <b>Transferências Concedidas</b>                            | <b>-7.760.824,30</b>   | <b>-7.260.664,87</b>  |
| Intragovernamentais   | -7.760.824,30          | -7.260.664,87         |
| <b>Outros Desembolsos das Operações</b>                     | <b>-1.339.199,55</b>   | <b>-1.157.573,68</b>  |
| Dispêndios Extraorçamentários                               | -168.991,70            | -70.743,13            |
| Transferências Financeiras Concedidas                       | -1.170.207,85          | -1.086.830,55         |
| <b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>  | <b>3.243.537,53</b>    | <b>1.638.640,07</b>   |
| Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos                |                        |                       |
| Ingressos   | -                      | -                     |
| Desembolsos   | -2.854.810,91          | -4.054.469,52         |
| Aquisição de Ativo Não Circulante                           | -741.202,71            | -3.134.469,52         |
| Outros Desembolsos de Investimentos                         | -2.113.608,20          | -920.000,00           |
| <b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Investimentos</b> | <b>-2.854.810,91</b>   | <b>-4.054.469,52</b>  |

|  |              |               |
|--|--------------|---------------|
| Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | 388.726,62   | -2.415.829,45 |
| Caixa e Equivalente de Caixa Inicial             | 1.150.802,27 | 3.566.631,72  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final              | 1.539.528,89 | 1.150.802,27  |

**Base de Preparação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/1964, do Decreto-Lei n.º 200/2067, do Decreto n.º 93.872/1986, da Lei n.º 10.180/2001 e da Lei Complementar n.º 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade gestora - UG 070027 – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins do órgão 14000 – Justiça Eleitoral administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostos por:

- I - Balanço Patrimonial (BP)
- II - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III - Balanço Orçamentário (BO)
- IV - Balanço Financeiro (BF)
- V - Demonstração do Fluxos de Caixa (DFC)
- VI - Notas Explicativas

## 6.2 NOTAS EXPLICATIVAS

### Nota 1 - Ativo Imobilizado

Em 31/12/2018, apresenta-se o saldo de R\$ 51.416.180,11 para o Ativo Imobilizado. Na tabela a seguir, é representada a composição do seu subgrupo, para os exercícios de 2018 e 2017:

Tabela 1 – Imobilizado – Composição

|  | 31/12/2018               | 31/12/2017               | AH (%)      |
|--|--------------------------|--------------------------|-------------|
| <b>Bens Móveis</b>   |                          |                          |             |
| (+) Valor Bruto Contábil                                       | R\$ 32.875.866,85        | R\$ 33.818.668,78        | -2,78       |
| (-) Depreciação/Amortização/<br>Exaustão Acum. se bens Móveis  | R\$ 17.760.004,72        | R\$ 15.936.909,57        | 11,44       |
| <b>Bens Imóveis</b>  |                          |                          |             |
| (+) Valor Bruto Contábil                                       | R\$ 37.260.273,65        | R\$ 36.928.982,54        | 0,90        |
| (-) Depreciação/Amortização/<br>Exaustão Acum. de Bens Imóveis | R\$ 959.955,67           | R\$ 796.514,11           | 20,52       |
| <b>Total</b>   | <b>R\$ 51.416.180,11</b> | <b>R\$ 54.014.227,64</b> | <b>4,81</b> |

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

A metodologia adotada para o cálculo da reavaliação/redução e da depreciação mensal dos bens do Ativo Imobilizado obedece aos critérios previstos na Orientação n.º 01/2010 – SOF/TSE, que considera: a) a apuração da vida útil dos bens e observa a tabela fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, exceto para as urnas eletrônicas, que receberam tratamento diferenciado em razão de sua natureza singular; b) o cálculo da depreciação mensal ocorre pelo método de quotas constantes. Já as taxas de depreciação também são as fixadas pela STN; e, c) a reavaliação dos bens móveis é feita pelo método da depreciação. No que diz respeito à mensuração de ativos e passivos, adota-se o valor original para

registros dos direitos e das obrigações, e o custo de aquisição e/ou produção tanto para o registro dos bens em almoxarifado como dos bens móveis e imóveis do imobilizado. Verifica-se que estão sendo aplicadas, no âmbito deste Regional, as disposições contidas nas NBC T 16.9, 16.10 e a NBC TG 27.

A depreciação acumulada dos bens móveis e imóveis no período que corresponde ao presente relatório de gestão, realizada obedecendo aos procedimentos estabelecidos pela NBC T 16.9, representa 2,62% do total das variações patrimoniais diminutivas que impactaram o resultado patrimonial apurado no ano de 2018.

### Nota 2 - Ativo Intangível

Quanto aos ativos intangíveis, são compostos em sua totalidade por softwares, para os quais ainda não foi iniciado o processo de amortização, que está dependendo de ajustes no sistema ASIWEB, sob a responsabilidade do TSE, para realização do cálculo dos valores a serem registrados. Na oportunidade desse procedimento será realizada nova avaliação dos softwares, todos registrados atualmente na conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 – Softwares com Vida Útil Definida, para verificação de itens passivos de reclassificação para a conta contábil 1.2.4.1.1.02.00 – Softwares com Vida Útil Indefinida e sobre os quais não incidem a amortização.

### Nota 3 - Passivo – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo

Houve um aumento nessas contas do exercício de 2017 para o exercício de 2018, sendo de 100% para a conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e de 1627% para a conta Demais Obrigações a Curto Prazo, representando um montante de R\$ 1.797.933,88. Essa variação considerável tem origem, principalmente, em acréscimos nas contas Pessoal a Pagar e Férias a Pagar, em razão de inscrição de obrigações liquidadas para o exercício de 2019, bem como do registro da provisão para férias, consoante Orientação SOF/TSE 10/2018, e, ainda, de acréscimo na conta Depósitos Retidos de Fornecedores, ocorridos sobre pagamentos realizados ao final do exercício.

### Nota 4 - Patrimônio Líquido - Resultado do Exercício

A conta Resultado do Exercício de 2018 demonstra resultado negativo no montante de - R\$ 445.568,24, em decorrência, especialmente, do registro das provisões para férias, que busca contabilizar o passivo por competência, nos termos da Orientação SOF/TSE 10/2018. Ocorreu, também, expressiva variação entre o resultado do exercício de 2018 e o resultado do exercício de 2017, em decorrência da realização de registro de incorporação de ativos e respectivas reavaliações (Bens Imóveis de Uso Especial) no patrimônio desta Unidade Gestora em 2017.

#### Nota 5 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor negativo apresentado pela conta Ajustes de Exercícios Anteriores em 2018 refere-se, principalmente, a reconhecimento de passivos de pessoal, cujo fato gerador pertence a exercícios anteriores e está relacionado com o período eleitoral (Eleições de 2014 e de 2016).

#### Balanço Orçamentário

#### Nota 6 - Despesas Orçamentárias

Pelo fato da Justiça Eleitoral objetivar a prestação de serviços à sociedade, como a grande maioria dos órgãos públicos, quase que na sua totalidade o Orçamento desta Unidade Gestora, que consta da dotação atualizada, está classificado nas Despesas Correntes e está distribuído da seguinte maneira: percentuais referentes às despesas totais – (i) 71,78% no grupo de despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais; e (ii) 24,75% no grupo 3 – Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital correspondem a apenas 3,47% do Orçamento.

Esclareça-se que 2018 foi ano eleitoral, inclusive com a realização de duas eleições por esta Unidade Gestora, quais sejam, Eleições Suplementares para Governador e Eleições Gerais. Tal fato impacta o Balanço Orçamentário, quanto ao valor apresentado no Saldo da Dotação (- R\$ 20.578.965,41), uma vez que são executadas despesas orçamentárias por esta Unidade Gestora a partir de descentralizações internas de créditos provenientes do programa de trabalho Pleitos Eleitorais - Nacional, que compõe a dotação do Orçamento do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, consoante demonstra o quadro abaixo:

Tabela 2 – Provisões Recebidas

| DESCENTRALIZAÇÃO INTERNA DE CRÉDITO – PROVISÃO RECEBIDA                  |        |       |                       |                                  |                        |                       |                      |                     |               |
|--|--------|-------|-----------------------|----------------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|---------------|
| PROGRAMA DE TRABALHO   | PTRES  | Grupo | Valor descentralizado | Crédito Empenhado Liquidado Pago | Crédito Liquidado RPNP | Crédito Liquidado RPP | Crédito Executado    | Saldo               | %             |
| Pleitos Eleitorais – Nacional  | 84799  | 3     | 237.717,18            | 195.712,96                       | 22.663,73              | 10.226,31             | 228.603,00           | 9.114,18            | 96,17%        |
|  | 84801  | 3     | 6.481.282,20          | 6.271.071,33                     | 43.584,71              | 166.086,16            | 6.480.742,20         | 540,00              | 99,99%        |
|  | 107670 | 1     | 9.792.889,54          | 9.405.211,69                     | -                      | 385.500,40            | 9.790.712,09         | 2.177,45            | 99,98%        |
|  | 107671 | 3     | 7.844.024,82          | 7.128.039,75                     | 168.202,27             | 45.000,00             | 7.341.242,02         | 502.782,80          | 93,59%        |
| <b>Pessoal e Encargos Sociais</b>  |        |       | <b>9.792.889,54</b>   | <b>9.405.211,69</b>              | <b>-</b>               | <b>385.500,40</b>     | <b>9.790.712,09</b>  | <b>2.177,45</b>     | <b>99,98%</b> |
| <b>Outras Despesas Correntes</b>   |        |       | <b>14.563.024,20</b>  | <b>13.594.824,04</b>             | <b>234.450,71</b>      | <b>221.312,47</b>     | <b>14.050.587,22</b> | <b>512.436,98</b>   | <b>96,48%</b> |
| Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes – DF | 84780  | 3     | 6.000,00              | 2.752,17                         | -                      | -                     | 2.752,17             | 3.247,83            | 45,87%        |
| <b>TOTAL</b>   |        |       | <b>48.717.827,48</b>  | <b>46.002.823,63</b>             | <b>468.901,42</b>      | <b>1.213.625,74</b>   | <b>47.685.350,79</b> | <b>1.032.476,69</b> |               |

No exercício de 2018, também foram realizadas Transferências Orçamentárias referentes aos Termos de Execução Descentralizada e a Descentralizações Internas, relacionados nos quadros abaixo:

Tabela 3 – Destaques Concedidos

| TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS (DESTAQUES)  |  |                           |  |  |                |
|--|--|---------------------------|--|--|----------------|
| Programa de Trabalho   | Plano Orçamentário                           | Grupo de Despesa          | Órgão Favorecido                                 | Observação   | VALOR          |
| Julgamento de causas e gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Tocantins | Capacitação de Recursos Humanos              | Outras Despesas Correntes | Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT | Termo de Execução Descentralizada n.º 01/2018<br>Objetivo: Formar 4 profissionais em nível de mestrado em Gestão de Políticas Públicas.  | 62.900,00      |
|  | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa |                           | Universidade Federal do Pará - UFPA              | Termo de Execução Descentralizada n.º 02/2018.<br>Objeto: Realizar trabalho de dimensionamento da força de trabalho dos processos internos do TRE-TO, bem como assessoria para a estruturação de concursos por competências. | 59.848,00      |
| TOTAL  |  |                           |  |  | R\$ 122.748,00 |

Tabela 4 – Provisões Concedidas

| DESCENTRALIZAÇÃO INTERNA DE CRÉDITO – PROVISÃO CONCEDIDA  |   |                           |   |   |                |
|---|---|---------------------------|---|---|----------------|
| Programa de Trabalho  | Plano Orçamentário                          | Grupo de Despesa          | Órgão Favorecido                                | Observação  | VALOR          |
| Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis e seus Dependentes – no Estado do Tocantins | Assistência Médica e Odontológica de Cíveis | Outras Despesas Correntes | Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal | Termo de Cooperação n.º 63/2017<br>Objeto: Atendimentos destinados aos titulares e dependentes da assistência à saúde deste Tribunal junto à rede de credenciados do TRE-DF | 220.000,00     |
| TOTAL   |   |                           |   |   | R\$ 220.000,00 |

**Nota 7 – Restos a Pagar**

Os restos a pagar desta Unidade Gestora representam, em sua maior parte, a despesas de serviços contínuos e de outras contratações referentes à competência de dezembro/2018, cujo fato gerador só poderia ser verificado como completo no exercício seguinte.

Importa destacar que os pagamentos dos Restos a Pagar de exercícios anteriores não causam impactos na gestão financeira deste Regional, pois a inscrição ocorreu mediante a verificação de suficiência financeira ao final do exercício. Destaque-se, também, que o repasse desses recursos financeiros goza da garantia prevista no art. 168 da CF/88, que os asseguram ao Poder Judiciário até o limite da dotação orçamentária recebida.

Quanto ao amparo legal, verifica-se a inexistência, para esta Unidade Gestora, de registro no SIAFI referente a empenhos de exercícios anteriores e inscritos em restos a pagar não processados, cuja vigência esteja expirada.

**CAP. 7**  
**OUTRAS INFORMAÇÕES**  
**RELEVANTES**

## 7.1 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

• Os temas incluídos no Relatório de Gestão são aqueles que afetam ou podem afetar a capacidade da organização de gerar valor. Eles são determinados ao se considerar seu efeito sobre a estratégia, governança, desempenho e resultados da organização e estão listados na Matriz de Materialidade na Figura 7.1.1;

• O TRE-TO seguiu as orientações do TCU na disposição desses temas por capítulo. Ficou fácil seguir essas orientações, tendo em vista que esta instituição tem um sistema de governança e gestão bem definido, com mecanismos de governança que efetivamente são executados e usados pela alta administração para monitoramento e controle das atividades de gestão. Para entender esses mecanismos de governança, leia o capítulo 2 deste relatório.

• Além dos sistemas de governança, o TRE-TO já desdobrou sua estratégia em nível estratégico, tático e operacional, como demonstrado na Figura 2.4 do Capítulo 2. Logo, o conteúdo do relatório de gestão objetivou demonstrar o funcionamento e resultados dos seus planos de direcionamento, execução e controle.

• Quanto a elaboração do Relatório de Gestão no TRE-TO, ela é iniciada após o TCU publicar a decisão normativa que especifica a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação da prestação de contas do ano de referência. Tendo em vista as mudanças apresentadas pelo TCU para o Relatório de Gestão 2018, o presidente deste Tribunal instituiu uma comissão para elaboração desse relatório, com servidores representantes de todas as áreas do órgão.

### MATRIZ DE MATERIALIDADE DO TRE-TO



Figura 7.1.1 - Matriz de Materialidade do TRE-TO

### FASES DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO INTEGRADO DA GESTÃO TRE-TO 2018

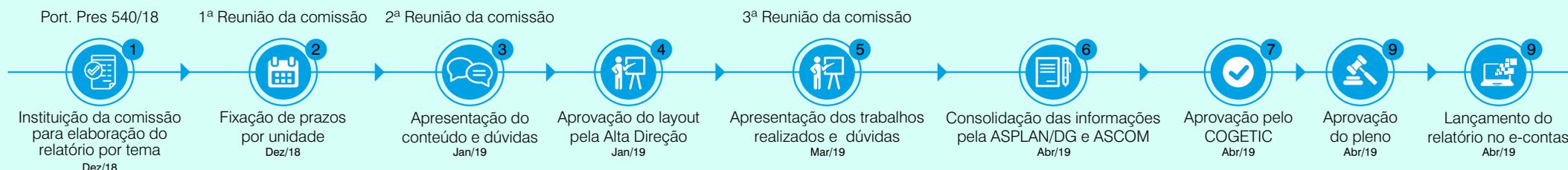


Figura 7.1.2 Fases de elaboração do Relatório de Gestão 2018

## 7.2 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Inicialmente, cumpre informar que, no TRE-TO, não há pendência relativa à determinação ou recomendação feita em Acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores com relação a Pessoal.

O TRE-TO dispõe de Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no qual as deliberações são inseridas em processos individuais, instruídos com as informações respectivas. Referido sistema contém ferramentas que possibilitam o

efetivo acompanhamento dos processos.

Importa registrar que todas as deliberações ou determinações expedidas pelo TCU são de atendimento prioritário nesta Unidade.

No exercício de 2018, a Coordenadoria de Controle Interno (CCIA) acompanhou o cumprimento das deliberações expedidas pelo TCU, nos termos solicitados no Acórdão TCU 2472/2018/2ª Câmara, conforme segue:

| Data entrada | Documento                        | Descrição  | Providências adotadas   |
|--------------|----------------------------------|--|---|
| 04/05/2018   | AC - 2472/2018<br>-TCU/2ª Câmara | TC-035.339/2015-2 (Representação).<br>1 (...)<br>1.7. Dar ciência aos órgãos a seguir relacionados, com cópia para os respectivos órgãos de controle interno da existência, até 5/10/2017, de servidores do INSS cedidos a seus quadros de pessoal, e determinar que, nos respectivos processos de prestação de contas ordinárias relativas ao exercício de 2018, demonstrem o cumprimento dos arts. 6º e 9º da Resolução TSE n.º 23.523/2017:<br>(...)<br>1.7.3. Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE/TO): Daise Alves (CPF 825.929.691-87); embarços e prejuízos já ocasionados à entidade pública cedente; | Servidora devolvida ao Órgão de Origem, em 07/04/2017.<br>Informação apresentada em 13/05/2018. SGRH - Módulo de Requisição - Ficha Cadastral dos Requisitados TRE/TO (SEI 0006639-07.2018.6.27.8000).<br>Importa registrar que as requisições no âmbito do TRE/TO encontram-se em consonância com a Resolução TSE n.º 23.523/2017. |

Convém informar que todas as determinações do TCU ocorridas por meio do e-pessoal foram devidamente atendidas.

### DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

As deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento decorrem de determinações exaradas nos Acórdãos abaixo relacionados, os quais se encontram aguardando decisão dos recursos impetrados junto ao TRF1, conforme pesquisa realiza no sítio do TRF1, em 21/01/2019.

## Caracterização da determinação/recomendação do TCU

| Processo    | Acórdão            | Item | Comunicação expedida                  | Data da ciência |
|-------------|--------------------|------|---------------------------------------|-----------------|
| TC 5.581/05 | 2228/05 - Plenário | 11.1 | Notificação<br>Ofício 450/05 SECEX-TO | 2006            |

## Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

## Descrição da determinação/recomendação

11.1 - ao Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins-TRE/TO que adote, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/1990, as medidas pertinentes no sentido de cobrar dos servidores favorecidos pela Portaria TRE/TO n.º 188, de 22.10.2002, os valores por eles recebidos a maior no período de 17.10.2002 a 30.06.2003, haja vista que a Portaria em questão (Movimentação Extraordinária) foi tornada nula pela Justiça Federal de 1ª Instância, quando do julgamento da Ação Cível Pública n.º 2002.43.00.002208-9.

## Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A determinação não foi cumprida por força das decisões exaradas nos autos das Ações ordinária n.ºs **2008.43.00.005461-8** e **2009.43.00.001401-1**, impetradas junto à Justiça Federal do Tocantins (decisão: *Antecipo parcialmente os efeitos da tutela para impedir que a União adote qualquer providência tendente à cobrança dos valores recebidos com lastro na referida portaria. Deverá também se abster de lançar os nomes dos filiados na dívida ativa. Sentença de mérito (Procedente o pedido).*

**1-Processo n.º 2008.43.00.005461- 8**

Interpostos recurso de Apelação (União)- TRF 1ª Região (11/06/2010)

Julgada apelação: AC publicado 02/12/2015 ..." 3. A obrigação de servidores ativos, inativos e pensionistas, restituírem ao Erário importâncias recebidas indevidamente, é pacífica nos Tribunais Superiores, que excluem apenas as verbas alimentares recebidas de boa fé, por erro escusável ou equívoco na interpretação da lei pela administração, para o qual não contribuiu.

4. O recebimento indevido de verba alimentar, de boa fé, deveu-se a erro exclusivo da Administração, sem influência da apelada, não sendo razoável transferir a ela os efeitos da falha administrativa.

5. Cumpre destacar, em que pesem os art. 45 e 46, da Lei 8.112/90 e o princípio da autotutela, não é cabível a devolução das parcelas percebidas de boa-fé por parte do agente público, pois se afigura injusto que o mesmo seja prejudicado por erro administrativo, ou mesmo por erro material, por parte da Administração. O fato é que a boa-fé dos demandantes não logrou ser afastada.

6. No tocante à alegada incidibilidade das decisões do TCU, é imperioso registrar que o Acórdão da referida Corte Auxiliar não afasta o controle jurisdicional" –

Embargos de declaração rejeitados: Publicado 31/03/2016.

Recurso Especial : impetrado em 08/06/2016 – aguardando julgamento.

\*Fonte: sítio TRF1 (consulta em 21/01/2019)

**2-Processo n.º 2009.43.00.001401-1**

Interpostos recurso de Apelação (União)- TRF 1ª Região (04/05/2011)

Apelação: pendente de apreciação/TRF 1ª Região- concluso em 19/05/2014.

\*Fonte: sitio TRF1 (consulta em 21/01/2019)

Ressalte-se que não estão acobertados pelos efeitos das decisões judiciais exaradas nos autos das Ações Ordinária supra, a ex-servidora do TRE/TO, **Neila Márcia de Moura Chagas Simeão** (Procuradora Federal) e o ex-servidor do TRE/TO, **Remo Alcântara Santos** (demitido).

Os débitos apurados em nome de **Remo Alcântara e Neila Márcia de Moura Chagas Simeão** foram inscritos em dívida ativa da união, sob n.ºs 14611000166-55 e 106110004588-80, respectivamente.

A ex-servidora **Neila Márcia de Moura Chagas Simeão** solicitou cancelamento da inscrição em dívida ativa (objeto do PA n.º 17891.000050/2011-63-PFN e PA n.º 10166.004129/2011-19-PFN).

#### Caracterização da determinação/recomendação do TCU

| Processo                    | Acórdão  | Item | Comunicação expedida                                      | Data da ciência |
|-----------------------------|--|------|---|-----------------|
| 6202/2003<br>010.694/2008-9 | 2278/2005-TCU-Plenário<br>1975/2008-TCU-Plenário | 1.1  | Ofício 443/2005 SECEX TO<br>Ofício 1057/2008-TCU-SECEX TO | 22/12/2005      |

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

Descrição da determinação/recomendação

AC 2278/2005

(...) 9.5. *determinar à autoridade máxima do TRE/TO que seja retomado o pagamento do valor da GEL, "congelada" desde 1997, uma vez extinta pela Lei n.º 9.527/97 e transformada em VPNI, de caráter transitório, sujeita apenas ao aumento geral dos servidores públicos, a contar de 11/12/97 (data da publicação da citada lei) e não em valores majorados, nos moldes das Leis n.ºs 9.421/96 e, posteriormente, 10.475/02, com a reposição aos cofres públicos das quantias a maior, a partir tão-somente de 21/05/99 (cf. Decisão n.º 220/99-Plenário, Acórdão n.º 988/2003, Ata n.º 29/2003, Sessão de 30/07/2003, in DOU de 08/08/2003, item 9).*

AC 1975/2008 - Determinação:

1.1 - *determinar aos responsáveis pelo Controle Interno junto ao TRE/TO, que se manifestem, por ocasião da apresentação das contas anuais, acerca do andamento da Ação Ordinária 2007.43.00.002591-8 (2ª Vara-JF/TO), até o seu trânsito em julgado, bem como acerca das providências porventura adotadas pela Administração do TRE/TO para promover a reposição ao erário dos valores indevidamente pagos, no período de 21/05/1999 a 31/01/2006, a título de VPNI/GEL, aos servidores Amarildo Oliveira Costa, Heitor Krueel Fogliatto e José Machado dos Santos.*

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

As devoluções relativas ao período de 21/05/1999 a 31/01/2006, a título de VPNI/GEL, não ocorreram em razão das decisões (favoráveis aos servidores) exaradas nos autos das Ações ordinária n.º: **2007.43.00.002951-8, 2008.43.00.006616-7 e 2008.43.00.006776-5**, impetradas junto à Justiça Federal do Tocantins (decisão: precedente o pedido e declaro a inexigibilidade de reposição ao erário das importâncias recebidas indevidamente (GEL) pelos servidores).

Os Recursos interpostos nas Ações Ordinárias n.ºs **2007.43.00.002591-8 e 2008.43.00.006616-7** transitaram em julgados em 14/11/2017 e 30/11/2017, respectivamente, com decisões favoráveis aos servidores.

Encontra-se aguardando julgamento o recurso interposto na ação 2008.43.00.006776-5:

(Processo 2008.43.00.006776-5)- Interposto Recurso de Apelação (União) 12/06/2009- TRF 1ª Região - conclusu/aguardando julgamento.

\*Fonte: sítio TRF1 (consulta em 26/01/2019).

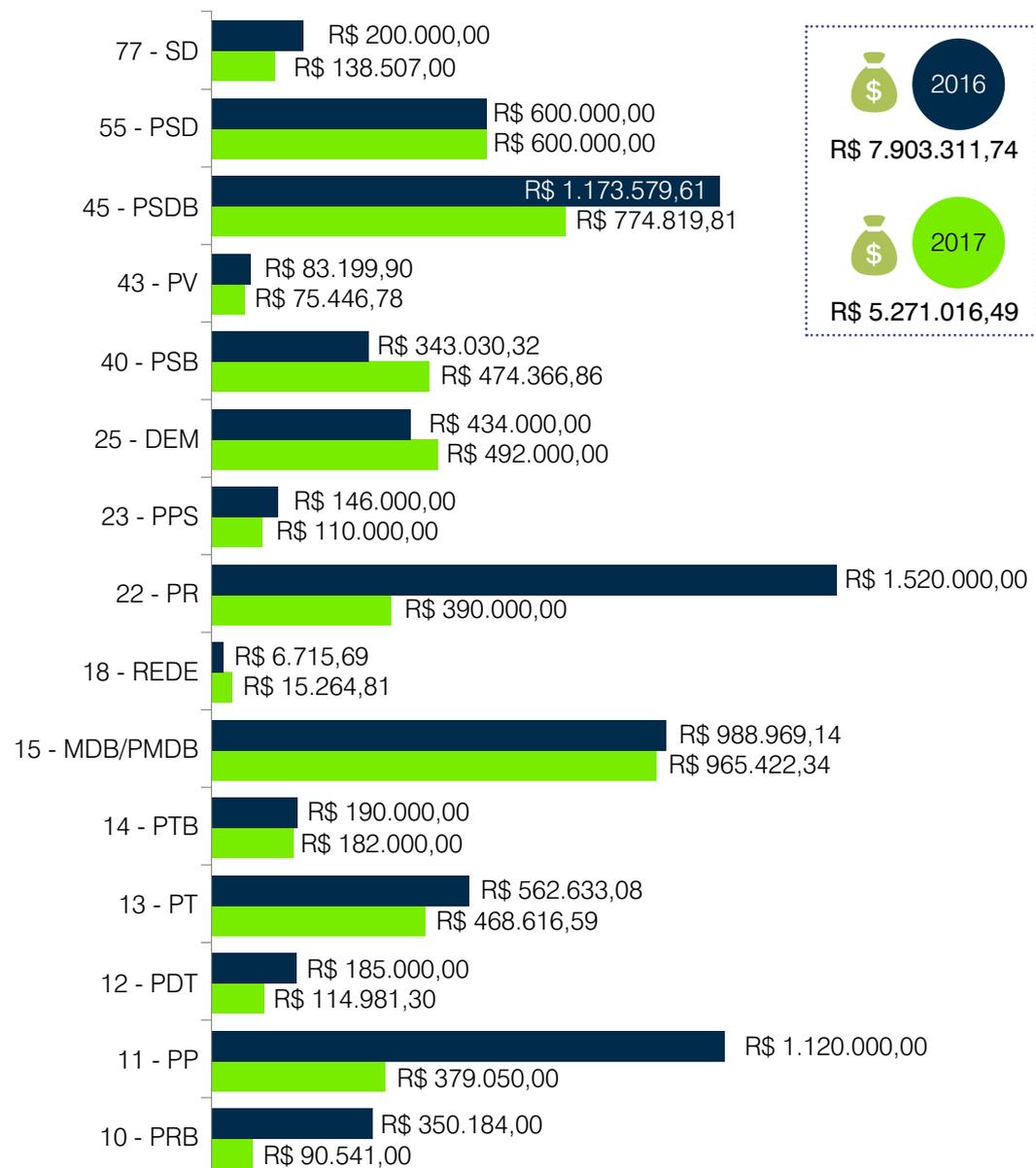
## 7.3 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO

### 7.3.1 DIRETÓRIOS DE PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS NO TRE-TO

| Sigla | Nome do Partido                             | Registro no TRE |            | Responsável pelo Diretório         | Período    |               |
|-------|---|-----------------|------------|------------------------------------|------------|---------------|
|       |   | Número          | Data       |                                    | Início     | Fim           |
| DEM   | DEMOCRATAS                                  | 25              | 16/03/2007 | MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE   | 21/03/2018 | 25/04/2019    |
| PCB   | PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO                | 21              | 19/09/2013 | CARLOS POTENGY BARBOSA RIBEIRO     | 04/08/2017 | 04/08/2018    |
| PCdoB | PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL                 | 65              | 20/01/2007 | NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JÚNIOR | 28/10/2017 | 27/10/2019    |
| PDT   | PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA             | 12              | 29/05/2007 | KÁTIA REGINA DE ABREU              | 02/04/2018 | 02/10/2018    |
| PATRI | PARTIDO PATRIOTA                            | 51              | 06/10/2012 | MANOEL ARAGÃO DA SILVA             | 27/08/2015 | 08/03/2019    |
| PHS   | PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE          | 31              | 02/12/2008 | MAURO CARLESSE                     | 09/07/2016 | 03/12/2018    |
| PMB   | PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA                | 35              | 02/12/2015 | JANAD MARQUES DE FREITAS VALCARI   | 21/01/2019 | 21/04/2019    |
| MDB   | PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO | 15              | 17/12/2006 | DERVAL BATISTA DE PAIVA            | 16/05/2017 | 16/05/2019    |
| PMN   | PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL             | 33              | 23/11/2008 | NUIR MACHADO DE LIMA FILHO         | 11/02/2017 | Indeterminado |
| PP    | PARTIDO PROGRESSISTA                        | 11              | 07/02/2007 | LÁZARO BOTELHO MARTINS             | 08/11/2011 | 28/09/2019    |
| PPL   | PARTIDO PÁTRIA LIVRE                        | 54              | 07/10/2011 | ABRAÃO CAVALCANTE LIMA             | 02/04/2016 | Indeterminado |
| PPS   | PARTIDO POPULAR SOCIALISTA                  | 23              | 29/06/2009 | EDUARDO BONAGURA                   | 30/01/2018 | 30/01/2022    |
| PR    | PARTIDO DA REPÚBLICA                        | 22              | 22/03/2007 | VICENTE ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR   | 26/03/2018 | 03/06/2019    |
| PRB   | PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO              | 10              | 23/05/2007 | CÉSAR HANNA HALUM                  | 02/08/2017 | 24/01/2019    |
| PROS  | PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL         | 90              | 30/09/2013 | JOSINIANE BRAGA NUNES              | 28/03/2018 | 01/01/2019    |
| PRP   | PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA            | 44              | 16/07/2007 | JORGE HENRIQUE PES                 | 04/05/2018 | 18/12/2018    |

| Sigla  | Nome do Partido                          | Registro no TRE |            | Responsável pelo Diretório                    | Período    |               |
|--------|--|-----------------|------------|---|------------|---------------|
|        |  | Número          | Data       |   | Início     | Fim           |
| PRTB   | PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO | 28              | 29/08/2007 | JÚLIO CEZAR FIDELIX DA CRUZ                   | 20/06/2017 | 31/12/2018    |
| PSB    | PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO            | 40              | 20/05/2009 | CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA                 | 15/12/2017 | 15/12/2020    |
| PSC    | PARTIDO SOCIAL CRISTÃO                   | 20              | 11/02/2008 | OSIRES RODRIGUES DAMASO                       | 12/12/2018 | 10/06/2019    |
| PSD    | PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO               | 55              | 03/10/2011 | IRAJÁ SILVESTRE FILHO                         | 12/06/2018 | 11/06/2021    |
| PSDB   | PARTIDO SOCIAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA  | 45              | 08/10/2007 | ATAÍDES DE OLIVEIRA                           | 11/11/2017 | 31/05/2019    |
| DC     | PARTIDO DEMOCRACIA CRISTÃ                | 27              | 01/10/2007 | MAXCILANE MACHADO FLEURY                      | 05/12/2017 | 05/12/2018    |
| PSL    | PARTIDO SOCIAL LIBERAL                   | 17              | 21/03/2009 | ANTÔNIO JORGE GODINHO                         | 23/05/2018 | 31/12/2018    |
| PSOL   | PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE           | 50              | 05/08/2007 | EDGAR GOMES FERREIRA                          | 01/04/2017 | Indeterminado |
| PT     | PARTIDO DOS TRABALHADORES                | 13              | 02/12/2007 | JOSÉ ROBERTO RIBEIRO FORZANI                  | 23/06/2017 | 23/06/2019    |
| PTB    | PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO           | 14              | 10/01/2007 | JOSÉ GERALDO DE MELO OLIVEIRA                 | 30/10/2018 | 17/12/2018    |
| PTC    | PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO              | 36              | 22/07/2006 | CLEITON CARDOSO DE ALMEIDA                    | 09/05/2018 | 08/11/2018    |
| AVANTE | AVANTE                                   | 70              | 17/09/2009 | MANOEL DAVI GOMES DE MELO                     | 20/07/2018 | 31/12/2018    |
| PODE   | PODEMOS                                  | 19              | 14/08/2007 | ANDRÉ FELIPE IZAGUIERRE CREWE                 | 24/09/2018 | 05/11/2018    |
| PV     | PARTIDO VERDE                            | 43              | 17/10/2007 | CLÁUDIA TELLES DE MENEZES PIRES MARTINS LELIS | 02/07/2017 | 02/07/2019    |
| REDE   | REDE SUSTENTABILIDADE                    | 18              | 29/10/2015 | MÁRLON JACINTO REIS                           | 13/03/2018 | 13/03/2019    |
| SD     | SOLIDARIEDADE                            | 77              | 10/08/2013 | VILMAR ALVES DE OLIVEIRA                      | 10/11/2013 | 07/06/2019    |

### 7.3.2 VALORES RECEBIDOS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Os seguintes partidos políticos não receberam repasse do fundo partidário em 2016 e 2017:

|                   |               |           |                |
|-------------------|---------------|-----------|----------------|
| 17 - PSL          | 27 - DC/ PSDC | 35 - PMB  | 51 - PATRI/PEN |
| 19 - PODE/PTN     | 28 - PRTB     | 36 - PTC  | 54 - PPL       |
| 20 - PSC          | 31 - PHS      | 44 - PRP  | 65 - PCdoB     |
| 21 - PCB          | 33 - PMN      | 50 - PSOL | 90 - PROS      |
| 70 - AVANTE/PTdoB |               |           |                |

As informações relativas às cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios dos partidos no estado do Tocantins, no exercício 2018, somente estarão disponíveis após a entrega das prestações de contas referentes a este exercício, cujo prazo final de entrega é 30.04.2019. Dispositivo legal: art. 32 da Lei n.º 9.096/95 c/c o art. 28 da Resolução TSE n.º 23.546/2017.



Para acessar mais informações sobre o fundo partidário, acesse:  
<http://www.tre-to.jus.br/partidos/fundo-partidario/distribuicao-fundo-partidario>

### 7.3.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS



**DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2017**

| SIGLA DO PARTIDO | MEDIDAS ADOTADAS PELO TRE  |
|------------------|--|
| PCB              | Autuada PC n.º 0600335-81.2017.6.27.0000, a qual foi julgada não prestada determinando a suspensão do Fundo Partidário enquanto perdurar a omissão e suspensão da anotação do partido (Acórdão 0600335-81, DJE 23.10.2018) |


**DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO 2017**

| PARTIDO       | DATA AUTUAÇÃO | PROCESSO                     | SITUAÇÃO EM 31.12.2018 |
|---------------|---------------|------------------------------|------------------------|
| 10 - PRB      | 29.04.2018    | PC 0600123-60.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 11 - PP       | 30.04.2018    | PC 0600134-89.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 12 - PDT      | 30.04.2018    | PC 0600154-80.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 13 - PT       | 01.05.2018    | PC 0600155-65.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 14 - PTB      | 30.04.2018    | PC 0600146-06.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 15 - PMDB/MDB | 26.05.2018    | PC 0600284-70.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 17 - PSL      | 18.05.2018    | PC 0600207-61.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 18 - REDE     | 27.04.2018    | PC 0600115-83.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 19 - PODE/PTN | 30.04.2018    | PC 0600137-44.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 20 - PSC      | 29.04.2018    | PC 0600128-82.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 22 - PR       | 30.04.2018    | PC 0600149-58.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 23 - PPS      | 30.04.2018    | PC 0600145-21.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 25 - DEM      | 27.04.2018    | PC 0600114-98.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 27 - PSDC/DC  | 16.07.2018    | PC 0600334-96.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 28 - PRTB     | 21.06.2018    | PC 0600173-86.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 31 - PHS      | 14.05.2018    | PC 0600177-26.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 33 - PMN      | 01.06.2018    | PC 0600172-04.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 35 - PMB      | 18.07.2018    | PC 0600461-34.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 36 - PTC      | 18.05.2018    | PC 0600217-08.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 40 - PSB      | 30.04.2018    | PC 0600150-43.2017.6.27.0000 | AN                     |
| 43 - PV       | 16.05.2018    | PC 0600180-78.2017.6.27.0000 | AN                     |

|                       |            |                              |    |
|-----------------------|------------|------------------------------|----|
| 44 - PRP              | 30.04.2018 | PC 0600133-07.2017.6.27.0000 | AN |
| 45 - PSDB             | 30.04.2018 | PC 0600153-95.2017.6.27.0000 | AN |
| 50 - PSOL             | 01.06.2018 | PC 0600336-66.2017.6.27.0000 | AN |
| 51 - PATRI/PEN        | 30.04.2018 | PC 0600144-36.2017.6.27.0000 | AN |
| 54 - PPL              | 30.04.2018 | PC 0600152-13.2017.6.27.0000 | AN |
| 55 - PSD              | 27.04.2018 | PC 0600112-31.2017.6.27.0000 | AN |
| 65 - PCdoB            | 01.06.2018 | PC 0600322-82.2017.6.27.0000 | AN |
| 70 - AVANTE/<br>PTdoB | 30.04.2018 | PC 0600142-66.2017.6.27.0000 | AN |
| 77 - SD               | 30.04.2018 | PC 0600147-88.2017.6.27.0000 | AN |
| 90 - PROS             | 30.04.2018 | PC 0600135-74.2017.6.27.0000 | AN |

Fonte: Processo Judicial Eletrônico

**Legenda:**

AN – Em Análise  
 AP – Aprovada  
 AR – Aprovada com Ressalva  
 DP – Desaprovada  
 RE – Em Recurso  
 NP – Não prestadas


**SITUAÇÃO DAS CONTAS PRESTADAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS**

| PARTIDO       | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 |
|---------------|------|------|------|------|------|
| 10 - PRB      | AN   | AN   | AN   | DP   | AP   |
| 11 - PP       | AN   | AN   | AN   | AR   | AR   |
| 12 - PDT      | AN   | AN   | AR   | AR   | DP   |
| 13 - PT       | AN   | AN   | AR   | AR   | AR   |
| 14 - PTB      | AN   | AN   | AP   | AR   | AR   |
| 15 - PMDB/MDB | AN   | AN   | AN   | AR   | AR   |
| 17 - PSL      | AN   | AN   | AN   | AR   | AR   |
| 18 - REDE     | AN   | AN   | AN   | *    | *    |
| 19 - PODE/PTN | AN   | AN   | AN   | NP   | AP   |
| 20 - PSC      | AN   | AN   | NP   | NP   | NP   |
| 21 - PCB      | NP   | NP   | DP   | AR   | AR   |
| 22 - PR       | AN   | AN   | AN   | AR   | RE   |
| 23 - PPS      | AN   | AN   | AP   | AR   | AP   |
| 25 - DEM      | AN   | AN   | AP   | AR   | AR   |
| 27 - PSDC/DC  | AN   | NP   | DP   | NP   | AR   |
| 28 - PRTB     | AN   | AN   | DP   | DP   | DP   |
| 31 - PHS      | AN   | AN   | AN   | DP   | AR   |
| 33 - PMN      | AN   | AN   | DP   | AR   | AR   |
| 35 - PMB      | AN   | AN   | DP   | *    | *    |
| 36 - PTC      | AN   | AN   | AN   | AR   | NP   |
| 40 - PSB      | AN   | AN   | AR   | AP   | AR   |
| 43 - PV       | AN   | AN   | AN   | DP   | AR   |

|                   |    |    |    |    |    |
|-------------------|----|----|----|----|----|
| 44 - PRP          | AN | AN | NP | AR | NP |
| 45 - PSDB         | AN | AN | AN | AR | AR |
| 50 - PSOL         | AN | AN | NP | NP | NP |
| 51 - PATRI/PEN    | AN | AN | NP | DP | AR |
| 54 - PPL          | AN | AN | DP | NP | DP |
| 55 - PSD          | AN | AN | AR | AR | AR |
| 65 - PCdoB        | AN | AN | NP | NP | NP |
| 70 - AVANTE/PTdoB | AN | AN | AN | DP | NP |
| 77 - SD           | AN | AN | AN | AR | AR |
| 90 - PROS         | AN | AN | AN | AR | AR |

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos/ SADP e Processo Judicial Eletrônico/ PJE

**Legenda:**

AN – Em Análise  
 AP – Aprovada  
 AR – Aprovada com Ressalva  
 DP – Desaprovada  
 RE – Em Recurso  
 NP – Não prestadas

Para o exercício 2018, a entrega das prestações de contas referentes a este exercício tem prazo final de entrega em 30.04.2019.

## 7.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As atividades de correição de primeiro grau são constituídas por correições ordinárias e extraordinárias e por inspeções, com fundamento nas Resoluções nº 7.651/1965 e 21.372/2003, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins possui, em sua estrutura, Unidade específica dirigida à atividade correcional, nos termos do art. 11 da referida Resolução, à qual compete planejar, executar e supervisionar as atividades de inspeção e correição, bem como formular relatórios quantitativos e qualitativos acerca da atividade cartorária.

Nos termos da Resolução nº 21.372/2003, do Tribunal Superior Eleitoral, a Corregedora Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargadora Ângela Prudente, comunicou aos Juízes Eleitorais de todas as Zonas Eleitorais do Tocantins sobre a necessidade de realização de Correição Ordinária, pelo menos uma vez a cada ano, até o dia 19 de dezembro, a fim de aferir a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e de seus serviços.

Já os trabalhos de Inspeção “in loco” são efetivados pela própria Corregedoria Regional Eleitoral, incumbindo à referida Seção o acompanhamento dos processos decorrentes das inspeções e correições, bem como a análise e consolidação dos relatórios.

As inspeções ordinárias são ferramentas que permitem o acompanhamento permanente dos trabalhos no primeiro grau de jurisdição e a aferição “in loco” dos serviços nos Cartórios Eleitorais, possuindo caráter pedagógico, orientador e assecuratório da correta aplicação dos princípios e normas.

No âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, o Provimento nº 4, de 2016, regulamenta as diretrizes para a realização de Inspeções Ordinárias no âmbito dos cartórios eleitorais da circunscrição judiciária do TRE-TO, estabelecendo, dentre outros critérios, que sejam inspecionadas, no mínimo, 10 zonas eleitorais em ano eleitoral

e 50% das zonas em ano não eleitoral.

Ressalta-se que, consoante estipulado pela Resolução TSE nº 21.372/2003, deve realizar-se, no mínimo, uma correição ordinária em cada Juízo Eleitoral de primeiro grau, anualmente, que poderá ser efetivada pelo próprio juiz eleitoral.

A Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins realizou em 2018, inspeções em 11 (onze) Zonas Eleitorais do Tocantins, oportunidade em que foram priorizadas as Unidades que estavam há mais tempo sem receber inspeção ordinária.

Seguindo o roteiro de inspeção, a equipe da Corregedoria Regional Eleitoral verificou todos os processos judiciais, fazendo apontamentos e orientando, quando necessário, acerca da regularização do trâmite processual. Assim, em 2018, foram verificados 721 processos durante as Inspeções Ordinárias.

Conforme determinado no Provimento nº 9/2010, da Corregedoria-Geral Eleitoral do TSE, utiliza-se o Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais – SICEL para a realização das Inspeções pela Corregedoria Regional Eleitoral.

O Roteiro para as Inspeções Ordinárias de 2018 foi elaborado com foco na qualidade e regularidade dos serviços eleitorais, nos termos da Resolução TSE nº 21.372/2003, compondo-se de 124 quesitos de conformidade e campos para o registro de observações para tratamento posterior.

Desta forma, a alimentação do sistema foi realizada com base nas verificações da estrutura física, análise do acervo processual pendente de julgamento, verificação geral da organização do Cartório Eleitoral, além da troca de ideias com juiz eleitoral, chefia e demais servidores do Cartório, sempre com o objetivo de se coletar informações que possam aprimorar as atividades dos cartórios eleitorais. Todos os registros foram acompanhados pela chefia do cartório e/ou juiz eleitoral. Em todas as atividades correcionais fez-se uso de ferramenta eletrônica, o SICEL,

consoante determinação da Corregedoria-Geral Eleitoral, sistema que possui como pontos fortes o arquivo organizado dos registros dos procedimentos, bem como geração de relatórios consolidados por critérios diversos, inclusive pela área de interesse de eventual demanda anotada.

De acordo com as normas de regência, a autoridade incumbida da correição, além de outros aspectos que julgar necessários, observará se:

- os servidores estão regularmente investidos em suas funções;
- os horários de trabalho e de atendimento ao público estão sendo regularmente cumpridos;
- a proibição relativa à filiação partidária de servidor da Justiça Eleitoral está sendo observada; o cartório possui os livros indispensáveis e se estes são escriturados de forma regular;
- os autos, livros e papéis findos ou em andamento estão bem guardados, conservados e catalogados;
- os processos têm trâmite regular; as decisões e editais são publicados na forma regulamentar;
- são exigidas qualificação completa e assinatura registro destinado à carga de processos;
- estão sendo devidamente aplicadas as multas previstas na legislação, bem como feitas as necessárias anotações no cadastro; estão sendo inscritas em livro próprio as multas decorrentes de decisão condenatória não pagas no prazo de 30 dias e encaminhados os respectivos autos ao TRE no prazo de 5 dias;
- as instalações do cartório são adequadas às necessidades do serviço;
- os documentos de uso exclusivo da Justiça Eleitoral estão resguardados do acesso de pessoas estranhas ao serviço eleitoral; estão sendo regularmente comunicados pelos oficiais do registro civil os óbitos dos cidadãos alistáveis no município e feitas, no cadastro, as anotações relativas ao cancelamento das inscrições;
- estão sendo devidamente comunicadas as situações de condenação criminal transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, conscrição e recusa de cumprimento do serviço militar obrigatório, improbidade administrativa e opção pelo gozo dos direitos políticos em Portugal, e feitas, no cadastro, as anotações relativas à suspensão de direitos políticos;

- as comunicações relativas a óbito ou à suspensão de direitos políticos referentes a eleitores não pertencentes à zona eleitoral são encaminhadas à autoridade judiciária competente; são obedecidos os procedimentos relativos à anotação, no cadastro, das filiações e desfiliações partidárias;
- os documentos de conservação obrigatória estão sendo arquivados pelo período mínimo estabelecido e de forma organizada;
- as ausências ao pleito e as justificativas eleitorais estão sendo devidamente anotadas no cadastro; os requerimentos de alistamento eleitoral (RAE) e as atualizações de situação de eleitor (ASE) estão sendo digitados e transmitidos na conformidade das instruções pertinentes, com especial atenção para as informações obrigatórias;
- as duplicidades e pluralidades de inscrições de competência da zona eleitoral estão sendo tratadas com a devida celeridade;
- a eventual utilização de chancela obedece às normas vigentes; a guarda de formulários e títulos em branco segue critérios rigorosos de segurança;
- a entrega de títulos é feita somente ao próprio eleitor, com a assinatura ou aposição de impressão digital no protocolo de entrega de título eleitoral (PETE);
- a guarda e conservação dos bens patrimoniais da Justiça Eleitoral estão sendo devidamente observadas; as informações solicitadas são prestadas com a celeridade requerida;
- são feitas as devidas anotações no histórico de inscrições de mesários faltosos;
- todos os servidores têm acesso às normas expedidas relacionadas à atividade dos cartórios; o restabelecimento de inscrições canceladas é feito em estrita observância ao que dispõem as normas pertinentes;
- o tratamento do banco de erros tem sido realizado com a frequência e a correção necessárias;
- existem práticas viciosas, erros, abusos ou irregularidades a serem evitadas, coibidas ou sanadas.

**INSPEÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2018**

| DATA DA INSPEÇÃO  | ZONA ELEITORAL                   |
|-------------------|----------------------------------|
| 1º de agosto      | 3ª ZE - Porto Nacional           |
| 3 de agosto       | 26ª ZE - Ponte Alta do Tocantins |
| 10 de agosto      | 2ª ZE - Gurupi                   |
| 13 a 15 de agosto | 1ª e 34ª ZEs - Araguaína         |
| 20 de agosto      | 9ª ZE - Tocantinópolis           |
| 21 de agosto      | 27ª ZE - Wanderlândia            |
| 22 de agosto      | 12ª ZE - Xambioá                 |
| 19 de novembro    | 20ª ZE - Peixe                   |
| 26 de novembro    | 32ª ZE - Goiatins                |
| 27 de novembro    | 8ª ZE - Filadélfia               |

Após a realização das Inspeções ou das Correições Ordinárias, a Corregedoria consolida as informações por área técnica responsável pelo saneamento dos quesitos avaliados como “Não Conforme” ou “Exige Aperfeiçoamento” e, visando garantir a qualidade dos serviços sob responsabilidade dos Juízes Eleitorais, encaminha à Presidência do TRE, para saneamento das pendências apontadas, caso ainda perdurem.

Os trabalhos foram presididos pessoalmente pela Corregedora, ocasião em que foram realizadas audiências públicas em todas as inspeções ordinárias, que contaram com a presença de autoridades locais, lideranças políticas e populares. Em seu pronunciamento, durante as inspeções, a Corregedora Regional Eleitoral, Desembargadora Ângela Prudente, explicou o funcionamento da Justiça Eleitoral e ressaltou que as inspeções possibilitam o conhecimento das demandas próprias de cada município, mas, sobretudo são importantes momentos de aproximação da Justiça Eleitoral com autoridades, representantes da sociedade civil organizada e comunidade em geral, pois democracia se fortalece com a participação popular e com o bom funcionamento das instituições governamentais.

Por fim, cumpre informar que não há registros de processos autuados para a apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade, no exercício de 2018, bem como sobre a condução dos processos administrativos disciplinares.

# **ANEXOS E APÊNDICES**

**ANEXO I - ZONAS ELETORAIS DO TRE-TO**

|  |  |
|--|--|
| <b>1ª ZE - ARAGUAÍNA</b><br>Fone: (063) 33219412             | <b>Municípios:</b><br>ARAGUAÍNA  |
| <b>2ª ZE - GURUPI</b><br>Fone: (063) 33114200                | <b>Municípios:</b><br>ALIANÇA DO TOCANTINS<br>CARIRI DO TOCANTINS<br>CRIXÁS DO TOCANTINS<br>GURUPI   |
| <b>3ª ZE - PORTO NACIONAL</b><br>Fone: (063) 33631267        | <b>Municípios:</b><br>BREJINHO DE NAZARÉ<br>IPUEIRAS<br>MONTE DO CARMO<br>PORTO NACIONAL<br>SANTA RITA DO TOCANTINS<br>SILVANÓPOLIS                      |
| <b>4ª ZE - COLINAS DO TOCANTINS</b><br>Fone: (063) 34761295  | <b>Municípios:</b><br>BERNARDO SAYÃO<br>BRASILÂNDIA DO TOCANTINS<br>COLINAS DO TOCANTINS<br>JUARINA<br>PRESIDENTE KENNEDY                                |
| <b>5ª ZE - MIRACEMA DO TOCANTINS</b><br>Fone: (063) 33661390 | <b>Municípios:</b><br>LAJEADO<br>MIRACEMA DO TOCANTINS<br>TOCANTÍNIA   |
| 6ª ZE - GUARAÍ<br>Fone: (063) 34641660                       | <b>Municípios:</b><br>FORTALEZA DO TABOCÃO<br>GUARAÍ<br>TUPIRATINS   |
| <b>7ª ZE - PARAÍSO DO TOCANTINS</b><br>Fone: (063) 36021785  | <b>Municípios:</b><br>ABREULÂNDIA<br>DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS<br>MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS<br>MONTE SANTO DO TOCANTINS<br>PARAÍSO DO TOCANTINS<br>PUGMIL |

|   |  |
|---|--|
| <b>8ª ZE - FILADÉLFIA</b><br>Fone: (063) 34781191     | <b>Municípios:</b><br>BABAÇULÂNDIA<br>FILADÉLFIA<br>PALMEIRANTE  |
| <b>9ª ZE - TOCANTINÓPOLIS</b><br>Fone: (063) 34711347 | <b>Municípios:</b><br>AGUIARNÓPOLIS<br>ANGICO<br>LUZINÓPOLIS<br>NAZARÉ<br>SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS<br>TOCANTINÓPOLIS                 |
| <b>10ª ZE - ARAGUATINS</b><br>Fone: (063) 34741276    | <b>Municípios:</b><br>ARAGUATINS<br>BURITI DO TOCANTINS<br>CACHOEIRINHA<br>ESPERANTINA<br>SÃO BENTO DO TOCANTINS                         |
| <b>11ª ZE - ITAGUATINS</b><br>Fone: (063) 34771136    | <b>Municípios:</b><br>AXIXÁ DO TOCANTINS<br>ITAGUATINS<br>MAURILÂNDIA DO TOCANTINS<br>SÃO MIGUEL DO TOCANTINS<br>SÍTIO NOVO DO TOCANTINS |
| <b>12ª ZE - XAMBIOÁ</b><br>Fone: (063) 34731131       | <b>Municípios:</b><br>ANANÁS<br>ARAGUANÃ<br>XAMBIOÁ  |
| <b>13ª ZE - CRISTALÂNDIA</b><br>Fone: (063) 33541380  | <b>Municípios:</b><br>CHAPADA DE AREIA<br>CRISTALÂNDIA<br>FÁTIMA<br>LAGOA DA CONFUSÃO<br>NOVA ROSALÂNDIA<br>OLIVEIRA DE FÁTIMA<br>PIUM   |

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| <b>14ª ZE - ALVORADA</b><br>Fone: (063) 3353 1409           | <b>Municípios:</b><br>ALVORADA<br>ARAGUAÇU<br>FIGUEIRÓPOLIS<br>SANDOLÂNDIA<br>TALISMÃ                           | <b>22ª ZE - ARRAIAS</b><br>Fone: (063) 36531249                 | <b>Municípios:</b><br>ARRAIAS<br>COMBINADO<br>CONCEIÇÃO DO TOCANTINS<br>NOVO ALEGRE                                     |
| <b>15ª ZE - FORMOSO DO ARAGUAIA</b><br>Fone: (063) 33571472 | <b>Municípios:</b><br>DUERÉ<br>FORMOSO DO ARAGUAIA  | <b>23ª ZE - PEDRO AFONSO</b><br>Fone: (063) 34661440            | <b>Municípios:</b><br>BOM JESUS DO TOCANTINS<br>PEDRO AFONSO<br>RIO SONO<br>TUPIRAMA                                    |
| <b>16ª ZE - COLMÉIA</b><br>Fone: (063) 34571303             | <b>Municípios:</b><br>COLMÉIA<br>COUTO MAGALHÃES<br>GOIANORTE<br>ITAPORÁ DO TOCANTINS<br>PEQUIZEIRO             | <b>25ª ZE - DIANÓPOLIS</b><br>Fone: (063) 36921840              | <b>Municípios:</b><br>DIANÓPOLIS<br>NOVO JARDIM<br>PORTO ALEGRE DO TOCANTINS<br>RIO DA CONCEIÇÃO<br>TAIPAS DO TOCANTINS |
| <b>17ª ZE - TAGUATINGA</b><br>Fone: (063) 36541086          | <b>Municípios:</b><br>AURORA DO TOCANTINS<br>LAVANDEIRA<br>PONTE ALTA DO BOM JESUS<br>TAGUATINGA                | <b>26ª ZE - PONTE ALTA DO TOCANTINS</b><br>Fone: (063) 33781102 | <b>Municípios:</b><br>MATEIROS<br>PINDORAMA DO TOCANTINS<br>PONTE ALTA DO TOCANTINS                                     |
| <b>18ª ZE - PARANÃ</b><br>Fone: (063) 33711166              | <b>Municípios:</b><br>PALMEIRÓPOLIS<br>PARANÃ<br>SÃO SALVADOR DO TOCANTINS                                      | <b>27ª ZE - WANDERLÂNDIA</b><br>Fone: (063) 34531104            | <b>Municípios:</b><br>DARCINÓPOLIS<br>PALMEIRAS DO TOCANTINS<br>PIRAQUÊ<br>RIACHINHO<br>WANDERLÂNDIA                    |
| <b>19ª ZE - NATIVIDADE</b><br>Fone: (063) 33721172          | <b>Municípios:</b><br>ALMAS<br>CHAPADA DA NATIVIDADE<br>NATIVIDADE<br>SANTA ROSA DO TOCANTINS                   | <b>28ª ZE - MIRANORTE</b><br>Fone: (063) 33551144               | <b>Municípios:</b><br>ARAGUACEMA<br>BARROLÂNDIA<br>CASEARA<br>DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS<br>MIRANORTE<br>RIO DOS BOIS     |
| <b>20ª ZE - PEIXE</b><br>Fone: (063) 33561172               | <b>Municípios:</b><br>JAÚ DO TOCANTINS<br>PEIXE<br>SÃO VALÉRIO<br>SUCUPIRA                                      | <b>29ª ZE - PALMAS</b><br>Fone: (063) 32299845                  | <b>Municípios:</b><br>PALMAS  |
| <b>21ª ZE - AUGUSTINÓPOLIS</b><br>Fone: (063) 34561459      | <b>Municípios:</b><br>AUGUSTINÓPOLIS<br>CARRASCO BONITO<br>PRAIA NORTE<br>SAMPAIO<br>SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS | <b>31ª ZE - ARAPOEMA</b><br>Fone: (063) 34351323                | <b>Municípios:</b><br>ARAPOEMA<br>BANDEIRANTES DO TOCANTINS<br>NOVA OLINDA<br>PAU D'ARCO                                |

|   |   |
|---|---|
| <b>32ª ZE - GOIATINS</b><br>Fone: (063) 34691284    | <b>Municípios:</b><br>BARRA DO OURO<br>CAMPOS LINDOS<br>GOIATINS  |
| <b>33ª ZE - ITACAJÁ</b><br>Fone: (063) 34391146     | <b>Municípios:</b><br>CENTENÁRIO<br>ITACAJÁ<br>ITAPIRATINS<br>RECURSOLÂNDIA<br>SANTA MARIA DO TOCANTINS   |
| <b>34ª ZE - ARAGUAÍNA</b><br>Fone: (063) 33219452   | <b>Municípios:</b><br>ARAGOMINAS<br>ARAGUAÍNA<br>CARMOLÂNDIA<br>MURICILÂNDIA<br>SANTA FÉ DO ARAGUAIA  |
| <b>35ª ZE - NOVO ACORDO</b><br>Fone: (063) 33691274 | <b>Municípios:</b><br>APARECIDA DO RIO NEGRO<br>LAGOA DO TOCANTINS<br>LIZARDA<br>NOVO ACORDO<br>SANTA TEREZA DO TOCANTINS<br>SÃO FÉLIX DO TOCANTINS |



\* O endereço das Zonas Eleitorais, nome do Juiz e do Chefe de Cartório e, ainda, os horários de atendimento podem ser consultados em:

<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais>

**ANEXO II – MAPA DE INDICADORES DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DO SGQ**

**CADASTRO DE ELEITORES    ATENDIMENTO AO ELEITOR    TRÂMITE PROCESSUAL JUDICIAL 1º E 2º GRAU    DIPLOMAÇÃO**

- 1 Índice de operações corretas no Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE).
- 2 Índice de operações corretas nos Requerimentos de Alistamento Eleitoral - RAE da 28ª ZE
- 3 Índice de satisfação do cliente (28ª ZE)
- 4 Índice de processo de conhecimento julgado em relação aos distribuídos no 2º Grau (COJUD)
- 5 Índice de satisfação do cliente externo (SJI)
- 6 Tempo médio de tramitação (ação cautelar, MS, HC e Recursos de registro de candidaturas) (SEADIP)
- 7 Índice de encaminhamento de processos fora do prazo - SEADIP (Registro de candidaturas - Eleições Gerais)
- 8 Tempo médio de tramitação (prestação de contas de candidatos eleitos) (SEADIP)
- 9 Quantidade de decisões monocráticas publicadas.
- 10 Acórdãos publicados fora do prazo (SEARA)
- 14 Índice de execução do planejamento da diplomação.

**APURAÇÃO    VOTAÇÃO**

- 15 Tempo de Apuração da Eleição (COSEL)
- 16 Número de seções eleitorais que iniciaram os trabalhos com atraso (COSEL)
- 17 Índice de seções eleitorais que encerram a votação após as 18h (COSEL)
- 18 Índice de urnas substituídas (COSEL)
- 11 Índice de processos de conhecimento julgados em relação ao distribuído no 1º Grau. (CRE) [PEI]
- 12 Índice de julgamento dos processos antigos no 1º grau. (CRE) [PEI]
- 13 Taxa de congestionamento no 1º Grau (CRE) [PEI]

**PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA    LOGÍSTICA PARA ZONAS ELEITORAIS    GERIR O ORÇAMENTO    GERIR BENS E SERVIÇOS**

- 27 Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC. (CSI/SEGIT) [PETI]
- 28 Índice de ocorrências resolvidas no tempo estabelecido. (CSI/SEMAU)
- 29 Índice de satisfação do cliente com a Central de TIC. (CSI/SEMAU)[PETI]
- 30 Índice de execução das atividades do Padlog nas ZEs. (COSEL)
- 31 Índice de Execução do Orçamento ordinário (COFIN)[PEI]
- 32 Índice de Execução do Orçamento estratégico (COFIN)[PEI]
- 33 Índice de Execução do Orçamento Eleição (COFIN)[PEI]
- 34 Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário. (COFIN)[PEI]
- 35 Índice de agilidade na tramitação de processos de aquisição/contratação de bens e serviços (COFIN)[PEI]
- 36 Índice dos materiais distribuídos nas unidades antes do pleito (COMAP)

**GERIR PESSOAS    PRESTAÇÃO DE CONTAS    GERIR URNAS**

- 37 Índice de colaboradores que reduziram os GAPS.
- 38 Índice de satisfação (apoio técnico - período eleitoral) COPES
- 39 Índice de satisfação com o processo de alocação. (COPES)
- 40 Índice de servidores capacitados para as eleições/Secretaria. (COEDE)
- 41 Índice de ações de capacitação que impactam no processo eleitoral.
- 42 Índice de gestores de cartórios capacitados para as eleições (Cartórios Eleitorais).
- 43 Índice de ações contempladas e executadas vinculadas aos GAPS de competência. (COEDE) [PEI]
- 44 Índice de tempestividade na análise das prestações de contas prioritárias (CCIA)
- 45 Índice de tempestividade na análise das prestações de contas dos candidatos não eleitos e partidos políticos (CCIA)
- 46 Índice de satisfação do cliente externo. (instrutoria) (CCIA)
- 47 Índice de satisfação do cliente interno. (instrutoria) (CCIA)
- 48 Índice de urnas eletrônicas funcionais (SEVUE)

**GERIR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO    GERIR A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL    PLANEJAMENTO PARA ELEIÇÕES**

- 19 Índice de execução das estratégias (ASPLAN/DG) [PEI]
- 20 Índice de execução do programa de gestão. (ASPLAN/DG)
- 21 Índice de maturidade em gestão de risco [PEI].
- 22 Índice de matérias institucionais positivas. (ASCOM)
- 23 Nível de informação no momento do voto. (ASCOM)
- 24 Índice de satisfação dos servidores em relação à comunicação interna (ASCOM) [PEI]
- 25 Índice de confiança na Justiça Eleitoral (ASCOM)
- 26 Índice de execução do planejamento das eleições (ASPEQ)

**PERIODICIDADE DE MENSURAÇÃO**

- Mensal    ● Trimestral    ● Quadrimestralmente
- Semestralmente    ● Anual    ● Bianual    ● Quadrienal

**VARIAÇÃO DO INDICADOR**

- Não cumpriu a meta    ● Cumpriu a meta    ● Não mensurado

- PROCESSOS DE GESTÃO E LIDERANÇA    ● PROCESSOS DE APOIO
- PROCESSOS FINALÍSTICOS    ● PROCESSOS DE MONITORAMENTO E MELHORIAS

**GERIR AUDITORIAS    INSPECIONAR ZONA ELEITORAL**

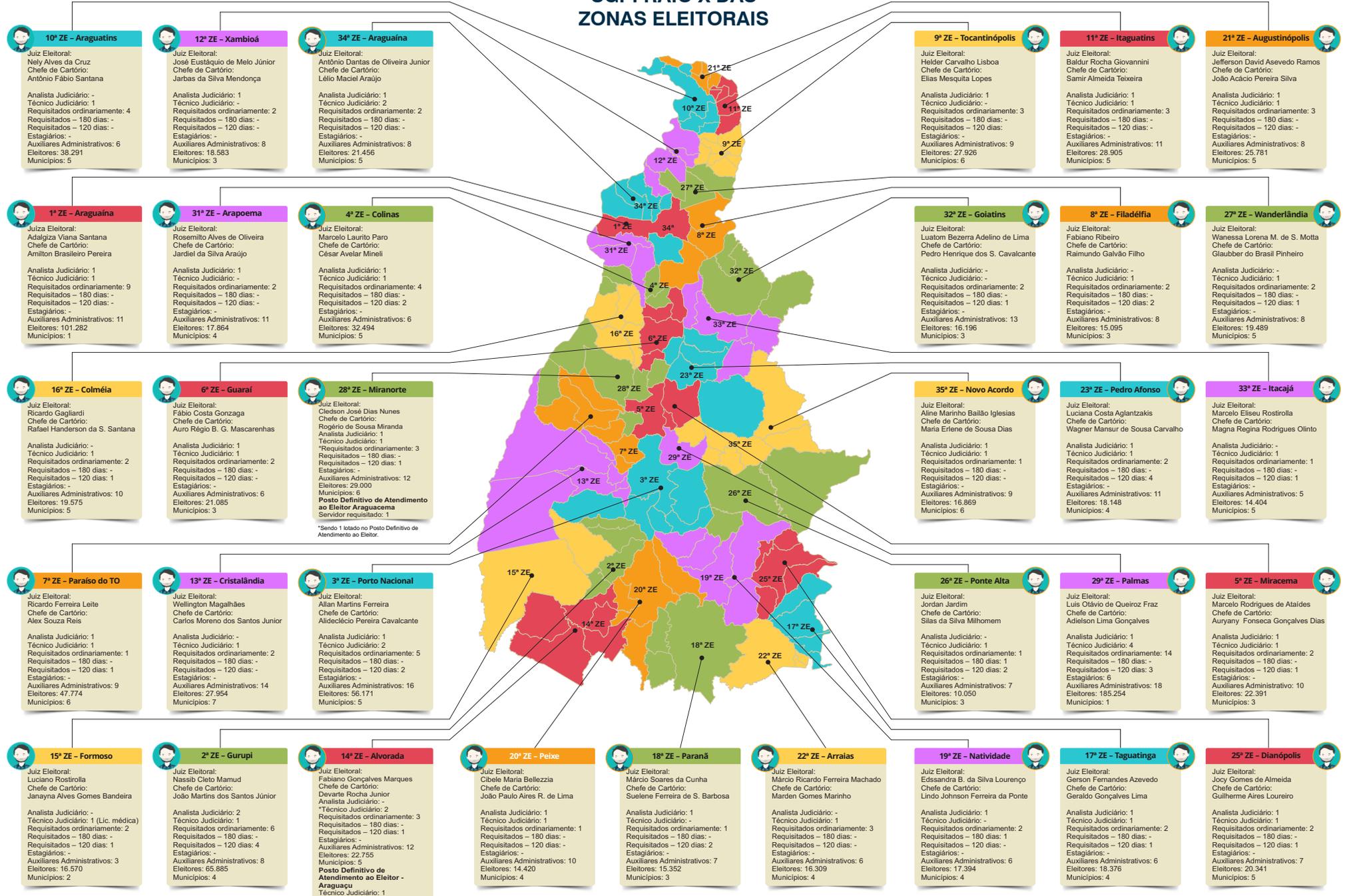
- 49 Índice de implementação dos resultados de auditorias. (ASPEQ)
- 50 Índice de execução do programa de auditoria
- 51 Quantidade de zonas eleitorais inspecionadas (CRE)
- 52 Índice de não-conformidade de responsabilidade da CRE devidamente tratada. (CRE)
- 53 Índice de satisfação do cliente. (juizes e equipe de inspeção) (CRE)

**OUVIR O CLIENTE DA JUSTIÇA ELEITORAL    VOTAÇÃO PARALELA**

- 54 Tempo de respostas a contatos dirigidos à Ouvidoria (ORE) [PEI]
- 55 Índice de satisfação do cliente externo [PEI]
- 56 Índice de satisfação do Eleitor (ASPEQ)
- 57 Índice de respostas a contatos dirigidos à ouvidoria. (ORE)
- 58 Índice de divergências não identificadas. (CAVE)
- 59 Tempo para identificação das divergências (CAVE)
- 60 Não conformidade detectadas pela auditoria externa na Votação Paralela (CAVE)



### SGP: RAIO X DAS ZONAS ELEITORAIS



\*Sendo 1 lotado no Posto Definitivo de Atendimento ao Eleitor.

\*Sendo 1 lotado no Posto Definitivo de Atendimento ao Eleitor.